



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

RELATÓRIO de Gestão e Transição

2019 - 2020





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE

Composição do Pleno

Des. José dos Anjos (Presidente)
Desa. Iolanda Santos Guimarães (Vice-Presidente/Corregedora)
Dr. Gilton Batista Brito (Juiz Federal)
Dr. Leonardo Souza Santana Almeida (Juiz de Direito)
Dr. Edivaldo dos Santos (Juiz de Direito)
Dr. Raymundo Almeida Neto (Jurista)
Dra. Clarisse de Aguiar Ribeiro Simas (Jurista)
Dr. Heitor Alves Soares (Procurador Regional Eleitoral)

Corregedoria Regional Eleitoral

Corregedora Regional Eleitoral: Desa. Iolanda Santos Guimarães
Coordenadora da Corregedoria Regional Eleitoral: Rosa Angélica Almeida Ribera

Diretoria-Geral

Diretor-Geral: Rubens Lisboa Maciel Filho
Coordenador de Planejamento, Estratégia e Governança: Marcelo Gerard Almeida de Andrade
Chefe da Seção de Acompanhamento de Dados Estatísticos: Marcelo Barreto Filho

Secretarias

Secretária Judiciária: Ana Maria Rabelo de Carvalho Dantas
Secretário de Tecnologia de Informação: José Carvalho Peixoto
Secretário de Gestão de Pessoas: Luciano Augusto Barreto Carvalho
Secretária de Administração e Orçamento: Norival Navas Neto

Assessoria de Imprensa

Assessor de Imprensa e Comunicação Social: Ricardo Augusto Ferreira Ribeiro





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Índice de links.....	10
Índice de quadros.....	12
Índice de tabelas.....	13
Índice de gráficos.....	13
 I - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO BIÊNIO 2019-2020.....	 14
 1. DIRETORIA-GERAL (DG).....	 14
 1.1 Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança – COPEG.....	 15
1.1.1 Planejamento Estratégico para o período de 2015-2020.....	15
1.1.2 Mapa Estratégico do TRE-SE – Ciclo 2015-2020.....	15
1.1.3 Resultados dos Indicadores Estratégicos - Ciclo 2015-2020 - Exercícios 2019-2020.....	17
1.1.4 Iniciativas Estratégicas.....	20
1.1.4.1 Iniciativas estratégicas 2021-2026.....	20
1.1.5 Resultados das Metas Nacionais e Específicas.....	20
1.1.6 – Principais Atividades de Gestão de Projetos.....	21
1.1.7 Entregas do Escritório de Processos.....	21
1.1.8 Processo Eleitoral.....	24
1.1.8.1 Dados estatísticos das Eleições 2020.....	25
1.1.8.2 Ações de Acessibilidade Eleitoral.....	26
 1.2 Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças – SAO.....	 28
1.2.1 Orçamento ordinário.....	28
1.2.2 Orçamento para as Eleições 2020.....	29
1.2.3 Demais atividades desenvolvidas pela COFIC no biênio (2019-2020).....	29
1.2.4 Projetos em andamento para o exercício de 2021.....	30
1.2.5 Proposta Orçamentária para 2021.....	30
1.2.6 Restos a pagar de 2020 e seu impacto no limite financeiro para 2021.....	30
1.2.7 Relatório de gestão fiscal.....	31
1.2.8 Quadros demonstrativos.....	32
 1.3 Secretaria de Tecnologia da Informação – STI.....	 36





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

1.3.1 Serviços desenvolvidos relacionados à infraestrutura.....	36
1.3.2 Atividades Relacionadas à Segurança da Informação.....	36
1.3.3 Atividades relacionadas às urnas eletrônicas.....	37
1.3.4 Atividades relacionadas ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas.....	38
1.3.5 Atividades relacionadas à governança de TI.....	40
1.3.5.1 Realização de mapeamento dos seguintes processos de trabalho.....	40
1.3.5.2 Nível de governança no iGovTIC-JUD do CNJ.....	41
1.3.6 Atividades relacionadas às Eleições 2020.....	41
1.3.6.1 Procedimentos relacionados ao suporte e cerimônias públicas.....	41
1.3.6.2 Procedimentos relacionados aos treinamentos.....	41
1.3.6.3 Desenvolvimento de Sistema de Ocorrências de Eleição.....	41
1.3.6.4 Suporte a atividades de eleição.....	41
1.3.6.5 Procedimentos realizados com as urnas eletrônicas.....	42
1.3.6.6 Organização dos procedimentos de geração de mídias.....	42
1.3.6.7 Organização dos procedimentos de preparação de urnas eletrônicas para as eleições.....	42
1.3.7 Contratações de TI mais relevantes.....	42
1.4 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP.....	43
1.4.1 Apresentação.....	43
1.4.2 Atividades realizadas pela ASPLAN-SGP.....	43
1.4.3 Atividades realizadas pela COASA/SEASA.....	45
1.4.3.1 Programa Saúde Integral – Cuidando do Corpo e da Mente.....	45
1.4.4 Atividades realizadas pela SEBAD.....	56
1.4.4.1 Assistência à Saúde.....	56
1.4.4.2 Auxílios.....	57
1.4.4.3 Instituidores de Pensão e Pensionistas.....	57
1.4.4.4 Inativos.....	57
1.4.5 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Desenvolvimento Humano.....	57
1.4.5.1 Seção de Desenvolvimento de Competências – SEDEC.....	57
1.4.5.2 Seção de Gestão de Desempenho – SEGED.....	58
1.4.5.2.1 Eventos.....	58
1.4.5.2.2 Estagiários.....	59
1.4.5.2.3 Despesas referentes aos estagiários do TRE-SE (exercícios de 2019 e 2020).....	59
1.4.5.2.4 Avaliações de desempenho.....	60



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

1.4.5.3 Núcleo de Desenvolvimento Organizacional – NDO.....	60
1.4.6 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Pessoal.....	61
1.4.6.1 Seção de Registros Funcionais – SEREF.....	61
1.4.6.2 Seção de Controle de Juízes Eleitorais – SEJUE.....	62
1.4.6.2.1 - Requisições de servidores de outros órgãos para os Cartórios Eleitorais...	62
1.4.6.2.2 - Designações de Magistrados.....	62
1.4.6.2.3 - Designações de Juízes Eleitorais.....	62
1.4.6.3 Seção de Direitos e Deveres – SEDIR.....	64

1.5 Secretaria Judiciária – SJD.....66

1.5.1 Principais Resoluções Editadas em 2019 e 2020.....	66
1.5.2 Eleições Suplementares.....	67
1.5.3 Treinamentos – Eleições 2020.....	67
1.5.4 Manuais – Eleições 2020.....	68
1.5.5 Implantação do novo Diário de Justiça Eletrônico – DJE.....	68
1.5.6 Virtualização de Processos Físicos.....	68
1.5.7 Divulgação de Jurisprudência.....	68
1.5.8 Gestão Documental.....	69

2. OUVIDORIA ELEITORAL DE SERGIPE.....70

2.1 Apresentação.....	70
2.2 Ações Desenvolvidas na Ouvidoria no período de 2019-2020.....	70
2.3 Estatística – Ouvidoria em Números.....	76
2.3.1 Demandas Recebidas.....	76
2.3.2 Atendimentos aos eleitores registrados na Ouvidoria Eleitoral por meios de acesso.....	77
2.3.3 Considerações Finais.....	77

3. ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE SERGIPE – EJESE.....79

3.1 Apresentação.....	79
3.2 Atividades Desenvolvidas.....	79
3.2.1 Capacitação/Encontros/Palestras/Cursos.....	79
3.2.1.1- Projeto Eleitor do Futuro.....	79
3.2.1.1.2- Eventos de Capacitação.....	79
3.2.1.1.2.1 Presenciais.....	80
3.2.1.1.2.2 Ensino à Distância.....	80
3.2.2 CEMEL.....	81
3.2.3 Participação em Encontros, Reuniões e Cursos.....	81
3.2.3.1 XIII Reunião do Colégio de Diretores das Escolas Judiciárias Eleitorais.....	81





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

3.2.3.2 XIV Encontro do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais-CODEJE.....	81
3.2.4 Biblioteca.....	82
3.2.4.1 Processamento Técnico.....	82
3.2.4.1.1 Classificados e inseridos na base de dados.....	82
3.2.4.1.2 Seleção negativa do acervo.....	83
3.2.4.2 Circulação.....	84
3.2.4.2.1 Cadastramento de novos usuários.....	84
3.2.4.2.2 Visita do Público Externo.....	84
3.2.4.3 Empréstimo/Renovação/Devolução.....	84
3.2.4.4 Livros com maior número de empréstimos.....	85
3.2.5 Disseminação Seletiva da Informação.....	86
3.2.6 Outras Atividades.....	86
3.2.7 Semeando Livros.....	86
3.2.8 Considerações Finais.....	86

4. COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA – COCIN.....88

4.1 Relatório da Unidade de Auditoria Interna – COAUD.....	88
4.1.1 Composição da Unidade de Auditoria Interna.....	88
4.1.2 Execução dos Planos de Auditoria dos Exercícios 2019 e 2020.....	90
4.1.3 Auditorias realizadas pela Seção de Auditoria Geral – SEAUG.....	92
4.1.3.1 Auditorias realizadas em 2019.....	92
4.1.3.2 Auditorias realizadas em 2020.....	95
4.1.4 Atividades da Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio – SEAPE.....	96
4.1.4.1 Auditorias realizadas em 2019.....	97
4.1.4.2 Auditorias realizadas em 2020.....	98
4.1.5 Aspectos legais dos atos de pessoal em 2019.....	99
4.1.6 Aspectos legais dos atos de pessoal em 2020.....	99
4.1.7 Avaliação das contas partidárias e eleitorais em 2019.....	100

5. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASCOM.....101

5.1 Principais Atividades realizadas.....	101
5.2 Contratações.....	101

6. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DE COMITÊS E COMISSÕES.....103

6.1 Comissão de Acessibilidade – CACIN.....	103
6.2 Comissão de Avaliação de Critérios e Parâmetros de Dados Estatísticos Processuais – CAPDE.....	103
6.3 Comissão de Enfrentamento à Desinformação – CEDE.....	103





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

6.4 Comissão de Respeito à Diversidade e Enfrentamento da Vulnerabilidade - CRDEV.....	104
6.5 Comissão de Ética e Conduta Profissional – CECOP.....	105
6.6 Comissão de Participação Feminina – COFEM.....	105
6.7 Comissões Executiva do Plano de Logística Sustentável (CE-PLS) e Gestora do Plano de Logística Sustentável (CG-PLS).....	105
6.7.1 Uso eficiente de insumos e materiais.....	106
6.7.2 Energia elétrica, água e esgoto.....	106
6.7.3 Gestão de resíduos.....	107
6.7.4 Qualidade de vida, sensibilização e capacitação.....	107
6.7.5 Contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal, bens e materiais.....	108
6.8 Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD.....	108
6.9 Comissão Permanente Gestão de Documentos – CPGD.....	108
6.10 Comissão Permanente do Processo Administrativo Disciplinar – PAD.....	108
6.11 Comissão Permanente de Segurança – COSEG.....	108
6.12 Comissão Permanente de Sindicância.....	109
6.13 Comitê de Gestão de TI – CgesTI.....	109
6.14 Comitê de Gestão do Clima Organizacional – CGTCO.....	110
6.15 Comitê de Governança de TI – CgovTI.....	111
6.16 Comitê Gestor da Estratégia.....	112
6.17 Comitê Gestor das Cartas de Serviço – CGCAS.....	112
6.18 Comitê Gestor de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais – CGLGPD.....	113
6.19 Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI.....	113
6.20 Comitê Gestor do Sistema de Informações – CGSEI.....	113
6.21 Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde – CGAIS.....	114
6.22 Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas – CGP.....	114
6.23 Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau – CGRP1.....	114
6.24 Comitê Gestor Local do Processo Judicial Eletrônico – CGRPJe.....	115
6.25 Comitê Orçamentário – COMOR.....	115
6.26 Comitê de Segurança da Informação.....	116
7. ESTATÍSTICA PROCESSUAL.....	117
7.1 Quantitativos de Distribuição e de Julgamento de Processos.....	117
7.1.1 Corregedoria Regional Eleitoral.....	117
7.1.1.1 Relatório Estatístico Processual do 1º Grau de 2019-2020.....	117
7.1.2 Secretaria Judiciária.....	119
7.1.2.1 Estatística processual 2019.....	119
7.1.2.2 Estatística processual 2020.....	121
7.1.2.3 Estatística processual das Eleições 2020.....	122
8. RELAÇÃO DE CONTRATOS EM VIGOR E RESPECTIVOS PRAZOS DE VIGÊNCIA.....	125





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

9. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL.....	133
9.1 Estrutura de Pessoal.....	133
9.1.1 Servidores nos Cartórios Eleitorais.....	133
9.1.2 Servidores da Sede do TRE-SE.....	138
9.1.3 Pessoal em Regime da Contratação Temporária.....	144
9.2 Estrutura organizacional.....	145
10. SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES.....	146
11. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS.....	146
12. SITUAÇÃO ATUAL DAS CONTAS DO TRIBUNAL PERANTE O TCU.....	146
13. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL.....	146
CONCLUSÃO.....	147



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Apresentação

Este relatório registra as principais atividades desenvolvidas no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe durante a gestão do Des. José dos Anjos (Biênio 2019-2020).

Os vários temas de governança são tratados de forma ampla e detalhada, através de informações compiladas a partir de dados das unidades envolvidas em cada procedimento de gestão constantes de processos, relatórios, banco de dados digitais, sistemas e demais fontes, conforme a especificidade de cada área.

O relatório está dividido por área de atuação e traz inicialmente as informações da Diretoria-Geral (DG), unidade subordinada diretamente à Presidência do Tribunal e que coordena as atividades das demais unidades.

Consta da primeira parte do relatório, do item 1.1 ao 1.5, as principais atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança (COPEG) e pela Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAO), Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e Secretaria Judiciária (SJD).

No que se refere às Eleições 2020, os dados foram relacionados no item 1.1.8 Processo Eleitoral, no qual podem ser encontradas as principais informações do planejamento e execução das Eleições 2020, estruturados no Programa Eleições, que tem como patrocinador o Diretor-Geral e como coordenador o Coordenador de Planejamento, Estratégia e Governança.

A partir do item 2, encontram-se as informações das atividades da Ouvidoria Eleitoral, da Escola Judiciária Eleitoral, da Coordenadoria de Controle Interno e da Assessoria de Comunicação.

Considerando que diversas outras atividades são desenvolvidas por Comitês e Comissões, no item 6 constam todas essas atividades realizadas no período de 2019-2020.

Além das informações sobre as principais atividades desenvolvidas no período, o relatório traz ainda alguns dados estatísticos, a estrutura do Tribunal, informações sobre sindicância, tomada de contas especial, situação das contas do Tribunal no Tribunal de Contas da União (TCU), relatório de gestão fiscal e outras informações bastante relevantes que auxiliam o gestor na tomada de decisões e na execução do planejamento estratégico.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Índice de links

Link 1 – Documentos do Planejamento Estratégico 2015-2020: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/gestao-e-planejamento/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-2015-2020>

Link 2 – Gestão de Iniciativas Estratégicas: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/gestao-e-planejamento/gestao-de-iniciativas-estrategicas/gestao-de-iniciativas-estrategicas>

Link 3 – Resolução de Atos Gerais de Eleição – Eleições 2020: https://www.tre-se.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-se/resolucao-tribunal-regional-eleitoral-de-sergipe/tre-se-resolucao-3-2020-dispoe-sobre-os-atos-gerais-e-a-organizacao-dos-trabalhos-para-as-eleicoes-2020/rybena_pdf?file=https://www.tre-se.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-se/resolucao-tribunal-regional-eleitoral-de-sergipe/tre-se-resolucao-3-2020-dispoe-sobre-os-atos-gerais-e-a-organizacao-dos-trabalhos-para-as-eleicoes-2020/at_download/file

Link 4 – Manuais e Cartilhas – Eleições 2020: <https://www.tre-se.jus.br/eleicoes/manuais-e-cartilhas/manuais-eleicoes-2020-tre-se>

Link 5 - Guia da Transparência: https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/arquivos-diversos/guia-da-transparencia-2020/rybena_pdf?file=https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/arquivos-diversos/guia-da-transparencia-2020/at_download/file

Link 6 – Ouvidoria Eleitoral: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria>

Link 7 - Matéria sobre a disponibilização do whatsapp da Ouvidoria: <http://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Julho/canal-direto-ouvidoria-do-tre-se-disponibiliza-whatsapp>

Link 8 – Matéria sobre relatório de trabalho: <http://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Agosto/ouvidoria-eleitoral-registrou-2-759-atendimentos-durante-a-quarentena>

Link 9 – Matéria sobre eleitor e planejamento do processo eleitoral: <https://g1.globo.com/se/sergipe/edicao/2020/09/24/videos-bom-dia-sergipe-desta-quinta-feira-24-de-setembro.ghtml>

Link 10 – Matéria sobre relatório da Ouvidoria: <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Outubro/ouvidoria-eleitoral-prestou-mais-de-cinco-mil-atendimentos-em-2020>

Link 11 – Resolução de proteção de dados: https://www.tre-se.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-se/resolucao-tribunal-regional-eleitoral-de-sergipe/trese-resolucao-tre-se-28-lei-protecao-de-dados/rybena_pdf?file=https://www.tre-se.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-se/resolucao-tribunal-regional-eleitoral-de-sergipe/trese-resolucao-tre-se-28-lei-protecao-de-dados/at_download/file





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Links 12a e 12b – Cartaz de divulgação de plantões da Ouvidoria: <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Novembro/ouvidoria-estara-de-plantao-nos-dias-13-14-e-15-das-7h-as-19h> e <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Novembro/ouvidoria-estara-de-plantao-no-2o-turno>

Link 13 – Comissões e Comitês do TRE-SE: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comissoes-e%20comites>

Link 14 – Combate à desinformação: <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2019/Outubro/tre-se-promove-i-forum-de-enfrentamento-a-desinformacao?SearchableText=I%20F%C3%B3rum%20de%20enfrentamento>

Link 15 – Evento checagem de informação: <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Maio/juizes-promotores-eleitorais-servidores-e-jornalistas-participarao-de-oficina-de-checagem-lupa?SearchableText=ao%20Instituto%20Tecnologia%20e%20Equidade%20>

Link 16 – Eleições 2020, *Fake News* e Suas Implicações: <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Junho/palestra-eleicoes-2020-fake-news-e-suas-implicacoes?SearchableText=live%20da%20desinforma%C3%A7%C3%A3o>

Link 17 – Entrevista com a professora Dra. Alice Alexandre Pagan: <https://www.youtube.com/watch?v=qNCysEebtp0&feature=youtu.be>

Link 18 – Plano Anual de Auditoria: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/auditoria/planos-de-auditoria>

Link 19 – Relatórios finais das auditorias: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/auditoria/resultados-de-auditoria-inspecao-e-fiscalizacao>





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Índice de quadros

- Quadro 1 - Mapa Estratégico do TRE-SE após a revisão da estratégia – Ciclo 2015-2020
- Quadro 2 - Resultado dos indicadores do planejamento estratégico nos anos de referência 2019-2020
- Quadro 3 - Resultado analítico dos indicadores do planejamento estratégico nos anos de referência 2019-2020
- Quadro 4 – Resultado das Metas Nacionais e Específicas em 2019
- Quadro 5 – Manuais de processos de trabalho construídos no biênio 2019-2020
- Quadro 6 – Manuais de processos de trabalho atualizados no biênio 2019-2020
- Quadro 7 – Utilização de urnas em eleições parametrizadas
- Quadro 8 - Quantitativo de mídias preparadas
- Quadro 9 – Assistência à saúde indireta
- Quadro 10 – Auxílios
- Quadro 11 – Instituidores de pensão e pensionistas
- Quadro 12 – Inativos
- Quadro 13 – Servidores capacitados
- Quadro 14 – Programa Auxílio-Bolsa
- Quadro 15 – Área de Conhecimento do curso do Programa Auxílio-Bolsa
- Quadro 16 – Eventos
- Quadro 17 – Estagiários
- Quadro 18 – Despesas referentes aos estagiários do TRE-SE (exercícios de 2019 e 2020)
- Quadro 19 – Avaliações de desempenho
- Quadro 20 – Atividades do processo de seleção interna
- Quadro 21 – Atividades da SEDIR
- Quadro 22 – Demanda recebidas na Ouvidoria
- Quadro 23 – Atendimentos na Ouvidoria por meios de acesso
- Quadro 24 – Quantidade de livros classificados
- Quadro 25 – Seleção negativa de acervo
- Quadro 26 – Cadastramento de novos usuários
- Quadro 27 – Visitas de público externo
- Quadro 28 – Empréstimo/renovação/devolução
- Quadro 29 – Livros com maior número de empréstimos em 2019
- Quadro 30 – Livros com maior número de empréstimos em 2020
- Quadro 31 – Pessoal de Auditoria
- Quadro 32 – Atividades de auditoria previstas no PAA de 2019
- Quadro 33 – Atividades de auditoria previstas no PAA de 2020
- Quadro 34 – Prestação de contas anuais dos diretórios partidários
- Quadro 35 - Relatório Estatístico Processual do 1º Grau de 2019-2020
- Quadro 36 – Contratos em vigor
- Quadro 37 – Servidores dos Cartórios Eleitorais (175 servidores)
- Quadro 38 – Servidores da Sede do TRE-SE (183 servidores)
- Quadro 39 – Situação atual das contas do TRE-SE no TCU





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Índice de tabelas

Tabela 1 - Dotações finais disponibilizadas para as despesas obrigatórias

Tabela 2 – Execução orçamentária e do limite de pagamentos

Tabela 3 - Provisão concedida e execução realizada para as despesas de Pessoal e Custeio

Tabela 4 - Proposta Orçamentária para o exercício de 2021

Tabela 5 - Concessão de Indenização de Transporte

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Distribuição de processos por classe - 2019

Gráfico 2 - Os feitos distribuídos por relatoria

Gráfico 3 – Processos julgados por classe

Gráfico 4 – Processos distribuídos por classe em 2020

Gráfico 5 – Processos julgados em 2020

Gráfico 6 – Distribuição dos registros de candidaturas

Gráfico 7 – Mandados de segurança por Relator

Gráfico 8 – Processos por classe no período eleitoral

Gráfico 9 – Total de processo por relatoria

Gráfico 10 – Processos julgados – Eleições 2020





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

I - PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO BIÊNIO 2019-2020

1. DIRETORIA-GERAL (DG)

As atividades da Diretoria-Geral são desenvolvidas pelas unidades gestoras à qual estão diretamente subordinadas.

Na estrutura da Diretoria-Geral constam:

- a) Gabinete da DG;
- b) Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança (COPEG);
- c) Núcleo de Apoio à Governança (NAG).

As demais unidades gestoras que também estão subordinadas diretamente à DG são as Secretarias, as quais desenvolvem atividades em áreas administrativas específicas:

- a) Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAO);
- b) Secretaria de Tecnologia da Informação (STI);
- c) Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP);
- d) Secretaria Judiciária (SJD)

Além desses órgãos de gestão, a DG conta ainda com a Assessoria Jurídica (ASSJUR), responsável por auxiliar o Diretor-Geral no que se refere à legislação aplicável à gestão do Tribunal.

Portanto, apresenta-se a seguir as atividades desenvolvidas pela Diretoria-Geral, através de suas unidades, para o biênio de 2019-2020.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

1.1 Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança - COPEG

1.1.1 Planejamento Estratégico para o período de 2015-2020

A Resolução CNJ 198, de 1º de julho de 2014, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário, instituiu a Estratégia do Judiciário Nacional para o sexênio 2015-2020 e determinou aos Órgãos do Poder Judiciário o desdobramento e alinhamento de seus respectivos planos estratégicos à Estratégia Nacional, observando o conteúdo temático dos macrodesafios do Poder Judiciário, sem prejuízo da inclusão das correspondentes especificidades.

Seguindo essa determinação, em julho de 2014, foi publicada a Resolução nº 161/2014, aprovando o Planejamento Estratégico do TRE-SE para o ciclo 2015-2020.

Toda documentação relacionada à Estratégia do Tribunal encontra-se disponível aos cidadãos, podendo ser acessada através do portal deste TRE na internet, por meio do link 1, abaixo.

Link 1 – Documentos do Planejamento Estratégico 2015-2020:

<http://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/gestao-e-planejamento/planejamento-estrategico/planejamento-estrategico-2015-2020>

Concluído o período anterior, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução CNJ nº 325/2020, instituiu a Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o ciclo 2021-2026 e estabeleceu as condições para a elaboração, execução e monitoramento dos Planos Estratégicos dos órgãos judiciários, alinhados à Estratégia Nacional.

Com base no normativo acima citado, o TRE-SE iniciou a elaboração o Plano Estratégico do TRE-SE para o ciclo 2021-2026, alinhado à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o mesmo ciclo, conforme diretrizes emitidas pelo CNJ. Os trabalhos de revisão e elaboração estão previstos para serem concluídos em março de 2021.

1.1.2 Mapa Estratégico do TRE-SE – Ciclo 2015-2020

O Planejamento Estratégico 2015-2020 contempla os 8 macrodesafios definidos pela Estratégia Nacional para a Justiça Eleitoral e 1 macrodesafio elaborado internamente com o título de “Colaboração para a Cidadania”, cujo conteúdo temático diz respeito a “Colaborar com a formação política de eleitores, partidos políticos, candidatos e demais agentes do processo eleitoral”.

Cada macrodesafio equivale aos objetivos estratégicos. Diferente do ciclo anterior a 2015, foram expressos no próprio mapa estratégico o conteúdo temático de cada macrodesafio ou objetivo estratégico, de modo a sinalizar claramente o





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

direcionamento dos esforços da instituição no período, no desenvolvimento dos Processos Internos e seus Recursos, conforme quadro 1.



Quadro 1 - Mapa Estratégico do TRE-SE após a revisão da estratégia – Ciclo 2015-2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

1.1.3 Resultados dos Indicadores Estratégicos - Ciclo 2015-2020 - Exercícios 2019-2020

Os indicadores estratégicos medem o nível de execução dos macrodesafios em termos de porcentagem do alcance das metas estabelecidas em cada macrodesafio.

Dessa forma, o indicador mostra até que ponto a meta do macrodesafio foi alcançada, seguindo um esquema de percentuais recomendados pelo CNJ.

Nos quadros 2 e 3 a seguir são compilados os resultados dos indicadores estratégicos para o período de 2019-2020. No quadro 2 estão dispostos os resultados para cada macrodesafio de forma sintética e no quadro 3 os dados estão dispostos de forma analítica.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Macrodesafio	Descrição do Indicador	Status
1 – Satisfação do Cliente	Índice de satisfação dos clientes – Mede a satisfação dos clientes quanto aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral nos pontos de atendimento ao público (SJD, ZE's e Postos de Atendimento) e disponibilizados no site do TRE	Cumprida em 2019 e em 2020
2 – Julgamento de Prestação de Contas	Índice de julgamento de prestação de contas com verbas do fundo partidário - Mede a celeridade no julgamento de prestações de contas de diretórios regionais de partidos políticos, que receberam verba do fundo partidário.	Cumprida 40,10% da meta em 2019 e 18,39% em 2020
3 – Habilitações ao Voto sem Biometria	Quantidade de habilitações de eleitores para votar sem reconhecimento biométrico - Mede o percentual de eleitores que votaram sem ter sido utilizado o reconhecimento biométrico em relação à quantidade total de eleitores que tiveram o voto computado.	Não aplicável no período de 2019 a 2020 ¹
4 – Celeridade Processual no 1º Grau	Índice de alcance das metas de celeridade na prestação jurisdicional no 1º grau - Mede a celeridade na prestação jurisdicional no âmbito do 1º Grau da Justiça Eleitoral de Sergipe.	Cumprida 77,5% da meta em 2019 e 177,3% da meta em 2020
5 - Celeridade Processual no 2º Grau	Índice de alcance das metas de celeridade na prestação jurisdicional no 2º grau - Mede a celeridade na prestação jurisdicional no âmbito do 2º Grau da Justiça Eleitoral de Sergipe.	Cumprida 58% da meta em 2019 e 80,5% em 2020
6 – Ações de Cidadania	Número de pessoas beneficiadas e/ou impactadas por ações de cidadania - Mede número de pessoas beneficiadas e/ou impactadas em ações de cidadania, decorrentes de iniciativas estratégicas relacionadas ao macrodesafio “Colaboração para a cidadania” ou em quaisquer outras ações ou projetos desenvolvidos pelo Tribunal.	Cumprida em 2019 e em 2020
7 – Gestão de Pessoas	Índice de execução das iniciativas do macrodesafio da gestão de pessoas - Mede o grau de execução do plano de iniciativas proposto para alcance do macrodesafio.	Cumprida em 2019 e em 2020
8 – Clima Organizacional	Clima organizacional - Mede a percepção do corpo funcional quanto às dimensões de trabalho que causam impacto na dinâmica organizacional.	Cumprida em 2019 e em 2020
9 – Perdas Orçamentárias	Perdas orçamentárias - Mede o percentual de perdas orçamentárias.	Cumprida em 2019 e em 2020
10 – Orçamento Estratégico	Índice do orçamento estratégico - Mede o percentual de recursos disponibilizados para a estratégia.	Macrodesafio excluído em 2019
11 – Governança Judiciária	Índice de execução das iniciativas do macrodesafio de instituição da governança judiciária - Mede o grau de execução do plano de iniciativas proposto para alcance do macrodesafio.	Cumprida em 2019 e em 2020
12 – Aderência ao PETIC	Índice de aderência às metas do PETIC (Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação) – mede a quantidade de metas alcançadas em relação ao total de metas estabelecidas no ano de referência, relacionadas à implantação e aperfeiçoamento das seguintes iniciativas: Gestão de Informações Corporativas e Tomada de Decisões; Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação.	Cumprida em 2019 e em 2020
13 – Aderência ao PESI	Índice de aderência às metas do PESI – mede a quantidade de metas alcançadas em relação ao total de metas estabelecidas no Planejamento Estratégico de Segurança da Informação (PESI).	Cumprida em 2019 e em 2020

Quadro 2 - Resultado dos indicadores do planejamento estratégico nos anos de referência 2019-2020

¹ O Macrodesafio 2 – Habilitações ao voto sem biometria só é mensurado oral. Em 2020, quando deveria ter sido mensurado para as Eleições Municipais, não foi aplicado devido a não ter ocorrido reconhecimento biométrico nas seções eleitorais.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

Nº	Responsável	Periodicidade	2019			2020		
			Meta	Mensurado	% de cumprimento da meta	Meta	Mensurado	% de cumprimento da meta
1 – Satisfação do Cliente	Comitê Gestor das Cartas de Serviços	ANUAL	70%	98,15%	140,21%	70%	98,53%	140,76
2 – Julgamento de Prestação de Contas com verbas do fundo partidário no prazo de 2 anos	Secretaria Judiciária	ANUAL	94%	37,57%	40,10%	65%	11,95%	18,39%
3 – Habilitações ao Voto sem Biometria	Líder do Programa Eleições	BIANUAL	NA	NA	NA	Até 9%	NA	NA
4 – Celeridade Processual no 1º Grau	Corregedoria Regional Eleitoral	ANUAL	90%	69,8%	77,5%	90%	159,5%	177,3%
5 - Celeridade Processual no 2º Grau	Secretaria Judiciária	ANUAL	90%	52,2%	58,0%	90%	72,4%	80,5%
6 – Ações de Cidadania	Escola Judiciária Eleitoral	ANUAL	5000	11.833	236,66%	5000	11.576	231.53%
7 – Gestão de Pessoas	Secretaria de Gestão de Pessoas	ANUAL	85%	85%	100%	100%	88,89%	88,89%
8 – Clima Organizacional	Secretaria de Gestão de Pessoas	BIANUAL	75%	86,70%	115,60%	NA	NA	NA
9 – Perdas Orçamentárias	SEPOF (Unidade da COFIN)	ANUAL	88%	94,74%	107,66%	88%	84,94%	96,52%
10 – Orçamento Estratégico	SEPOF (Unidade da COFIN)	ANUAL	NM	NM	NM	NM	NM	NM
11 – Governança Judiciária	COPEG	ANUAL	90%	81,82%	91,91%	100%	100%	100%
12 - Aderência ao PETIC	ASPLAN-STI	ANUAL	80%	80%	100%	80%	80%	100%
13 – Aderência ao PESI	STI	ANUAL	95%	100%	105,26%	95%	100%	105,26%

Quadro 3 - Resultado analítico dos indicadores do planejamento estratégico nos anos de referência 2019-2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

1.1.4 Iniciativas Estratégicas

Segundo a Metodologia de Gestão de Iniciativas Estratégicas do TRE-SE, as iniciativas estratégicas classificam-se em Projetos, Ações de Melhoria, Operação Estratégica, Programa e Planejamento Setorial.

Informações sobre iniciativas por macrodesafio e Planos Gerais de Projetos ou Cronogramas de Execução de Ações de Melhoria podem ser acessadas no site do Tribunal, por meio dos respectivos processos administrativos e especialmente no link 2 – Gestão de Iniciativas Estratégicas.

Link 2 – Gestão de Iniciativas Estratégicas: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/gestao-e-planejamento/gestao-de-iniciativas-estrategicas/gestao-de-iniciativas-estrategicas>

1.1.4.1 Iniciativas estratégicas 2021-2026

O TRE-SE já iniciou os preparativos para a elaboração do seu Planejamento Estratégico relativo ao Ciclo 2021-2026, atendendo determinação do Conselho Nacional de Justiça e requisitos constantes da Resolução CNJ nº 325/2020.

O Planejamento Estratégico representa um dos mais importantes instrumentos de gestão de negócio. Trata-se do processo de criação e execução de uma estratégia para atingir os objetivos da organização e compreende a definição da missão, visão, valores e objetivos organizacionais, como também a definição de metas, de indicadores de desempenho e de efetivas ações para alcançar o que se propôs, com foco no sucesso institucional e com a participação de todas as unidades da Sede do Tribunal e dos Cartórios Eleitorais.

1.1.5 Resultados das Metas Nacionais e Específicas

Além das metas relacionadas às iniciativas estratégicas definidas pelo TRE-SE, existem metas nacionais e específicas do Poder Judiciário, que são construídas por todos os Tribunais do País sob a coordenação do CNJ.

Dessa forma, todos os anos o CNJ se reúne com os Tribunais para avaliar o cumprimento das metas e construir as novas metas que serão adotadas nacionalmente, para todos os Tribunais, e as específicas, por ramo do Direito.

No quadro 4 – Resultado das Metas Nacionais e Específicas em 2019 são apresentados os resultados das metas nacionais e metas específicas para Justiça Eleitoral estabelecidas para o ano de 2019. Os resultados de 2020 serão apurados em janeiro de 2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

META	DESCRIÇÃO	CUMPRIMENTO
Meta Nacional 1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2019	Meta cumprida: 198,45%
Meta Nacional 2	Julgar, até 31/12/2019, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2017, na Justiça Eleitoral	Meta cumprida: 62,37%
Meta Nacional 4	Julgar processos relativos a crimes contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais.	Meta cumprida: 140,35%
Meta Específica 1	Implantar o Processo Judicial Eletrônico (PJE).	Meta cumprida: 100%
Meta Específica 2	Ações Para Educação Eleitoral.	Meta Cumprida: 100%

Quadro 4 – Resultado das Metas Nacionais e Específicas em 2019

1.1.6 – Principais Atividades de Gestão de Projetos

Dentro da estrutura organizacional da COPEG, a Seção de Gestão de Projetos (SEGEPE) é a unidade responsável pelo acompanhamento dos projetos e programas do Tribunal, tendo desenvolvido as seguintes principais atividades no período de 201-2020:

- Monitoramento das iniciativas estratégicas do TRE-SE (Projetos, Ações de Melhoria, Operações, Programa e Planejamento Setorial), além da atualização de portfólio na internet visando a fornecer informações sobre as iniciativas em curso;
- Participação no processo de elaboração da proposta orçamentária;
- Apoio à COPEG na elaboração dos VII e VIII Fóruns de Gestão Estratégica;
- Apoio à COPEG na gestão do contrato de intérprete de libras;
- Fiscalização do contrato de intérprete de libras;
- Apoio às 4ª, 26ª e 34ª Zonas Eleitorais nas Eleições 2020 (registro de candidatura e 1º turno);
- Assessoramento na elaboração do Plano Estratégico do TRE-SE Ciclo 2021-2026, atendendo determinação do Conselho Nacional de Justiça e requisitos constantes da Resolução CNJ 325/2020.

1.1.7 Entregas do Escritório de Processos

Além da gestão dos programas e projetos, a COPEG, através da Seção de Otimização de Processos Organizacionais (SEORG), realiza atividades de mapeamento de processos e apoio organizacional, utilizando modelo de referência do Escritório de Processos do TRE-SE.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

De forma geral, atua na definição e suporte da metodologia, serviços, atividades, papéis, ferramentas e artefatos utilizados, assim como no planejamento e na coordenação das ações de melhoria e inovação de processos.

No biênio 2019-2020, os esforços foram concentrados nas seguintes atividades:

a) Atualização e divulgação da Arquitetura de Processos do TRE-SE

A Arquitetura de Processos da Instituição, como desdobramento da sua Cadeia de Valor, compreende uma ferramenta gerencial dinâmica que engloba todos os processos realizados pela Organização para entregar valor aos seus clientes, indicando o elo entre eles.

b) Capacitação de servidores em modelagem de processos de trabalho

Foi ministrado o curso “Modelagem de Processos com Notação BPMN” para 65 (sessenta e cinco) servidores da Secretaria do TRE e dos Cartórios Eleitorais. O curso tem carga horária de 20 horas e material didático específico e foi integralmente desenvolvido pela SEORG e ministrado por sua equipe.

Desde 2018, quando foram formadas as primeiras turmas, já receberam o treinamento 85 servidores.

Em 2020, o curso foi ministrado também para servidores do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, atendendo a uma solicitação daquele Regional.

c) Criação de novos instrumentos para modelagem de processos de trabalho

Com o intuito de viabilizar a modelagem pelos próprios servidores com a participação mínima da unidade técnica, foram criados os seguintes instrumentos:

c.1 Arquivo BizAgi "Entender_Modelagem_Arquivo_Explicativo"

Apresenta modelos de diagramas com a explicação de todos os aspectos que devem ser inseridos na modelagem segundo o padrão do TRE-SE.

c.2 Arquivo BizAgi "Iniciar_Modelagem_Arquivo_Padrão"

Arquivo criado para que todas as iniciativas em modelagem de processos sejam iniciadas, exclusivamente, por meio deste instrumento, uma vez que já apresenta as propriedades obrigatórias do diagrama e de outros elementos representativos do fluxo, facilitando tanto a modelagem do processo quanto a elaboração do seu respectivo manual.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

c.3 Novo Modelo de Manual de Processo de Trabalho

O Manual é um instrumento de documentação, gestão e controle de processos trabalho e foi simplificado de forma a facilitar tanto a sua elaboração quanto o entendimento dos processos.

d) Elaboração de Manuais de Processos de Trabalhos

Foram elaborados 12 (doze) Manuais de Processos de Trabalho no biênio.

Os Manuais de Processo de Trabalho, instituídos por Portaria, têm a função precípua de documentação dos processos de trabalho, facilitando seu entendimento e execução. Contudo, o fluxo inerente à elaboração desses manuais sempre compreende oportunidades de melhoria e de inovação.

Os manuais são elaborados a partir de conceitos de BPM (Business Process Management – Gestão de Processos de Negócio), da técnica notacional BPMN (Business Process Model and Notation), que é a notação mais utilizada no mundo para a modelagem de processos de negócio, e da ferramenta BizAgi.

A seguir, os manuais elaborados no biênio 2019-2020:

Nº do Manual	Processo de Trabalho	Portaria de Aprovação
24	Gerenciamento dos Planos de TIC	208/2019
25	Conformidade Contábil	740/2019
26	Execução da Despesa	740/2019
27	Elaboração da Proposta Orçamentária	841/2019
29	Gerenciamento de Vulnerabilidades de Segurança da Informação	1047/2019
28	Gestão e Fiscalização de Contratos de TIC	124/2020
30	Descarte de Documentos Físicos	230/2020
31	Gerenciamento de Eventos de TIC	381/2020
32	Gerenciamento de Liberação e Implantação	402/2020
33	Gerenciamento de Disponibilidades	667/2020
34	Riscos de TI	629/2020
35	Gerenciamento do Portfólio de Serviços de TI	1174/2020

Quadro 5 – Manuais de processos de trabalho construídos no biênio 2019-2020

d.1 Revisão de Manuais de Processos de Trabalho

Foram revistos 8 (oito) Manuais de Processos de Trabalho no período de 2019-2020, visando à adequação à metodologia à melhoria de processos.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

O padrão de modelagem de processos do TRE-SE está sempre em aprimoramento e ocorrem atualizações periódicas tanto nas normas quanto nos procedimentos adotados nos processos em execução.

Nº do Manual	Processo de Trabalho	Portaria de Aprovação
2	Gerenciamento do Portfólio de Projetos de TIC	402/2020
3	Inscrição em Restos a Pagar	453/2020
4	Gestão do Clima Organizacional	381/2020
6	Gerenciamento de Capacitação de TIC	381/2020
7	Gerenciamento de Incidentes	1172/2020
8	Gestão do Ciclo de Vida de Software	432/2020
9	Pagamento de Alimentação nas Eleições	759/2020
30	Descarte de Documentos Físicos	1087/2020

Quadro 6 – Manuais de processos de trabalho atualizados no biênio 2019-2020

1.1.8 Processo Eleitoral

O processo eleitoral no TRE-SE é executado através do Programa Eleições, que tem como patrocinador o Diretor-Geral, Rubens Lisbôa, e é coordenado pelo Coordenador de Planejamento, Estratégia e Governança, Marcelo Gerard.

Dentro do Programa Eleições constam os seguintes projetos:

- a) Logística
- b) Registro de Candidaturas
- c) Sistemas Eleitorais
- d) Urnas Eletrônicas
- e) Auditoria da Votação (Votação Paralela)
- f) Comunicação
- g) Gestão de Pessoas
- h) Prestação de Contas

Cada projeto possui a descrição detalhada de suas tarefas, abrangendo todas as áreas de atuação, com o cronograma definido de entrega.

No que diz respeito à normatização interna das Eleições, destaca-se a Resolução de Atos Gerais das Eleições, cuja minuta é preparada anualmente pelo coordenador do Programa Eleições. Cabe ressaltar que o TRE-SE foi o primeiro no país a editar uma resolução completa para normatizar procedimentos internos eleitorais. Da mesma forma no que se refere às eleições parametrizadas, que ocorrem em anos não eleitorais, como é o caso do processo de escolha dos representantes dos





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Conselhos Tutelares dos Municípios, o TRE-SE foi o primeiro a adotar um Resolução interna específica que regulamenta os procedimentos dos pleitos. A Resolução de Atos Gerais de Eleição para 2020 pode ser acessada no link 3 abaixo:

Link 3 – Resolução de Atos Gerais de Eleição – Eleições 2020:

https://www.tre-se.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-se/resolucao-tribunal-regional-eleitoral-de-sergipe/tre-se-resolucao-3-2020-dispoe-sobre-os-atos-gerais-e-a-organizacao-dos-trabalhos-para-as-eleicoes-2020/rybena_pdf?file=https://www.tre-se.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-se/resolucao-tribunal-regional-eleitoral-de-sergipe/tre-se-resolucao-3-2020-dispoe-sobre-os-atos-gerais-e-a-organizacao-dos-trabalhos-para-as-eleicoes-2020/at_download/file

Além disso, no âmbito dos projetos, são construídos manuais e cartilhas de orientação aos eleitores, partidos e candidatos, tais como o Manual de Registro de Candidatura e o Manual de Pesquisa Eleitoral, e outros documentos que facilitam o aprendizado das regras eleitorais. Esses documentos podem ser acessados no link 4 abaixo:

Link 4 – Manuais e Cartilhas – Eleições 2020:

<https://www.tre-se.jus.br/eleicoes/manuais-e-cartilhas/manuais-eleicoes-2020-tre-se>

No ano de 2020, por conta da Pandemia de Covid-19, o TRE-SE tomou medidas excepcionais para garantir a saúde dos eleitores nas seções eleitorais, atendendo integralmente aos protocolos de saúde determinados pelos órgãos públicos e pelo TSE.

Além disso, realizou ampla divulgação dos procedimentos através da imprensa sergipana, obtendo pleno êxito na execução do pleito, tanto no aspecto de garantia da saúde dos eleitores e colaboradores como também no atendimento dos princípios da eficiência e da economicidade, proporcionando sigilo e acesso facilitado às urnas, através das ações de acessibilidade, descritas no item 1.1.8.2.

1.1.8.1 Dados estatísticos das Eleições 2020

No pleito de 2020, o estado de Sergipe contou com 1.610.407 eleitores aptos a votar. O eleitorado sergipano aumentou em 4,55% em relação ao pleito de 2016, um acréscimo de 70.031 mil novos eleitores.

Em 2020 o eleitorado sergipano contou com 4.690 seções eleitorais distribuídas em 29 Zonas Eleitorais, sendo 26 zonas no interior e três em Aracaju.

Em cumprimento ao artigo 4º da Resolução TRE nº 3/2020, foi elaborada proposta de redistribuição de eleitores para as Zonas Eleitorais desta circunscrição, consignando um número máximo de 370 eleitores por seção para os municípios do interior e de 420 eleitores para a Aracaju.

Em decorrência dessa redistribuição, houve uma redução de 5,58% no quantitativo de seções eleitores em relação a última eleição municipal 2016, e uma





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

redução de 8,70% em relação a eleição de 2018, visando a atender às demandas do TSE que não conseguiu efetivar licitação para compra de urnas eletrônicas para as Eleições 2020.

Fizeram registro de candidatura em Sergipe, em 2020, 7.013 candidatos cadastrados para concorrer às vagas de prefeito, vice-prefeito e vereadores, sendo 257 para vagas aos cargos de prefeito e 262 para vagas vice-prefeito, e 6.494 para Câmaras Municipais.

1.1.8.2 Ações de Acessibilidade Eleitoral

a) Acessibilidade física do eleitor prevista em normativo do TRE-SE

Acessibilidade física do Eleitor prevista e normatizada por meio da Resolução TRE-SE 3/2020, que dispõe sobre os atos gerais e a organização dos trabalhos para as Eleições de 2020.

A Resolução TRE-SE nº 3/2020 entrou em vigor no mês de março de 2020, normatizando todos os aspectos relacionados à acessibilidade física do eleitor nas eleições municipais de 2020, em todo o Estado de Sergipe.

A proposta de normatização dos atos gerais e a organização dos trabalhos para as Eleições de 2020 foi submetida, no mês de março 2020, ao Colegiado do TRE-SE, para apreciação e aprovação, trazendo, em seu teor, seção específica que trata de aspectos relacionados à Acessibilidade física do eleitor nas eleições 2020.

b) Utilização de Coordenadores de Acessibilidade

O TRE-SE utiliza coordenadores de acessibilidade desde 2008. Estes colaboradores têm a função de fazer o atendimento das pessoas com deficiência nos locais de votação, permitindo acesso rápido e desembaraçado às urnas eletrônicas e estão disponíveis em todos os locais de votação.

Em 2020, o TSE instruiu todos os Regionais que utilizassem o coordenador de acessibilidade, criado no TRE-SE, o que demonstrou sua importância e a atuação deste Tribunal como pioneiro em ações de acessibilidade.

c) Aquisição de fones de ouvido para as eleições 2020

Aquisição de 700 fones de ouvido para serem utilizados pelas pessoas com deficiência visual nas urnas eletrônicas nas eleições municipais de 2020.

A compra de 700 (setecentos) fones de ouvido, além do quantitativo existente em estoque no TRE-SE, suprirá toda a necessidade, qual seja, distribuição nas seções eleitorais cadastradas e aos representantes (coordenadores de acessibilidade) nos locais de votação nas eleições municipais de 2020.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

d) Vistorias de locais de votação

Vistoria de locais de votação para verificar o nível de acessibilidade dos referidos locais.

São três vistorias, no mínimo, em ano eleitoral. Todos os locais de votação do Estado foram periodicamente vistoriados a partir do mês de julho de 2020, para garantir o maior grau de acessibilidade possível.

e) Contratação de intérprete de libras para a Central de Libras do TRE-SE

De forma pioneira, o TRE-SE disponibilizou em 2020 a Central de Libras que contou com dois intérpretes que recebiam as chamadas das pessoas com deficiência auditiva e podiam tirar suas dúvidas e receber orientações em Libras.

Esse trabalho pioneiro foi destacado pela imprensa nacional, aparecendo em reportagem do Jornal Hoje da emissora Globo, além de outras mídias como a TV do TSE e vários órgãos de imprensa digital.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

1.2 Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças - SAO

1.2.1 Orçamento ordinário

As dotações finais disponibilizadas para as despesas obrigatórias (pessoal e benefícios) e discricionárias (custeio e investimento) correspondem aos seguintes valores:

Despesas	Dotação final 2019 (R\$)	Dotação final 2020 (R\$)
Pessoal	75.421.710,00	81.940.684,00
Benefícios	5.105.490,00	5.098.784,00
Custeio	10.068.964,00	10.392.816,00
Investimento	443.852,00	120.000,00
Total	91.040.016,00	97.552.284,00

Tabela 1 - Dotações finais disponibilizadas para as despesas obrigatórias

Na execução do orçamento referente às despesas discricionárias do referido biênio houve bons resultados dos indicadores orçamentários e financeiros: a Execução Orçamentária em 2019 atingiu um percentual de 92,18% e em 2020, um percentual de 98,01%.

- O limite de pagamento para despesas discricionárias no exercício 2019 – R\$ 11.314.128,00 (Portaria TSE 976, de 6/12/2019) tendo sido executado 94,74% deste limite;
- O limite de pagamento para despesas discricionárias no exercício 2020 – R\$ 10.998.321,00 (Portaria TSE 876, de 07/12/2020).

Considerando que houve a devolução de orçamento de despesas discricionárias nos meses de setembro e novembro, porém, sem a correspondente devolução de limite financeiro, a execução do limite de pagamento foi impactada negativamente por esta situação. O percentual de execução do limite de pagamento no referido exercício foi de 84,94%.

Execução	Em 2019 (R\$)	Em 2020 (R\$)
Execução orçamentária (discricionárias)	10.402.955,01	9.402.326,94
Execução do limite de pagamento (discricionárias)	10.718.723,69	9.341.467,82

Tabela 2 – Execução orçamentária e do limite de pagamentos





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

No período, não houve aprovação do orçamento de investimento referente a obras, restando sobrestado o plano de construção dos demais cartórios que ainda funcionam em sedes alugadas ou cedidas pelo Tribunal de Justiça.

1.2.2 Orçamento para as Eleições 2020

Em 2020, a provisão concedida pelo TSE para a realização das eleições foi suficiente para o atendimento das despesas de custeio e de pessoal, como por exemplo a concessão do valor máximo de R\$ 40,00 por dia trabalhado para o custeio da alimentação dos colaboradores da eleição, como também a aquisição de camisas para mesários e colaboradores.

Número de eleitores para o pleito de 2020 = 1.610.407

Provisão total executada = R\$ 6.564.018,52

Custo por eleitor: R\$ 4,08

Grupo pleitos eleitorais	Provisão recebida (R\$)	Execução (R\$)	% de execução
Pessoal	4.725.545,13	3.495.073,80	73,96
Custeio	3.823.754,00	3.068.944,72	80,26
Total	8.549.299,13	6.564.018,52	76,78

Tabela 3 - Provisão concedida e execução realizada para as despesas de Pessoal e Custeio

1.2.3 Demais atividades desenvolvidas pela COFIC no biênio (2019-2020)

- a) Início das atividades, em 2019, do Núcleo Administrativo de Fiscalização de Contratos (NAF);
- b) Atualização e execução do Manual de Processo de Trabalho de Pagamento de Alimentação nas Eleições;
- c) Implementação de módulo no Sistema Pré-Eleição para informação dos quantitativos de colaboradores beneficiários do Auxílio-Alimentação;
- d) Implementação da Carteira Digital do Banco do Brasil para utilização no pagamento de Auxílio-Alimentação aos colaboradores nas Eleições 2020;
- e) Informatização da DIRF - Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte com a Utilização do CONDIRF, no tocante à aquisição de bens e serviços;
- f) Elaboração dos seguintes Manuais de Processo de Trabalho: Conformidade Contábil, Elaboração da Proposta;
- g) Orçamentária e Execução da Despesa.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

1.2.4 Projetos em andamento para o exercício de 2021

- a) Tratativas com a STI para otimização da planilha mensal de diárias – elaborada pela SEFIN e encaminhada à SGP;
- b) Manualização da atividade de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal.

1.2.5 Proposta Orçamentária para 2021

A Proposta Orçamentária para o exercício de 2021 que se encontra em tramitação no Congresso Nacional corresponde ao total de R\$ 101.041.074,00, cujos valores detalhados por ação e grupo de despesa estão indicados no item VII – Quadros Demonstrativos.

Grupo da Despesa	Valor (R\$)
Pessoal e Encargos Sociais	84.323.626,00
Benefícios	5.295.818,00
Custeio	10.071.630,00
Investimento	1.350.000,00
Total	101.041.074,00

Tabela 4 - Proposta Orçamentária para o exercício de 2021

1.2.6 Restos a pagar de 2020 e seu impacto no limite financeiro para 2021

A inscrição em restos a pagar proveniente do exercício de 2020 ficou em R\$ 971.596,64, sendo R\$ 910.279,39 em restos a pagar não processados e R\$ 61.317,25 em restos a pagar processados, divididos da seguinte forma:

- a) Restos a pagar de pessoal – R\$ 220.132,62 (R\$ 161.703,23 RP não processados e R\$ 58.429,39 RP processados).
- b) Restos a pagar de outras despesas correntes – R\$ 751.464,02 (R\$ 743.312,16 RP não processados do exercício 2020, R\$ 5.264,00 RP reinscrito e R\$ 2.887,86 RP processados). Deste total de restos a pagar de OCC, R\$ 739.704,62 referem-se a despesas discricionárias e R\$ 11.759,40 a despesas obrigatórias.

Em relação às despesas obrigatórias (pessoal e benefícios) a Portaria 876, de 07/12/2020 estabeleceu o limite de pagamento de R\$ 78.347.487,00, sendo executado o valor de R\$ 77.120.767,51 incluindo os restos a pagar do exercício 2019.

Em função da Emenda Constitucional nº 95/2016, que limitou os gastos públicos, onde o montante inscrito em restos a pagar concorre com o limite de pagamento do exercício, verifica-se que o impacto do total do valor inscrito em 2020





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

(R\$ 971.596,64) em relação ao orçamento previsto para o exercício 2021 (R\$ 101.041.074,00) é de 0,96%.

1.2.7 Relatório de gestão fiscal

Ver Quadro Demonstrativo “d” - Relatório de Gestão Fiscal – período – 2º QUADRIMESTRE DE 2020, onde resta demonstrado que a despesa total com Pessoal no período compreendido entre setembro de 2019 e agosto de 2020 (quando da publicação do último relatório) foi de R\$ 70.253.855,76, distante do limite de alerta determinado para o TRE-SE, que é de R\$ 97.381.864,05.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

1.2.8 Quadros demonstrativos

a) Orçamento 2019 – dotação, créditos, contingenciamento e execução

Descrição	Fonte	GND	Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada	Movimentação Líquida de Créditos		Dotação Líquida	Execução					
				Acréscimos	Decréscimos		Provisão	Destaque		Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Ação e Subtítulo	Código		A	B	C	D=A+B+C	F	G	H = D-E+F+G	I	I / H	J	J / H	K	K / H
PLEITOS ELEITORAIS NACIONAIS -	0100	3	0,00	0,00	0,00	0,00	362.376,00	0,00	362.376,00	197.816,84	54,6%	194.816,84	53,8%	193.764,44	53,5%
PLEITOS ELEITORAIS NACIONAIS -	0100	1	0,00	0,00	0,00	0,00	270.752,52	0,00	270.752,52	258.307,04	95,4%	108.307,04	40,0%	108.307,04	40,0%
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO	0100	3	0,00	0,00	0,00	0,00	4.068,18	0,00	4.068,18	4.068,18	100,0%	4.068,18	100,0%	4.068,18	100,0%
ATIVOS CIMS DA UNIAO - NO	0100	1	54.995.694,00	5.037.071,00	-379.840,00	59.652.925,00	0,00	0,00	59.652.925,00	58.923.306,32	98,8%	58.722.977,82	98,4%	58.717.425,33	98,4%
ESTADO DE SERGIPE															
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO	0100	4	443.852,00	732.188,00	-89.000,00	1.087.040,00	0,00	0,00	1.087.040,00	1.071.737,32	98,6%	644.627,27	59,3%	644.627,27	59,3%
ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE															
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO	0100	3	10.068.964,00	129.000,00	0,00	10.197.964,00	-735.542,49	0,00	9.462.421,51	9.331.217,69	98,6%	9.270.850,46	98,0%	9.259.113,56	97,9%
ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE															
ASSISTENCIA MEDICA E	0100	3	1.695.060,00	0,00	0,00	1.695.060,00	0,00	0,00	1.695.060,00	1.691.983,18	99,8%	1.691.983,18	99,8%	1.691.983,18	99,8%
ODONTOLOGICA AOS - NO ESTADO															
DE SERGIPE															
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS	0100	3	3.410.430,00	45.107,00	0,00	3.455.537,00	0,00	0,00	3.455.537,00	3.374.147,10	97,6%	3.374.147,10	97,6%	3.374.147,10	97,6%
SERVIDORE - NO ESTADO DE															
SERGIPE															
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS	0100	1	8.534.500,00	453.486,00	0,00	8.987.986,00	0,00	0,00	8.987.986,00	8.870.640,99	98,7%	8.870.640,99	98,7%	8.870.640,99	98,7%
AUTARQ - NO ESTADO DE SERGIPE															
APOSENTADORIAS E PENSOES CIMS	0100	1	0,00	1.699.532,00	0,00	1.699.532,00	0,00	0,00	1.699.532,00	1.691.258,98	99,5%	1.691.258,98	99,5%	1.691.258,98	99,5%
DA UNI - NO ESTADO DE SERGIPE															
APOSENTADORIAS E PENSOES CIMS	0156	1	5.781.675,00	0,00	0,00	5.781.675,00	0,00	0,00	5.781.675,00	5.781.675,00	100,0%	5.781.675,00	100,0%	5.781.675,00	100,0%
DA UNI - NO ESTADO DE SERGIPE															
APOSENTADORIAS E PENSOES CIMS	0169	1	6.109.841,00	0,00	0,00	6.109.841,00	0,00	0,00	6.109.841,00	6.109.841,00	100,0%	6.109.841,00	100,0%	6.109.841,00	100,0%
DA UNI - NO ESTADO DE SERGIPE															
			91.040.016,00	8.096.384,00	-468.840,00	98.657.560,00	-98.345,79	0,00	98.569.214,21	97.305.999,64	98,7%	96.465.193,86	97,9%	96.446.852,07	97,8%

Fonte: Tesouro Gerencial

Data da Extração: 10 de janeiro de 2020



Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

b) Orçamento 2020 – dotação, créditos, contingenciamento e execução

ORÇAMENTO 2020 – DOTAÇÃO, CRÉDITOS E EXECUÇÃO

R\$ 1

Classificação Orçamentária			Dotação Inicial	Créditos Adicionais		Dotação Atualizada	Contingenciado	Movimentação Líquida de Créditos		Dotação Líquida	Execução					
Descrição	Fonte			Acréscimos	Decréscimos			Provisão	Destaque		Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Ação e Subtítulo	Código	GND	A	B	C	D=A+B+C	E	F	G	H = D-E+F+G	I	I / H	J	J / H	K	K / H
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL	0100	3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.191.403,35	0,00	4.191.403,35	3.422.694,57	81,7%	3.302.027,04	78,8%	3.302.027,04	78,8%
PLEITOS ELEITORAIS - NACIONAL	0100	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.725.545,13	0,00	4.725.545,13	3.495.073,80	74,0%	3.463.159,19	73,3%	3.463.159,19	73,3%
ATIVOS CIVIS DA UNIAO - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	1	59.579.956,00	231.585,00	-1.113.944,00	58.697.597,00	0,00	0,00	0,00	58.697.597,00	57.898.459,86	98,6%	57.768.671,24	98,4%	57.710.918,65	98,3%
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	4	120.000,00	200.000,00	-155.000,00	165.000,00	0,00	0,00	0,00	165.000,00	111.859,79	67,8%	66.882,00	40,5%	66.882,00	40,5%
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	3	8.785.014,00	0,00	-773.682,00	8.011.332,00	0,00	-36.237,73	0,00	7.975.094,27	7.946.032,39	99,6%	7.820.604,17	98,1%	7.820.604,17	98,1%
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE	0127	4	0,00	1.081.039,00	-168.000,00	913.039,00	0,00	0,00	0,00	913.039,00	880.653,96	96,5%	441.963,50	48,4%	441.963,50	48,4%
JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTAO ADMINIS - NO ESTADO DE SERGIPE	0127	3	1.607.802,00	0,00	-1.104.357,00	503.445,00	0,00	-36.435,00	0,00	467.010,00	463.780,80	99,3%	461.992,04	98,9%	461.992,04	98,9%
ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS - NO ESTADO DE SERGIPE	0151	3	1.613.247,00	261.302,00	0,00	1.874.549,00	0,00	0,00	0,00	1.874.549,00	1.873.084,90	99,9%	1.861.325,50	99,3%	1.861.325,50	99,3%
BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORE - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	3	3.399.672,00	1.000,00	-43.500,00	3.357.172,00	0,00	0,00	0,00	3.357.172,00	3.273.121,13	97,5%	3.273.121,13	97,5%	3.273.121,13	97,5%
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQ - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	1	9.114.677,00	170.485,00	0,00	9.285.162,00	0,00	0,00	0,00	9.285.162,00	9.200.524,24	99,1%	9.200.524,24	99,1%	9.200.524,24	99,1%
CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQ - NO ESTADO DE SERGIPE	0300	1	0,00	1.538.309,00	0,00	1.538.309,00	0,00	0,00	0,00	1.538.309,00	1.536.247,84	99,9%	1.536.247,84	99,9%	1.536.247,84	99,9%
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNI - NO ESTADO DE SERGIPE	0100	1	0,00	998.911,00	0,00	998.911,00	0,00	0,00	0,00	998.911,00	964.641,36	96,6%	964.641,36	96,6%	964.641,36	96,6%
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNI - NO ESTADO DE SERGIPE	0156	1	8.494.733,00	0,00	0,00	8.494.733,00	0,00	0,00	0,00	8.494.733,00	8.474.438,51	99,8%	8.474.438,51	99,8%	8.473.761,71	99,8%
APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNI - NO ESTADO DE SERGIPE	0169	1	4.751.318,00	0,00	0,00	4.751.318,00	0,00	0,00	0,00	4.751.318,00	4.663.793,08	98,2%	4.663.793,08	98,2%	4.663.793,08	98,2%
RESERVA DE CONTINGENCIA FISCAL - PRIM - NACIONAL	9100	9	58.232,00	0,00	-58.232,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
RESERVA DE CONTINGENCIA FISCAL - PRIM - NACIONAL	9151	9	27.633,00	0,00	-27.633,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,0%
TOTAL			97.552.284,00	4.482.631,00	3.444.348,00	98.590.567,00	0,00	8.844.275,75	0,00	107.434.842,75	104.204.406,23	97,0%	103.299.390,84	96,2%	103.240.961,45	96,1%

Fonte: Tesouro Gerencial
Data da Extração: 11 de janeiro de 2021





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

c) Proposta Orçamentária 2021

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças
SAO/COFIC/SEPOR

Proposta Orçamentária Final 2021

AÇÕES E GRUPOS DE DESPESA

agosto/2020

Ação Orçamentária/Plano Orçamentário	Grupo de Natureza de Despesa	Proposta Final
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	3 - Outras Despesas Correntes	9.741.630
	4 - Investimentos	1.000.000
	Total Julgamento de Causas	10.741.630
Capacitação de Recursos Humanos - EJE	3 - Outras Despesas Correntes	30.000
Capacitação de Recursos Humanos – PAC	3 - Outras Despesas Correntes	300.000
Ampliação do Edifício-Sede do TRE-SE	4 – Investimentos	350.000
TOTAL Despesas Discricionárias		11.421.630
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	3 - Outras Despesas Correntes	1.930.356
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados e seus Dependentes (Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados)	3 - Outras Despesas Correntes	397.231
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados e seus Dependentes (Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados)	3 - Outras Despesas Correntes	76.992
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados e seus Dependentes (Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados)	3- Outras Despesas Correntes	2.817.608
Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados e seus Dependentes (Benefícios Assistenciais Decorrentes do Auxílio Funeral e Natalidade)	3 - Outras Despesas Correntes	73.631
Pagamento de Pessoal Ativo da União	1 - Pessoal	58.490.104
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	1 - Pessoal	11.457.758
Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	1 - Pessoal	14.375.764
TOTAL Despesas Obrigatórias		89.619.444
Total		101.041.074

PROPOSTA 2021 POR GRUPO DE DESPESA	VALOR (R\$)	%
PESSOAL E ENCARGOS	84.323.626	83%
BENEFÍCIOS	5.295.818	5%
CUSTEIO	10.071.630	10%
INVESTIMENTO	1.350.000	1%
TOTAL	101.041.074	100%



Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

d) Relatório de Gestão Fiscal – período – 2º quadrimestre de 2020

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO 2019 A AGOSTO 2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹ (b)
	LIQUIDADAS														
	SET/19	OUT/19	NOV/19	DEZ/19	JAN/20	FEV/20	MAR/20	ABR/20	MAI/20	JUN/20	JUL/20	AGO/20	TOTAL (ÚLTIMO 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.208.607,77	6.217.015,94	9.526.244,59	6.799.512,04	8.617.793,45	6.268.393,48	6.538.703,93	6.495.344,06	6.477.002,57	6.434.980,33	6.356.390,05	6.411.697,99	82.351.686,20	350.328,50	
Pessoal Ativo	5.160.304,99	5.167.669,40	7.859.495,77	5.706.372,19	6.990.753,81	5.142.722,57	5.435.633,69	5.392.273,82	5.373.932,33	5.357.250,65	5.278.660,37	5.353.934,01	68.219.003,60	350.328,50	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	4.453.845,75	4.459.564,47	6.467.708,87	4.972.516,70	6.288.335,18	4.455.755,01	4.518.734,65	4.504.720,03	4.483.685,78	4.463.285,72	4.392.438,96	4.464.913,08	57.925.504,20	340.328,50	
Obrigações Patronais	706.459,24	708.104,93	1.391.786,90	733.855,49	702.418,63	686.967,56	916.899,04	887.553,79	890.246,55	893.964,93	886.221,41	889.020,93	10.293.499,40	10.000,00	
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Pessoal Inativo e Pensionistas	1.048.302,78	1.049.346,54	1.666.748,82	1.093.139,85	1.627.039,64	1.125.670,91	1.103.070,24	1.103.070,24	1.103.070,24	1.077.729,68	1.077.729,68	1.057.763,98	14.132.682,60	-	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	733.068,43	734.065,97	1.194.207,20	777.905,50	1.154.188,06	794.396,68	779.815,95	779.815,95	779.815,95	754.475,39	754.475,39	734.509,69	9.970.740,16	-	
Pensões	315.234,35	315.280,57	472.541,62	315.234,35	472.851,58	331.274,23	323.254,29	323.254,29	323.254,29	323.254,29	323.254,29	323.254,29	4.161.942,44	-	
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	1.048.302,78	1.049.426,67	396.283,72	676.130,98	1.627.039,64	1.125.670,91	1.103.070,24	1.103.070,24	1.105.940,42	1.077.729,68	1.077.729,68	1.057.763,98	12.448.158,94	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	3.700,73	-	-	-	-	-	2.870,18	-	-	-	6.570,91	-	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	80,13	53,83	30,45	-	-	-	-	-	-	-	-	164,41	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.048.302,78	1.049.346,54	392.529,16	676.100,53	1.627.039,64	1.125.670,91	1.103.070,24	1.103.070,24	1.103.070,24	1.077.729,68	1.077.729,68	1.057.763,98	12.441.423,62	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.160.304,99	5.167.589,27	9.129.960,87	6.123.381,06	6.990.753,81	5.142.722,57	5.435.633,69	5.392.273,82	5.371.062,15	5.357.250,65	5.278.660,37	5.353.934,01	69.903.527,26	350.328,50	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR			% SOBRE ARCL											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	765.111.520.022,84														
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	70.253.855,76			0,009182											
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	108.202.071,16			0,014142											
LIMITE PRUDENCIAL(VII)= (0,95xVI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	102.791.967,60			0,013435											
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	97.381.864,05			0,012728											

FONTE: SIAFI, Unidade Responsável: COFIC/SAO/TRE-SE, Data de emissão: 21/set/2020, hora de emissão: 08h e 10m.



Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

1.3 Secretaria de Tecnologia da Informação - STI

1.3.1 Serviços desenvolvidos relacionados à infraestrutura

- a) Substituição dos Kits Biométricos da Central de Atendimento visando garantir a celeridade no atendimento aos eleitores e evitando a formação de filas decorrentes de problemas técnicos;
- b) Modernização do parque computacional das Zonas Eleitorais do interior;
- c) Atualização do ambiente de virtualização de servidores utilizado pelo Tribunal, assegurando a disponibilidade dos sistemas de informação;
- d) Expansão da área de armazenamento de dados utilizada pelas áreas de negócio do Tribunal, propiciando espaço suficiente para o desempenho das atividades e assegurando a integridade dos dados;
- e) Integração dos sistemas Diário da Justiça Eletrônico (DJE) e Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- f) Migração de dados dos servidores de arquivos das Zonas Eleitorais para o sistema DFS, viabilizando o backup de dados centralizado na sede do Tribunal;
- g) Implantação da solução de preservação e acesso a documentos denominado RDC-ARQ, que permitirá a preservação dos documentos digitais existentes no TRE-SE, de forma otimizada, transparente e com baixo custo de manutenção;
- h) Implantação de solução PABX IP TRE-SE, que visa diminuir os custos com ligações telefônicas;
- i) Apoio técnico visando a contratação de serviços de higienização e digitalização de documentos físicos, constantes das pastas funcionais dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe (TRE-SE);
- j) Realização de suporte técnico aos eventos de Atendimento Biométrico Itinerante (ABI), viabilizando, dessa forma, a prestação dos serviços de coleta biométrica, regularização eleitoral, alistamento e transferência de domicílio.
- k) Fornecimento da infraestrutura tecnológica para realização dos eventos ligados ao Programa Eleitor do Futuro, oportunizando a realização de palestras, campanhas de alistamento eleitoral e simulações de eleições, com o uso de urnas eletrônicas, nas escolas da rede pública e particular do estado de Sergipe;
- l) Realização de suporte técnico da Eleição dos Conselhos Tutelares, em todos os municípios do Estado, tornando-a mais célere, confiável e efetiva.

1.3.2 Atividades Relacionadas à Segurança da Informação

- a) Criação da Seção de Segurança da Informação (SESIN) objetivando operacionalizar os processos de Continuidade de serviços essenciais, Incidentes de segurança, Gerenciamento de riscos, dentre outras atividades correlatas;





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

- b) Implantação do processo de Gerenciamento de Riscos de Segurança da Informação, que pretende aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos institucionais, uma vez que encoraja uma gestão proativa, baseada na identificação e tratamento precoce dos riscos de segurança da informação;
- c) Realização de campanhas periódicas de conscientização, direcionadas a juízes, servidores e estagiários da Justiça Eleitoral de Sergipe com o objetivo de disseminar as práticas recomendadas de manuseio de documentos, uso seguro dos recursos tecnológicos, sobretudo correio eletrônico e Internet, engenharia social, controle de acesso, criação de senhas fortes, dentre outros temas relevantes, que poderiam impactar o sucesso das Eleições 2020;
- d) Implantação de solução de Rede Privada Virtual (VPN) visando oferecer a segurança necessária para que juízes, servidores, requisitados e terceirizados desempenhassem suas atividades laborais, remotamente, durante a pandemia;
- e) Implantação de diversos controles de segurança da informação tendo em vista a segurança da rede de computadores da Justiça Eleitoral e seus usuários, conforme orientações emanadas do Tribunal Superior Eleitoral e do Departamento de Segurança da Informação da Presidência da República (DSI);
- f) Implantação da Gestão de Vulnerabilidades nos Ativos de Informação do Tribunal, almejando a identificação, classificação e tratamento das vulnerabilidades de segurança da informação;
- g) Publicação de política de Controle de Acesso às Informações e aos Recursos de Processamento da Informação;
- h) Realização de inventário dos ativos de informação do Tribunal e designação dos responsáveis pela guarda e segurança da informação, bem como a sua regulamentação por intermédio de Portaria;
- i) Implantação do acompanhamento diário dos eventos, relativos à segurança da informação, através da solução de proteção Fortinet. O evento é analisado e, sendo necessário, enviado um comunicado ao(s) usuário(s) envolvido(s), com detalhes e impactos decorrentes;
- j) Implantação do monitoramento contínuo dos sistemas de informação com o intuito de identificar os eventos suspeitos e atuar preventivamente na solução das ocorrências, alertando, inclusive, os usuários do Tribunal, quando necessário;
- k) Publicação de nova versão da Política de Segurança da Informação (PSI), que sofreu ajustes para se adequar à Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral (PSI-JE), instituída pela Resolução TSE nº 23.501 de 19 de dezembro de 2016;
- l) Implantação de sistema de Gerenciamento Unificado de Ameaças (UTM), como o objetivo de aperfeiçoar a detecção e prevenção de invasões, controlar SPAM, filtrar conteúdo impróprio, dentre outros benefícios.

1.3.3 Atividades relacionadas às urnas eletrônicas





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Ordem	Instituição Requerente	Quantidade de Urnas Eletrônicas Utilizadas
1	Colégio Salesiano (Aracaju)	1.257
2	Grêmio Estudantil Dom Juvêncio de Britto (Canindé de São Francisco)	
3	Centro Educacional Agonalto Pacheco de Souza (Neópolis)	
4	Colégio Estadual Prefeito Joaldo Lima de Carvalho (Itabaianinha)	
5	Centro de Excelência Dom Luciano José Cabral Duarte (Aracaju)	
6	Liceu de Estudos Integrados (Aracaju)	
7	Conselho Regional de Medicina	
8	Colégio Estadual Prof. Genaro Dantas Silva (Pinhão)	
9	Eleições dos 81 Conselhos Tutelares do Estado	
10	Colégio Salesiano (Aracaju)	

Quadro 7 – Utilização de urnas em eleições parametrizadas

Para a realização de eleições parametrizadas são necessárias as providências a seguir relacionadas:

- Montar os dados da eleição com a utilização de um Sistema denominado Kit Parametrizador;
- Proceder à geração de mídias que funcionarão nas urnas eletrônicas;
- Proceder à carga de dados nas urnas eletrônicas;
- Realizar treinamento dos Mesários que participarão da eleição;
- Prestar o suporte técnico no dia da Eleição.

1.3.4 Atividades relacionadas ao desenvolvimento, implantação e manutenção de sistemas

- Reativação do Sistema de Agendamento de Atendimento ao Eleitor, facilitando a vida dos Chefes de Cartório e, sobretudo, dos eleitores, uma vez que possibilita o agendamento de dia e horário para realização dos atendimentos;
- Implantação de novas versões do sistema AudiTSE, viabilizando os trabalhos de planejamento anual de auditoria, análise de fatores de risco, realização de auditorias, acompanhamento do plano anual de auditorias, acompanhamento das recomendações e demandas externas provenientes do CNJ e do TCU;
- Evolução dos sistemas Autenticador e AcessoClienteTRE, tendo em vista o aprimoramento da segurança no acesso a sistemas e soluções de TIC;





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

- d) Desenvolvimento do Sistema de Validação de informações processuais em padrão MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade), que possibilita a geração, validação e encaminhamento de informações ao CNJ, relativas à movimentação analítica processual, importantes para a manutenção da excelência dos serviços do TRE-SE;
- e) Implantação de nova versão do Sistema de Estagiários, permitindo uma maior eficiência na gestão do Programa de Estágio do TRE-SE, incluindo ficha cadastral, ponto, frequência, dentre outros;
- f) Implantação de solução de Inteligência de Negócios (Business Intelligence) Unificada para painéis e relatórios no âmbito do TRE-SE;
- g) Evolução do Sistema AcesSE para permitir gerenciamento de informações de membros e otimizar a integração com Pje;
- h) Realização de projeto de implantação de métodos ágeis de gestão no âmbito da STI, como forma de Prover entregas mais satisfatórias, mais rápidas, com foco no valor agregado às áreas negociais;
- i) Execução do Projeto de Containerização de Servidores visando a economia de recursos, além de possibilitar uma maior produtividade e agilidade para implantação das soluções de TIC, maior disponibilidade dos sistemas, assim como a padronização do ambiente tecnológico;
- j) Solução para Relatórios e Estatísticas do Pje;
- k) Contratação de serviços de sustentação de sistemas;
- l) Pré-Eleição 6.0 – Eleições 2020;
- m) Apoio à implantação do eSocial;
- n) Módulo do SEI para o processo de concessão de diárias e passagens – Versão Nacional – Fase 2;
- o) Sistema de Sanções Eleitorais – Integração com Pje e disponibilização para Regionais;
- p) Sistema de Estagiários – eSocial ;
- q) Sistema de Juízes – eSocial;
- r) Ipleno – Integração com o Pje;
- s) Ipleno – Restruturação frontend/backend ;
- t) Implantação de solução para Gerenciamento de Projetos no âmbito da STI;
- u) Elaboração de estudos preliminares para contratação de suporte ao software SD 2000 WD;
- v) Implantação de solução de BI unificada para painéis e relatórios no âmbito do TRE-SE;
- w) Implantação de nova versão do sistema AudiTSE;
- x) Solução para relatórios e estatísticas do SADP, visando o Justiça em Números e Produtividade;
- y) Desenvolvimento de nova solução para Movimentação Analítica Processual Mensal (Pje e SADP);
- z) Evolução do Sistema AcessoClienteTRE para aprimorar o gerenciamento de senhas;





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

- aa) Evolução do Sistema AcesSE para permitir gerenciamento de informações de Membros e otimizar integração com o PJe;
- bb) Desenvolvimento de solução de Voluntários através de dispositivos móveis;
- cc) Aprimoramentos em Vistoria de Locais para dispositivos móveis;
- dd) Desenvolvimento de solução de BI para painéis e relatórios com foco em área eleitoral;
- ee) Aprimoramentos em solução Pré-Eleição -Treinamento de Mesários;
- ff) Aprimoramentos em solução Pré-Eleição – Postos de Apoio (incluindo linha telefônica);
- gg) Melhorias em Pré-Eleição – Faixas;
- hh) Melhorias em Pré-Eleição – Juntas Eleitorais;
- ii) Melhorias em Pré-Eleição – Veículos;
- jj) Melhorias em FrotaWeb (Órgãos) – Gerenciamento de Frota de Veículos pela Internet;
- kk) Reativação e parametrização do Atendimento ao Eleitor através de dispositivos móveis;
- ll) Melhorias no sistema de Ocorrências de Urna (web e mobile) e expansão para todo o estado;
- mm) Implantação e configuração do sistema de denúncias Pardal;
- nn) Justiça em Números e Produtividade: ajustes visando aderência à nova Parametrização do CNJ (Pje);
- oo) Justiça em Números e Produtividade: ajustes visando aderência à nova Parametrização do CNJ (SADP);
- pp) Desenvolvimento de Painéis e Relatórios Pje (1º e 2º graus);
- qq) Aprimoramentos no Gerador de XML, visando Prêmio de Qualidade CNJ 2020;
- rr) iPleno: Integração com o Pje 2.1;
- ss) Sistema Sanções Eleitorais: Distribuição para Regionais;
- tt) Evolução do Painel de Qualidade de Dados – MNI e Cooperação Técnica com o TRE-PI;
- uu) Sistema de Validação de informações processuais em padrão MNI para CNJ, visando Prêmio de Qualidade CNJ 2020;
- vv) Sistema de Envio de Arquivos para CNJ, visando Prêmio de Qualidade CNJ 2020;
- ww) Implantação de novas versões do AudiTSE;
- xx) Realização de aprimoramentos no Módulo de Diárias do SEI.

1.3.5 Atividades relacionadas à governança de TI

1.3.5.1 Realização de mapeamento dos seguintes processos de trabalho

- a) Gerenciamento de Eventos;
- b) Gerenciamento de Riscos de TI;
- c) Gerenciamento de Liberação e Implantação;





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

d) Gerenciamento do Portfólio de Serviços de TI.

1.3.5.2 Nível de governança no iGovTIC-JUD do CNJ

Ponto importante da governança de TI foi a manutenção do nível “Excelência” no levantamento que apura o Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de TIC do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), promovido pelo CNJ.

1.3.6 Atividades relacionadas às Eleições 2020

Visando à racionalização dos recursos, otimização do tempo e para evitar atropelos na execução das atividades, foi elaborado o planejamento englobando todas as atividades afetas à Secretaria de Tecnologia da Informação no âmbito do processo eleitoral para as Eleições, conforme demonstrado a seguir:

1.3.6.1 Procedimentos relacionados ao suporte e cerimônias públicas

Durante o período eleitoral a STI encaminhou diversas informações/orientações aos Cartórios Eleitorais relacionadas aos procedimentos técnicos das eleições, além do acompanhamento do cumprimento dos prazos atinentes ao cronograma operacional do cadastro e ao Calendário Eleitoral.

Elaboração de planejamento das seguintes atividades: Cerimônias Públicas para os procedimentos de Geração de Mídias e para os procedimentos de Preparação das Urnas Eletrônicas (1º e 2º turnos).

1.3.6.2 Procedimentos relacionados aos treinamentos

Tendo em vista o período de preparação das eleições ter coincidido com a pandemia, a STI preparou os treinamentos: Sistema de Apuração; Procedimentos de Suporte e Recuperador de Dados; Sistema Transportador, SISTOT, Je-Connect e Sistema de Ocorrências de Eleição no ambiente EAD.

1.3.6.3 Desenvolvimento de Sistema de Ocorrências de Eleição

Desenvolvimento de Sistema de Ocorrências de Eleição, versões web e mobile, para fins de gerenciamento e de tratamento de ocorrências ligadas à urna eletrônica, acessibilidade, energia, denúncias, votação etc.

1.3.6.4 Suporte a atividades de eleição

Suporte as principais atividades de Eleição, contemplando utilização de Sistemas de Eleição, em especial os sistemas de Urna Eletrônica e de Totalização.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

1.3.6.5 Procedimentos realizados com as urnas eletrônicas:

- Preparação de 700 urnas eletrônicas com vistas a viabilização de treinamentos diversos;
- Realização de testes exaustivos, executando a substituição de baterias com a vida útil comprometida e a realização de carga das baterias das 5.971 urnas eletrônicas;
- Substituição das bobinas das 5.971 urnas eletrônicas.

1.3.6.6 Organização dos procedimentos de geração de mídias:

Os procedimentos de geração de mídias que consiste na realização de cópias dos programas lacrados pelo TSE, dados de candidatos e eleitores para mídias (pendrive e flash card).

Foram realizadas 2 (duas) cerimônias públicas no 1º turno e 1 (uma) no 2º turno das Eleições.

Tipos de Mídias	1º Turno	2º Turno	Total
Cartão de memória de carga (flash card)	360	-	360
Cartão de memória de votação (flash card)	4.691	-	4.691
Mídia de resultado (pendrive)	5.548	1.041	6.589
Totais	10.599	1.041	11.640

Quadro 8 - Quantitativo de mídias preparadas

1.3.6.7 Organização dos procedimentos de preparação de urnas eletrônicas para as eleições

Os trabalhos de preparação das urnas eletrônicas foram realizados em 11 dias, sendo 9 (nove) dias para o 1º turno e 2 (dois) dias para o 2º turno das eleições 2020.

1.3.7 Contratações de TI mais relevantes

- Contratação de serviços continuados de suporte e atendimento técnico a usuários de tecnologia da informação e comunicação (Service Desk), pelo prazo de 36 meses;
- Contratação de serviços de tecnologia da informação e comunicação na área de desenvolvimento e sustentação de sistemas de informação, a fim de atender às demandas do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, pelo período de 36 (trinta e seis) meses;





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

- c) Contratação de ferramenta para realização de videoconferências, via internet, com vídeo, áudio e texto, possibilitando a realização de sessões plenárias, treinamentos e reuniões de forma remota;
- d) Contratação de enlace de acesso à Internet para utilização como solução de contingência para os enlaces que interligam a sede do TRE-SE ao TSE e às Zonas Eleitorais.

1.4 Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP

1.4.1 Apresentação

A Secretaria de Gestão de Pessoas é constituída pelas seguintes unidades: Assessoria de Planejamento e Gestão de Pessoas (ASPLAN-SGP), Coordenadoria de Assistência à Saúde (COASA), Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODES) e Coordenadoria de Pessoal (COPEs), as quais respondem diretamente ao Secretário.

Assim, de forma sucinta destacamos a seguir as principais atividades desenvolvidas no biênio 2019-2020.

1.4.2 Atividades realizadas pela ASPLAN-SGP

- a) Concessão de Indenização de Transporte aos servidores requisitados dos cartórios eleitorais, nos termos da Resolução TRE-SE 54/2011, nos exercícios de 2019-2020.

ZONA ELEITORAL	VALORES PAGOS 2019	VALORES PAGOS 2020
4^a	R\$ 3200,00	R\$ 640,00
5^a	R\$ 3200,00	R\$ 1280,00
6^a	R\$ 3808,00	R\$ 2752,00
9^a	R\$ 3424,00	R\$ 2784,00
11^a	R\$ 640,00	R\$ 360,00
12^a	R\$ 320,00	R\$ 1280,00
14^a	R\$ 3168,00	R\$ 2400,00
15^a	R\$ 576,00	R\$ 2240,00
16^a	R\$ 2880,00	R\$ 2784,00
17^a	R\$ 576,00	R\$ 864,00
18^a	R\$ 3168,00	R\$ 416,00
19^a	R\$ 4224,00	R\$ 3168,00





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

22^a	R\$ 384,00	R\$ 960,00
23^a	-	R\$ 960,00
24^a	R\$ 2016,00	-
28^a	R\$ 2304,00	R\$ 2816,00
34^a	R\$ 3200,00	R\$ 960,00

Tabela 5 - Concessão de Indenização de Transporte

- b) Renovação do Contrato de Aquisição de Passagens Aéreas com a empresa Brasitur Eventos e Turismo Ltda, através do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato TRE-SE 18/2018, com vigência contratual por mais 12 (doze) meses, no interstício de 26/11/20 a 25/11/2021 (SEI 0013535-52.2020.6.25.8000).
- c) Regulamentação da aquisição de passagens aéreas e terrestres por meio da Portaria TRE-SE 33/2020, revogando as normas anteriores, Portarias 207/2012 e 1196/2020 (SEI 0025950-04.2019.6.25.8000).
- d) Aquisição de passagens aéreas em 2019: R\$ 183.276,50;
- e) Aquisição de passagens aéreas em 2020: R\$ 48.703,02;
- f) Concessão de diárias e passagens terrestres em 2019: R\$ 341.965,10;
- g) Concessão de diárias e passagens terrestres em 2020: R\$ 207.686,80;
- h) Captação e lançamento, em fevereiro de 2019 e 2020, no Sistema de Gerenciamento de Custos da Justiça Eleitoral (SIGEC), dos custos dos imóveis pertinentes a 2018 e 2019, respectivamente. Os itens de custos apurados pela SGP são: capacitação e treinamento, concurso, diárias, estagiários, oficiais de justiça, passagens e transportes de servidores. Os demais itens relativos às despesas de pessoal são apenas validados, uma vez que advêm da integração do SIGEC com o SGRH;
- i) Plano de Logística Sustentável (PLS) - o Grupo Temático “Qualidade de Vida, Sensibilização e Capacitação”, sob responsabilidade desta Assessoria, elaborou os planos de Ação dos exercícios 2019 e 2020, desenvolvendo atividades que abarcam os indicadores de responsabilidade da SGP. A título de exemplificação citamos a “Semana da Saúde”, “Bazar Solidário”, Gincana “Mãos Solidárias” (31/08-Dia Internacional da Solidariedade), “Curso de Libras”, Calendário Colorido da Saúde”, “Campanha de vacinação”, “Campanha Adote uma Criança”, “Instalação da Central de Libras”, publicação da “Resolução com orientações sobre acessibilidade do eleitor” e distribuição da “Cesta Natalina dos Terceirizados”;
- j) Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas (CGP): foi instituído por meio da Portaria 968/18 seus membros estão indicados nas Portarias 216/19 e 619/20.

Atendendo ao disposto no § 1º do art. 4º, foram realizadas 04 (três) reuniões, 21/10/2019 (para instalar e escolher o coordenador), 17/02/20, 26/06/20 e 11/12/20.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

O tema principal das reuniões foi a valorização dos servidores requisitados, uma mão-de-obra tão importante para a justiça eleitoral. O Comitê levantou ações que podem ser adotadas pela Administração, sem onerar o TRE, uma vez que não temos uma remuneração específica para os mesmos.

Alguns dos tópicos estudados para implementação: ampliação dos cuidados com a saúde dos requisitados, através de exames periódicos, realização de visitas da equipe médica aos cartórios eleitorais; capacitação nos sistemas eleitorais e no atendimento ao público, dedicar matéria na revista Plenarium aos requisitados que se destacam nas suas zonas e verificar, junto aos juízes eleitorais, a possibilidade de substituição da chefia de cartório por aqueles requisitados que possuem experiência e capacidade para assumir tal condição.

1.4.3 Atividades realizadas pela COASA/SEASA

1.4.3.1 Programa Saúde Integral – Cuidando do Corpo e da Mente

a) Objetivo

O Projeto Saúde Integral é um projeto contínuo iniciado em 2011 que tem como objetivo atender à necessidade de promover saúde e satisfação no ambiente de trabalho;

Contribuir para a construção e manutenção de um bem-estar físico, social, mental e para desenvolvimento psicoemocional dos servidores deste Tribunal por meio de ações integradas das diversas dimensões do ser humano;

Implementar políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde.

b) Eventos desenvolvidos

b.1 Semana da Saúde

O evento ocorreu nas dependências do TRE-SE e abordou assuntos diversos sobre a saúde dos colaboradores do Tribunal.

Data: 23/04/19

Palestrantes: Dr. Kaio Bernardes e Dra. Fernanda Santana

Tema: Curso Teórico-Prático Primeiros Socorros

Data: 24/04/19

Palestrante: Psiquiatra Dr. César Santiago

Tema: Essa tal felicidade





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Data: 25/04/19

Palestrantes: Dr. Kaio Bernardes e Dra. Fernanda Santana

Tema: Curso Teórico-Prático Primeiros Socorros

Data: 26/04/19

Palestrante: Educador Fisico Yuri Aragão Sampaio

b.2 Workshop Cozinha em Prosa

O workshop teve o objetivo de ensinar, de forma descontraída e informal, receitas saudáveis, que visem não só o despertar para a reeducação nutricional, com a manutenção da saúde, a fim de prevenir as alterações orgânicas derivadas do consumo indevido ou em excesso de nutrientes inadequados, mas também o desfrutar de alimentos de alta qualidade, reservados a paladares avançados e a experiências gastronômicas elaboradas de modo a agradar aos amantes da boa gastronomia sem perder de vista a saúde, além de promover uma discussão contemporânea sobre a relação entre gastronomia, nutrição, bem-estar físico e mental.

Data: 09/08/2019

Palestrante: Chef de cuisine Carmen Luíza Nascimento Cardoso Menezes

b.3 Cuidados com o recém-nascido e aleitamento materno

Essa ação teve como objetivo dar continuidade ao projeto "Saúde Integral" do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe conscientizando pais e familiares sobre seu papel no apoio à prática do aleitamento materno, criando um ambiente que permita a mãe manter a amamentação como fonte exclusiva de nutrição nos primeiros seis meses de vida e como fonte complementar até os dois anos de idade.

Data: 22/08/2019

Palestrantes: Fernanda Carvalho Santana (Pediatra/Neonatologista do Follow up de Alto Risco da MNSL) e Magda Dórea Vieira (Enfermeira e Gerente do Banco de Leite da MNSL).

b.4 Workshop leitura crítica de rótulos alimentares

O Workshop teve o objetivo de capacitar os participantes para interpretar apropriadamente a composição nutricional dos mais diferentes tipos de alimentos, para que, assim, os servidores possam escolher e consumir alimentos mais saudáveis.

Data: 29/08/2019

Palestrante: Adriane Bispo Pereira (Nutricionista)





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

b.5 Cine e Prosa

O evento teve o objetivo de discutir temas relevantes do cinema à luz da Psicanálise, com a exibição do filme Cidade dos Anjos, um clássico do final da década de 1990, com Nicolas Cage e Mag Ryan.

Data: 30/08/2019

Mediador: Psicoterapeuta (NPA) e Psicanalista em formação (SPR/IPA) Rodrigo Goulart, membro-fundador do Instituto Psicanalítico de Formação e Pesquisa AB Ferrari no Brasil e Coordenador do projeto Encontros de Psicanálise do Núcleo Psicanalítico de Aracaju - NPA.

b.6 Palestra: “Autoconhecer para melhor Servir”

Data de realização: 18/10/2019

Palestrante: Thyago Avelino Santana dos Santos

b.7 Massagens Terapêuticas e Relaxantes

Comemoração ao dia do servidor público federal, com o intuito de promover ações que visam o bem-estar dos servidores e aprimorar as relações interpessoais através do shiatsu, reflexologia podal, drenagem linfática e vibroterapia;

Datas: 28, 29 e 30 de outubro/19, das 7h30 às 13h

Executante: Corpore Fisio

b.8 Contratação de empresa para prestação dos serviços de ginástica laboral, pilates, massagem terapêutica e shiatsu, para a sede deste regional e Zonas eleitorais da capital.

b.9 Realização dos exames periódicos

O objetivo desta ação foi de avaliar o estado de saúde dos servidores, orientá-los quanto aos fatores de risco a que estão expostos em seu ambiente de trabalho, além de detectar precocemente algumas enfermidades.

Foram adotados diversos procedimentos tais como: busca ativa através do envio das solicitações dos exames para os servidores do TRE-SE e convite individualizado por e-mails a realização dos exames periódicos; incentivo à realização dos exames periódicos com a concessão de 1 dia para a realização dos exames e de outro dia para a avaliação clínica periódica com os médicos no TRE-SE, dentre outros.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Data: período de 2019 e 2020

b.10 Palestra “Cuidados Necessários Para a Prevenção da Infecção Pelo Coronavírus (COVID-19)”

O Projeto Saúde Integral é um projeto contínuo iniciado em 2011, no qual está inserida esta ação, que tem como objetivos:

- a) Atender à necessidade de promover saúde e satisfação no ambiente de trabalho
- b) contribuir para a construção e manutenção de um bem-estar físico, social, mental e para desenvolvimento psicoemocional dos servidores deste Tribunal por meio de ações integradas das diversas dimensões do ser humano, implementar políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde;
- c) minimizar os riscos de contaminação pelo coronavírus através de ações educativas;
- d) destacar a importância de se manter a vigilância sobre a saúde mental em virtude de novas rotinas de trabalho e de convívio social em tempos de pandemia.

Data: 13/03/2020.

Palestrante: Dr. Marco Aurélio de Oliveira Góes, médico Infectologista, assessor médico da Diretoria de Vigilância em Saúde/SES/SE

b.11 Medidas Preventivas para o Retorno ao Trabalho Presencial na Pandemia pelo Coronavírus (COVID-19)

O objetivo desta ação foi a elaboração e implementação de Plano de Retorno ao Trabalho Presencial no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, ante ao momento único vivenciado mundialmente, após a instalação e o desenvolvimento da enfermidade Covid-19.

A Justiça Eleitoral possui especificidades atinentes ao planejamento e à organização das eleições e, este ano, será realizado o pleito municipal. Para a sua efetivação, faz-se impossível o trabalho remoto em muitas das atividades, exemplo claro o relacionado à manutenção preventiva das urnas eletrônicas, carga e lacre e muitas das atividades prévias ao pleito eleitoral. Assim sendo, objetivando o necessário retorno paulatino ao trabalho presencial, tornou-se premente a elaboração de um Plano de Retorno ao Trabalho Presencial (PRTP) e essencial unir esforços para encontrar o equilíbrio entre ofertar segurança, protegendo a saúde dos servidores e propiciar a realização das atividades inerentes à Justiça Eleitoral.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) e as autoridades sanitárias de diferentes países têm recomendado medidas preventivas que limitam a transmissão viral, dentre elas a higienização das mãos com frequência, recomendações de etiqueta de higiene pessoal, a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção respiratória, a





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

limpeza e desinfecção de superfícies de maneira regular, e, ainda, a importância de manter distância física e evitar contato com pessoas com febre ou sintomas respiratórios, bem como também a proteção dos grupos de risco para doenças graves.

Neste cenário em constante dinâmica de mudanças, foi necessário, previamente, preparar e divulgar ações educativas, realizar levantamento de dados em postos de trabalho, analisar e adequar dinâmicas e instalações, estabelecer protocolos de prevenção, monitoramento e orientações em saúde e, assim, favorecer a quebra da cadeia de contágio e reduzir a transmissão.

O Plano de Retorno ao Trabalho Presencial contou com os seguintes objetivos:

- a) Prevenir os riscos de contágio pelo SARS-CoV-2 no âmbito do TRE;
- b) Proteger servidores dos grupos de risco;
- c) Monitorar a chegada de casos suspeitos ou confirmados;
- d) Oferecer adequada assistência ao servidor portador da Covid-19;
- e) Assegurar um retorno ao regime de trabalho presencial seguro e eficaz;
- f) Implantar normas e rotinas que minimizem os riscos ocupacionais a que estarão expostos os servidores, estabelecendo medidas preventivas;
- g) Criar consciência preventiva entre os servidores;
- h) Garantir, de maneira eficiente, processos de desinfecção e/ou descontaminação de postos de trabalho;
- i) Implementar políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos à saúde.

No que se refere aos procedimentos, foram adotados os seguintes visando ao retorno seguro ao trabalho presencial e à disseminação de conhecimento:

- a) Elaboração do Plano de Retorno ao Trabalho Presencial;
- b) Elaboração da Cartilha de Combate ao Coronavírus;
- c) Aprovação do Plano de Retorno ao Trabalho Presencial pelo Presidente e Corregedora Eleitorais;
- d) Elaboração do questionário de comorbidades para identificação dos servidores do grupo de risco e contactantes em grupo de risco;
- e) Identificação e proteção dos servidores dos grupos de risco e dos que convivem com familiares portadores de comorbidades;
- f) Editoração de vídeo de Medidas Preventivas a serem seguidas por todos os servidores nas dependências do TRE-SE;
- g) Editoração de vídeo com medidas sanitizantes a serem adotadas pela Secretaria de Administração e Orçamento – SAO / TRE-SE;
- h) Adequação das rotinas de higiene e limpeza atinentes à Secretaria de Administração e Orçamento às novas necessidades de combate à disseminação do coronavírus de modo a efetivar os processos de desinfecção e/ou descontaminação de postos de trabalho e ambientes: manter o ambiente de





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

trabalho bem ventilado para facilitar a circulação de ar; divulgação de protocolos específicos de limpeza; intensificação da rotina de limpeza com preparações antissépticas ou sanitizantes de superfícies de contato coletivo; providenciar para que os refeitórios permaneçam abertos e com controle de circulação de pessoas, as quais deverão manter as regras de distanciamento social; ofertar o acesso adequado aos locais para higiene das mãos com água e sabão; disponibilizar álcool em gel em áreas comuns; disponibilizar substância desinfetante (exemplo: álcool a 70%) para limpeza da estação de trabalho antes do início de seu uso; instalar dispenser higienizador de mãos em locais de maior circulação; atentar para que os dispensers sejam recarregados regularmente;

- i) Aquisição, distribuição e instalação de dispensers para sanitizantes (álcool a 70%) para instalação em locais de maior circulação de pessoas nas dependências do TRE-SE, inclusive nos cartórios eleitorais do interior do Estado;
- j) Aquisição e distribuição de dispensers individuais para sanitizantes (álcool a 70%) para todos os servidores do TRE-SE, inclusive dos cartórios eleitorais do interior do Estado;
- k) Aquisição e distribuição de álcool em gel a 70% para higiene das mãos e de álcool etílico saneante a 70% para limpeza de superfície;
- l) Aquisição e distribuição de equipamentos de proteção individual de acordo com as orientações determinadas pela OMS para todos os servidores da Justiça Eleitoral de Sergipe: Para servidores da área da saúde: máscaras FFP-2 quando em atendimento e cirúrgicas no local de trabalho; em locais com alto risco de transmissão, por todas as pessoas com 60 anos ou mais e para pessoas com problemas de saúde, quando o distanciamento não for possível o uso de máscaras do tipo cirúrgicas e para os demais servidores máscaras de tecido com tripla camada. Aquisição de protetores faciais para os servidores em contato com o público;
- m) Divulgação do Plano de Retorno ao Trabalho Presencial através de Ofícios, intranet e whatsapp para todos os servidores, inclusive os lotados nos cartórios eleitorais do interior do Estado.

b.12 Campanha anual de vacinação contra os vírus Influenza A/H1N1, A/H3N2, B/Brisbane e B/Phuket envolvendo todos os servidores, magistrados e seus dependentes

A campanha teve como objetivo reduzir as complicações, as internações e as mortalidades decorrentes das infecções pelo vírus da influenza no ambiente de trabalho. A vacinação de servidores visou à diminuição da taxa de absenteísmo pela gripe, um dos CID's de maior incidência anual identificado nos relatórios de saúde deste Regional, haja vista que a gripe é uma doença altamente contagiosa, de maneira que uma única pessoa pode contaminar as demais que não foram vacinadas.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Foram adotados os seguintes procedimentos:

- a) **2019** - A vacinação ocorreu no Setor Médico do TRE (SEASA), no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima e na Clínica da Comvacinas, localizada na Avenida Ministro Geraldo Barreto Sobral, nº 2131, Loja 04, Térreo, Jardins, em horário comercial.
- b) **2020** - A vacinação ocorreu nas dependências da Sede do TRE-SE, no Fórum Des. Aloísio de Abreu Lima em sistema de Drive-thru.

b.13 Campanhas Educativas Sobre Cuidados Necessários à Prevenção da Infecção pelo Coronavírus (COVID-19)”

Esta ação está inserida no Projeto Saúde Integral, cujos objetivos constam do item b.10.

Nesta ação, foram adotados os seguintes procedimentos: divulgação do material através da intranet, de cartazes educativos e em grupos de whatsapp dos servidores da Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe e compartilhamento de ações entre servidores da saúde da Justiça Eleitoral Brasileira.

Data: 13/03/2020 a 30/08/2020.

Responsável: Seção de Assistência à Saúde – SEASA/COASA/SGP/TRE-SE

b.14 Palestra “Medidas Preventivas e Vantagens da Utilização de Squeezes em Tempo de Pandemia”

Os objetivos desta ação foram o de promover a conscientização dos colaboradores terceirizados sobre a saúde e os cuidados preventivos à contaminação pelo coronavírus;

Incentivar uma maior procura aos serviços de diagnóstico, acompanhamento e tratamento dos casos de COVID-19 e de contribuir para redução da propagação da COVID-19.

Data: 31/10/20

Palestrante: Dra. Fernanda Barros Carvalho Santana – Médica do TRE-SE

c) Outras ações desenvolvidas

c.1 Instituição e atividades do comitê gestor local de atenção integral à saúde – CGAIS

- Objetivos da ação





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

- a) Implementar e gerir a Política no seu âmbito de atuação, em cooperação com as unidades de saúde;
- b) Fomentar os programas, projetos e ações vinculados à Política, em conjunto com as unidades de saúde;
- c) Atuar na interlocução com o CNJ, com a Rede de Atenção Integral à Saúde, com o Comitê Gestor Nacional, com os demais Comitês Gestores Locais e com as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;
- d) Promover, em cooperação com as unidades de saúde, reuniões, encontros e eventos sobre temas relacionados à Política;
- e) Auxiliar a administração do Tribunal no planejamento orçamentário da área de saúde;
- f) Analisar e divulgar os resultados alcançados;
- g) Executar outras atividades correlatas

- Procedimentos adotados:

- a) Realização de reuniões periódicas para definição dos projetos e atividades a serem desenvolvidos no âmbito do TRE-SE;
- b) Divulgação dos projetos e atividades escolhidos.

c.2 Pesquisa de Clima Organizacional

- Objetivos da ação

A Pesquisa de Clima Organizacional é uma das mais importantes ferramentas de gestão estratégica, tem como objetivo conhecer a percepção dos servidores da Justiça Eleitoral de Sergipe sobre diferentes aspectos do ambiente de trabalho, analisar os dados de satisfação/insatisfação dos servidores para com os fatores ambientais e de relacionamento, bem como os dados sociodemográficos com o objetivo de conhecer o perfil dos servidores do TRE-SE. A análise dos resultados visa a busca de alternativas para melhorar a qualidade das relações de trabalho e propor ações de melhoria para o ambiente de trabalho.

- Procedimentos adotados

- a) Planejamento/elaboração de um instrumento de pesquisa de clima organizacional;
- b) Revisão do Manual de Processo de Trabalho na COPEG, referente ao Processo de Gestão de Clima Organizacional, aprovação e publicação;
- c) Divulgação e sensibilização da pesquisa, através dos meios de comunicação disponíveis;
- d) Aplicação do instrumento via on-line;





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

- e) Análise e consolidação dos dados estatísticos;
- f) Comunicação e publicação dos resultados na internet;
- g) Criação e instituição de Grupos Focais e de um Comitê Gestor para discutir e sugerir propostas de melhoria para os fatores onde os índices de satisfação obtidos pela Pesquisa de Clima Organizacional apresentaram-se abaixo de 70%;
- h) Definição de projetos e ações institucionais para a melhoria do clima organizacional pelo Comitê Gestor;
- i) Desenvolvimento e implementação dos projetos e ações pelas unidades designadas pelo Comitê Gestor;
- j) Sugestão de implementação de um modelo organizacional que proporcione a efetividade dos projetos institucionais de modo a fortalecer as unidades administrativas e a melhoria do Clima Organizacional.
- k) Avaliação dos resultados dos projetos e ações de melhoria.

Período: maio a agosto/19

c.3 Criação, instituição e atuação dos Grupos Focais e do Comitê Gestor

- Objetivos da ação

Criação de grupos focais e a designação de um Comitê Gestor sobre Clima Organizacional no âmbito deste Regional visando atender ao macrodesafio de Melhoria de Gestão de Pessoas, consolidar uma política de gestão de pessoas focada na profissionalização dos servidores e na sua valorização holística bem como. Este projeto foi inserido no Planejamento Estratégico deste Regional para o ciclo 2015-20.

- Procedimentos adotados

- a) Elaboração e aprovação no pleno deste Regional da Resolução TRE-SE 170/2016 que Dispõe sobre as normas gerais para a Gestão do Clima Organizacional no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe;
- b) Grupo de Estudo da Saúde visando estudar conteúdos voltados à Psicodinâmica do Trabalho, com o objetivo de aprofundar e alinhar o conhecimento sobre saúde mental no ambiente de trabalho, através de leituras e debates de textos Clássicos como subsídio teórico para a compreensão da saúde do trabalhador o estabelecimento de ações preventivas e promotoras de saúde.

c.4 Contratação palestra GEPSAT – Grupo de Estudos e Pesquisa em Saúde do Trabalhador (DRA. ANA MAGNÓLIA MENDES)

- Objetivos da ação



COPEG Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Dar continuidade às ações estratégicas do Programa de Saúde Integral em virtude do adoecimento no trabalho, visando entender esse processo em busca de caminhos para potencializar a saúde do(a) servidor(a) e diminuir o prejuízo que os afastamentos por motivo de doença geram. É corrente na atualidade, em escala mundial, que figure como um dos principais motivos de afastamento do trabalho, de acordo com o Código Internacional de Doenças, CID-10, as doenças do grupo F (aquelas classificadas como mentais e comportamentais). O TRE-SE também registra esse dado, conforme os Relatórios de Absenteísmo dos últimos anos, elaborados pela SEASA/COASA. Acrescenta-se a esse contexto, o aumento do sofrimento psíquico em decorrência do isolamento social imposto pela Covid-19, além das incertezas que a mesma tem trazido em relação ao futuro, sobretudo na construção de novas regras de convivência social e profissional.

Data: 05/08/2020 a 12/08/2020

Palestrante: Dra. Ana Magnólia Mendes

c.5 Criação do calendário institucional de prevenção e promoção de saúde

- Objetivos da ação

O calendário visa à conscientização dos servidores sobre problemas de saúde.

Divulgação das campanhas educativas através da intranet.

- Procedimentos adotados

Divulgação das campanhas educativas através da intranet.

Data de realização: mensal (2019 e 2020)

c.6 Programa de Saúde Ocular dos Magistrados e Servidores

- Objetivos da ação

O Programa de Saúde Ocular dos Magistrados e Servidores é um projeto iniciado em 2019 com o objetivo de identificar e prevenir distúrbios oculares dos magistrados e servidores do TRE-SE, devido à prevalência de distúrbios oculares nos magistrados e servidores e aos afastamentos laborais que tais distúrbios ensejam.

- Procedimentos adotados





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

O programa é executado durante os exames ocupacionais periódicos e consiste em uma maior atenção às queixas oculares, teste de acuidade visual e orientações para prevenção de distúrbios oculares.

Período: 01/09/2019 a 16/03/2020

c.7 Programa de Atenção aos Riscos Psicossociais

- Objetivos da ação

O Programa de Atenção aos Riscos Psicossociais foi implantado no TRE-SE em 2019 e visa a uma maior vigilância dos fatores de risco psicossociais no ambiente de trabalho e da saúde mental dos magistrados e servidores deste Tribunal.

- Procedimentos adotados

O programa é executado durante os exames ocupacionais periódicos, valendo-se da aplicação do SRQ-20 para identificação de magistrados e servidores em risco de adoecimento mental e de interrogatório ocupacional para reconhecimento dos riscos ocupacionais no ambiente de trabalho.

Período: 01/09/2019 a 30/11/2020

c.8 Capacitação dos Servidores da Área da Saúde

- Objetivos da ação

Capacitação dos servidores para uma melhor avaliação o estado de saúde dos servidores, orientá-los quanto aos fatores de risco a que estão expostos em seu ambiente de trabalho, além de detectar precocemente algumas enfermidades.

- Procedimentos adotados

Cursos on-line e presencial realizados pelos servidores da saúde.

Período: 2019 e 2020

c.9 Planejamento de Retorno Presencial às Sessões Plenárias

Informação 4125/2020- SEASA (SEI 0018566-53.2020.6.25.8000)

c.10 Monitoramento, fiscalização e orientações preventivas periódicas nas dependências da Sede e dos Cartórios Eleitorais do TRE-SE



COPEG Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

c.11 Monitoramento e gerenciamento de casos suspeitos e confirmados de COVID-19 no âmbito da Justiça Eleitoral Sergipana

Processo SEI (0009598-34.2020.6.25.8000)

c.12 Proteção aos servidores considerados do risco

c.13 Aquisição, acondicionamento e distribuição de Equipamentos de Proteção Individual para servidores, mesários, colaboradores, motoristas e eleitores nos pleitos eleitorais de 2020.

c.14 Plano de Segurança Sanitária para Carga e Lacre das Urnas Eleitorais

1.4.4 Atividades realizadas pela SEBAD

1.4.4.1 Assistência à Saúde

a) Contrato 2/2019 – Contratação de Prestação de Serviços entre o Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e a Unimed Seguros Saúde S/A em vigor a partir de 17/4/2019

Contratação de prestação continuada de serviços de assistência à saúde ou cobertura de custos assistenciais através de plano privado, com coparticipação de 30%, na modalidade de contratação coletiva, por faixa etária, compreendendo atendimento ambulatorial e hospitalar com procedimentos obstétricos, cirúrgicos e de UTI/CTI, exames complementares e serviços auxiliares, relacionados aos procedimentos médicos reconhecidos pelo Conselho de Saúde Suplementar (CONSU), cobertura de consultas médicas, em número ilimitado, e de internações hospitalares, sem limitação de prazo, em clínicas básicas e especializadas, reconhecidas pelo Conselho Federal de Medicina, com cobertura de todas as doenças da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde e de acordo com a Resolução Normativa (RN) 428/2017 da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

b) Ressarcimento parcial do auxílio saúde (cota-parte)

O Auxílio Saúde, realizado sob a forma de ressarcimento parcial, passou, a partir de 01/01/2020, a ser no valor de R\$ 249,40, conforme Ofício_Circular GAB-DG nº 142/2020 de 29/04/2020.

c) Assistência à saúde indireta





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Tipo	Total de Beneficiários	Inclusões	Exclusões
Ressarcimento Parcial (cota-parte)	247	25	20
Plano de Assistência à Saúde – UNIMED SEGUROS	259	23	15
Plano de Assistência à Saúde - SERVONTO	555	42	18

Quadro 9 – Assistência à saúde indireta

1.4.4.2 Auxílios

Tipo de Auxílios	Total de Beneficiários	Inclusões	Exclusões
Pré-Escolar	45	15	19
Transporte	12	4	2
Alimentação	261	31	35

Quadro 10 – Auxílios

1.4.4.3 Instituidores de Pensão e Pensionistas

Total de Instituidores de Pensão	Total de Pensionistas
19	26

Quadro 11 – Instituidores de pensão e pensionistas

1.4.4.4 Inativos

Total de Inativos	Inclusões	Exclusões
36	5	2

Quadro 12 – Inativos

1.4.5 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Desenvolvimento Humano

1.4.5.1 Seção de Desenvolvimento de Competências - SEDEC

Seguem quadros com resumo das atividades realizadas no biênio 2019-2020.

Destacam-se, em primeiro, as ações contratadas pela SEDEC para execução do Plano Anual de Capacitação, bem como eventos realizados em parceria com o





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

TRT/SE, TJ/SE e Justiça Federal Seccional Sergipe, além de dados sobre programa de Auxílio-Bolsa - Graduação e Pós-Graduação.

Servidores Capacitados	2019	2020
Total de servidores em exercício nas unidades do Tribunal	239	244
Servidores Capacitados	233	154
Percentual de servidores capacitados	97,50%	63,11%*
Total de ações de capacitação	39	35

Quadro 13 – Servidores capacitados

* Vale destacar que a redução do percentual de servidores capacitados em 2020 deu-se em virtude da pandemia, que gerou isolamento social, suspensão dos treinamentos presenciais e determinação de trabalho remoto até o mês de julho/20, limitando a realização dos eventos de capacitação. Além desse contexto apresentado, por ser ano das eleições, há a priorização das atividades a elas relacionadas, e maior sobrecarga das Unidades, dificultando a disponibilidade dos servidores para participação em eventos e capacitações de outros temas.

A seguir, dados do Programa Auxílio-Bolsa, regulamentado pela Resolução TRE-SE 158/2007 (alterada pela Resolução TRE-SE 20/2009):

Programa Auxílio-Bolsa *	2019-2020
Graduação - Servidores contemplados	3
Pós-Graduação - Servidores contemplados	0
Total de Servidores que perderam o direito*	0
Número final de servidores participantes do programa	2**

Quadro 14 – Programa Auxílio-Bolsa

** 1 (um) servidor concluiu o curso de graduação em 2019.

Área de Conhecimento do curso do Programa Auxílio-Bolsa	
Direito	3

Quadro 15 – Área de Conhecimento do curso do Programa Auxílio-Bolsa

1.4.5.2 Seção de Gestão de Desempenho - SEGED

1.4.5.2.1 - Eventos



COPEG Coordenação de Planejamento, Estratégia e Governança



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Ano	Eventos	TOTAL
2019	Ambientação de estagiários - março, abril, maio, julho e agosto;	5
	Concurso de remoção interna - Edital 507/2019 - Técnico Judiciário - Área Administrativa;	
	Concurso de remoção interna - Edital 509/2019 - Analista Judiciário - Áreas Administrativa e Judiciária.	
2020	Ambientação de estagiários - fevereiro, março e abril;	
	Ambientação de servidores - fevereiro - 2 (dois) Técnicos Judiciários - Área Administrativa, 1 (um) Analista Judiciário - Área Judiciária e 1 (um) Analista Judiciário - Área Administrativa.	

Quadro 16 – Eventos

1.4.5.2.2 - Estagiários

Força de Trabalho	14/08/2020*
Estagiários – Nível Superior	19
Estagiários – Nível Médio - Jovem Cidadão	27

Quadro 17 – Estagiários

* Considere-se o quantitativo, em 14/08/2020, com 6 (seis) vagas para estagiário de graduação e 8 vagas para nível médio. No interregno de agosto a novembro/2020, foi suspenso o estágio no TRE-SE, tendo em vista a situação atípica da pandemia. No entanto, em dezembro/2020, iniciou-se processo de contratação de 60 (sessenta) estagiários para 2021.

1.4.5.2.3 - Despesas referentes aos estagiários do TRE-SE (exercícios de 2019 e 2020)

Estagiários/Nível de Escolaridade	Ano de atividade			
	2019		2020	
	Quantitativo	Despesas	Quantitativo	Despesas
Nível Superior*	26	R\$ 249.670,84	19	R\$ 175.142,14
Nível Médio**	34	R\$ 236.846,68	27	R\$ 120.711,66
Total	60	R\$ 486.517,52	46	R\$ 295.853,80

Quadro 18 – Despesas referentes aos estagiários do TRE-SE (exercícios de 2019 e 2020)

* Valor da bolsa nível superior: R\$ 846,00 + Auxílio Transporte em Pecúnia : R\$ 154,00. Total: R\$ 1.000,00;





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

** Valor da bolsa nível médio: R\$ 626,00 + Auxílio Transporte em Pecúnia: R\$ 154,00.
Total: R\$ 780,00.

1.4.5.2.4 - Avaliações de desempenho

Ano	Quantitativo de Servidores Estáveis	Quantitativo de Estágio Probatório	Total
2019	43*	28***	71
2020	58**	12****	70
Total	101	40	141

Quadro 19 – Avaliações de desempenho

* 38 (trinta e oito) tiveram progressão funcional e 5 (cinco), promoção;

** 56 (cinquenta e seis) tiveram progressão funcional e 2 (dois), promoção;

*** 2 (dois) servidores, visando à observância preliminar de adaptação, lotação e capacitação;

**** 3 (três) servidores foram avaliados, visando à observância preliminar de adaptação, lotação e capacitação.

1.4.5.3 Núcleo de Desenvolvimento Organizacional - NDO

a) Projeto Gestão por Competências (Processo SEI 0014079-74.2019.6.25.8000)

Continuação da implantação na Secretaria de Administração e Orçamento - SAO:

- Capacidades Técnicas
- Realização do Diagnóstico das Capacidades Técnicas - SAO
- Envio, Orientação e Recepção de dados
- Ações de Validação do Diagnóstico
- Definição das Capacidades para os Papéis Profissionais da SAO
- Definições para o Diagnóstico de Competências e Planos de Desenvolvimento
- Planejamento e Definições
- Estruturação do Modelo

b) Processo de Seleção Interna 01/2020 – Ocupação da Função Comissionada FC-1 – NDO (Processo SEI 0005793-73.2020.6.25.8000)

- Proposição inicial: 25/03/2020
- Envio SGP/DG: 09 e 10/06/2020
- Autorização DG: 12/06/2020
- Publicações:





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

- EDITAL 360/2020 - NDO - Abertura do Processo (DJE 106, de 19/06/20)
- EDITAL 377/2020 - NDO - Prorrogação de Inscrições (DJE 114 , de 01/07/20)
- EDITAL 394/2020 - NDO - Resultado Final (DJE 134, de 29/07/20)
- PORTARIA 1114/2020 - Designação FC-1 (DJE 215, de 01/12/20)

- Atividades:

ETAPA	DATA
Inscrições	25/6 a 6/7/2020
Validação de Inscrição	7/7/2020
Divulgação da Validação de Inscrição	8/7/2020
Análise de Currículo e Capacidades	9 a 14/7/2020
Entrevista (Google Meet)	20/7/2020
Análise de Perfil do Candidato	21/7/2020
Informação do Resultado da Análise	22/7/2020
Divulgação do Resultado Final	29/7/2020
Designação FC-1	01/12/2020

Quadro 20 – Atividades do processo de seleção interna

1.4.6 Atividades realizadas pela Coordenadoria de Pessoal

1.4.6.1 Seção de Registros Funcionais - SEREF

- a) Nomeação de 02 servidores no ano de 2019 (01 Analista Judiciário – Área Judiciária e 01 Técnico Judiciário – Área Administrativa) e de 04 servidores no ano de 2020 (01 Analista Judiciário – Área Administrativa, 01 Analista Judiciário – Área Judiciária e 02 Técnicos Judiciários – Área Administrativa);
- b) Efetivação de duas redistribuições no ano de 2019, sendo 01 de Analista Judiciário – Área Judiciária e 01 de Técnico Judiciário – Área Administrativa;
- c) As atividades dos Postos de Atendimento das 3^a, 13^a, 15^a, 22^a, 24^a e 30^a Zonas Eleitorais foram encerradas no dia 19/12/2019 o que ocasionou a vinda para a Secretaria de 6 (seis) Funções Comissionadas, FC-1, que foram alocadas na Diretoria- Geral.
- d) O Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal sofreu alterações por meio da Resolução 12/2020, a seguir especificadas:

d.1 Extinção de 5 (cinco) funções comissionadas FC-1, e criação de 2 (duas) funções comissionadas FC-5;





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

d.2 Alteração do nome da Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria para Coordenadoria de Auditoria Interna;

d.3 Alteração do nome da Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Gestão para Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança;

- e) Por meio da Resolução 15/2020, o Regulamento Interno da Secretaria do Tribunal extinguiu 3 (três) funções comissionadas FC-1 e criou 1 (uma) função comissionada FC-2 e 2 (duas) funções comissionadas FC-3.

1.4.6.2 Seção de Controle de Juízes Eleitorais - SEJUE

1.4.6.2.1 - Requisições de servidores de outros órgãos para os Cartórios Eleitorais

Em 2019, foram requisitados 19 novos servidores, tendo sido devolvidos aos respectivos órgãos no mesmo ano 18 servidores;

Em 2020, foram requisitados 19 novos servidores, tendo sido devolvidos aos respectivos órgãos neste ano 13 servidores;

1.4.6.2.2 - Designações de Magistrados

Em 2019 tomaram posse no Pleno 03 membros da classe desembargador, 03 da classe juiz e um advogado;

Em 2020 tomaram posse no Pleno 02 membros da classe desembargador e 03 da classe juiz;

Encontram-se em andamento no TSE, três processos de Listas Tríplices, para, após o devido julgamento, serem encaminhadas à Presidência da República para escolha e designação de 1 Jurista Titular e 2 Juristas Substitutos, em virtude dos termos dos biênios em 2020, dos Drs. Joaby Gomes Ferreira, Dra. Sandra Regina Câmara Conceição e Dra. Marcela Phiton Brito Santos.

1.4.6.2.3 - Designações de Juízes Eleitorais

PORTARIA 50/2019: designou o Dr. Evilásio Correia de Araújo Filho para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 19ª Zona, sediada em Propriá, a contar de 8/2/2019, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de 02 Juízes de Direito;

PORTARIA 51/2019: designou o Dr. Antônio Cerqueira de Albuquerque para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 21ª Zona, sediada em São Cristóvão, a contar de 11/2/2019, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de 02 Juízes de Direito;

PORTARIA 226/2019: designou o Dr. Otávio Augusto Bastos Abdala para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 16ª Zona, sediada em Nossa Senhora das Dores, a





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

contar de 3/4/2019, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas do Juiz supracitado;

PORTARIA 535/2019: designou o Dr. José Marcelo Barreto Pimenta para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 17ª Zona, sediada em Nossa Senhora da Glória, a contar de 4/7/2019, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas do Juiz supracitado;

PORTARIA 713/2019: designou a Dra. Cláudia do Espírito Santo para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 5ª Zona, sediada em Capela, a contar de 26/8/2019, após a remoção da referida Juíza para a Comarca;

PORTARIA 83/2020: designou o Dr. Haroldo Luiz Rigo da Silva para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 29ª Zona, sediada em Carira, a contar de 20/3/2020, após a remoção do referido Juiz para a Comarca;

PORTARIA 87/2020: designou a Dra. Jane Silva Santos Vieira para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 2ª Zona, sediada em Aracaju, por um biênio, a contar de 17/2/2020, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de 06 Juízes de Direito;

PORTARIA 176/2020: designou a Dra. Carolina Valadares Bitencourt para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 12ª Zona, sediada em Lagarto, por um biênio, a contar de 19/2/2020, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas da Juíza supracitada;

PORTARIA 184/2020: designou a Dra. Eliane Cardoso Costa Magalhães para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 1ª Zona, sediada em Aracaju, por um biênio, a contar de 18/3/2020, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de 02 Juízes de Direito;

PORTARIA 222/2020: designou o Dr. Pablo Moreno Carvalho da Luz para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 9ª Zona, sediada em Itabaiana, por um biênio, a contar de 30/3/2020, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição apenas do Juiz supracitado;

PORTARIA 277/2020: designou o Dr. José Adailton Santos Alves para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 34ª Zona, sediada em Nossa Senhora do Socorro, por um biênio, a contar de 13/4/2020, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de 02 Juízes de Direito;

PORTARIA 317/2020: designou a Dra. Fabiana Oliveira Bastos de Castro para exercer as funções de Juíza Eleitoral da 18ª Zona, sediada em Porto da Folha, a contar de 20/3/2020, após a remoção da referida Juíza para a Comarca;

PORTARIA 385/2020: designou o Dr. José Pereira Neto para exercer as funções de Juiz Eleitoral da 27ª Zona, sediada em Aracaju, por um biênio, a contar de 26/5/2020, após a realização de rodízio eleitoral com a inscrição de 06 Juízes de Direito;

PORTARIA 1067/2020: alterou os términos dos biênios dos Juízes Eleitorais, Tatiany Nascimento Chagas de Albuquerque, da 6ª Zona, sediada em Estância, Fernando Luís Lopes Dantas, da 13ª Zona, sediada em Laranjeiras, Horácio Gomes Carneiro Leão, da 15ª Zona, sediada em Neópolis, Evilásio Correia de





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Araújo Filho, da 19ª Zona, sediada em Propriá, Antônio Cerqueira de Albuquerque, da 21ª Zona, sediada em São Cristóvão, e Elaine Celina Afra da Silva Santos, da 31ª Zona, sediada em Itaporanga D'Ajuda, tendo em vista o art. 16, da Resolução TRE-SE nº 23, de 27/11/18 e o art. 2º, da Resolução TRE-SE nº 18 (0953033), de 29/7/20.

1.4.6.3 Seção de Direitos e Deveres - SEDIR

a) Regulamentações

RESOLUÇÃO Nº 12/2019 – Declara em processo de extinção a Especialidade Biblioteconomia, pertencente à Área de Atividade Apoio Especializado, do cargo efetivo de Analista Judiciário, do Quadro Permanente de Pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e dá outras providências.

PORTARIA 1134/2019 – Altera a Portaria TRE-SE 24/2019, que regulamenta as consignações em folha de pagamento, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

PORTARIA 621/2020 – Regulamenta a licença à gestante, a licença à adotante e a licença-paternidade, e respectivas prorrogações, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

PORTARIA 654/2020 – Regulamenta a prestação de serviço extraordinário no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e dá outras providências.

PORTARIA 1146/2020 – Institui condições especiais de trabalho para servidores com deficiência ou doença grave, ou que sejam responsáveis por dependentes nessas condições, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

b) Atividades 2019-2020

Nº	Atividades	Quantidade
1	Processos Estimativas de aposentadoria	27
2	Processos Averbações	8
3	Processos Ajustes de contas	17
4	Processos Pedidos de Redistribuição	17
5	Processos Licença para capacitação	23
6	Processos Aposentadorias	5
7	Processos Inclusão de dependentes	21
8	Processos Auxílio-funeral	3





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

9	Processos Licença para tratar de interesses particulares	1
10	Processos Pedidos de Remoções	9
11	Processos de Pensão	3
12	Processos de Indícios apontados pelo TCU	5
13	Processo de Concessão de Abono de Permanência	3
14	Processos Isenção do Imposto de Renda	3
15	Processos de Migração de Regime Previdenciário	5
16	Processos com solicitação de parcelamento	4
17	Processos Certidões de Tempo de Contribuição	4
18	Processos de Horário Especial	3
19	Processos Desaverbação de Tempo de Contribuição	3
20	Processos com Informações prestadas à AGU	28
21	Processos Licença por acidente em serviço	1
22	Processos Licença por motivo de doença em pessoa da família	1

Quadro 21 – Atividades da SEDIR



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

1.5 Secretaria Judiciária – SJD

1.5.1 Principais Resoluções Editadas em 2019 e 2020

Por meio da Resolução TSE 13/2019 houve a Implementação da sustentação oral nas Sessões Plenárias presenciais, o que oportunizou aos causídicos baseados em outras Cidades e/ou Estados, e até mesmo aos desta capital, momentaneamente, em trânsito e distantes da sede deste Regional, o direito de bem defender seus clientes nos processos em julgamento. Este Regional trouxe essa inovação, aderindo aos ditames contidos na Resolução nº 215, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ e ao disposto no artigo 937, § 4º do Código de Processo Civil.

Em razão da reafirmação, pelo Supremo Tribunal Federal - STF, da competência da Justiça Eleitoral para processar e julgar os crimes comuns conexos a crimes eleitorais, a Secretaria Judiciária - SJD, conjuntamente com a Assessoria dos Juízes-Membros - ASJUS, minutou os termos da Resolução TRE-SE 18/2019, regulamentando a competência e atribuições dos Juízos Eleitorais e as regras para distribuição dos feitos nos municípios com mais de uma Zona Eleitoral, além da designação de Juízos Especializados para atuar nos feitos daquela natureza.

Foram designados por meio da Resolução 24/2019, os juízos competentes para as matérias atinentes ao pleito de 2020, responsáveis pelo registro de candidatos e de pesquisas eleitorais e respectivas reclamações e representações, pelo exame das prestações de contas, pela propaganda eleitoral e sua fiscalização e respectivas reclamações e representações, pela diplomação dos eleitos e pelas investigações judiciais eleitorais no município de Aracaju e Barra dos Coqueiros.

Com o advento da pandemia do COVID-19 foi implementado o uso de ferramenta de videoconferência para realização de sessões plenárias, por meio da Res. 4/2020 (Alterada pelas Resoluções TRE-SE nº 7/2020 e nº 27/2020), possibilitando a continuidade dos julgamentos dos feitos.

Regulamentou-se, por meio da Res. TRE-SE 19/2020, a utilização de serviços de mensagens instantâneas no âmbito da Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe para intimações judiciais, o que importou em significativa redução de despesas com serviços postais e de diligências dos oficiais de justiça, economizando tempo, recursos materiais e humanos e trouxe uma forma mais ágil e efetiva de transmitir informações de interesse dos partidos políticos, eleitores e terceiros interessados, relacionadas à Justiça Eleitoral de Sergipe, em alinhamento com o novo Código de Processo Civil, bem como com a decisão do Conselho Nacional de Justiça, proferida no Procedimento de Controle Administrativo nº 0003251-94.2016.2.00.0000.

Ainda em razão da Pandemia do COVID-19, como medida para minimizar a exposição e reduzir o contágio, em respeito ao necessário distanciamento social, foi editada a Resolução TRE-SE 20/2020, regulamentando a utilização da videoconferência para a realização de audiências no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral e das Zonas Eleitorais de Sergipe.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Considerando as disposições das Resoluções nºs 23.608/2019 e 23.609/2019 do Tribunal Superior Eleitoral para as eleições 2020, as quais trouxeram, de forma expressa, a aplicação da distribuição, por prevenção, para alguns recursos, por meio da Resolução 23/2020, foi alterado o Regimento Interno do TRE-SE, ampliando-se a incidência do artigo 260 do Código Eleitoral a todos os recursos com potencial de alterar o resultado das eleições, ou seja, recursos em sede de Ação de Investigação Judicial - AIJE, de Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIME e de Recurso Contra Expedição de Diploma - RCED, na esteira do entendimento do Tribunal Superior Eleitoral. Ainda, foi adotada a mesma sistemática para as ações e remédios constitucionais que se vinculem diretamente àqueles processos acima citados, a exemplo de mandado de segurança, habeas corpus e os feitos com pedido de tutela provisória de urgência.

Diante da necessidade de regulamentar a realização de audiências de custódia relacionadas a crimes eleitorais, também conjuntamente com a Assessoria dos Juízes-Membros, a SJD minutou os termos da Resolução 26/2020, que dispõe sobre a realização de audiência de custódia nas Eleições 2020, no âmbito da Justiça Eleitoral de Sergipe.

1.5.2 Eleições Suplementares

Foram elaborados os regramentos dos pleitos eleitorais suplementares, fixando as datas, aprovando instruções e o calendário para a realização de nova eleição para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito dos municípios de Riachão do Dantas - Res. TRE-SE 14/2019 e São Francisco - Res. TRE-SE 20/2019.

1.5.3 Treinamentos – Eleições 2020

Foram realizados treinamentos sobre Registro de Candidatura, Propaganda Eleitoral, Ações Cíveis Eleitorais e Ação de Investigação Judicial Eleitoral, para os servidores lotados nos Cartórios Eleitorais e na Sede que participaram do grupo de apoio às Zonas Eleitorais.

Foi realizada reunião com os representantes dos Partidos Políticos para disseminação de informações referentes ao Registro de Candidaturas, com a participação da OAB/SE e servidores.

Ainda, foi realizado “Seminário Estadual de Prestação de Contas Eleitorais: Eleições Municipais 2020”, tratando sobre os Aspectos Gerais da Resolução TSE 23.607/2019, que dispõe sobre a matéria e arrecadação e realização de gastos, com abordagens sobre Fundo Partidário (FP), Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e Prestação de Contas Eleitorais, entre outros, em parceria com o Conselho Regional de Contabilidade e com a participação de contadores, advogados, servidores e representantes da Procuradoria Regional Eleitoral, da Procuradoria de Justiça do Estado e da OAB/SE.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Os referidos treinamentos foram ministrados por servidores da Secretaria Judiciária, Assessoria dos Juízes-Membros, Corregedoria Regional Eleitoral e pelo ex-servidor do TRE-SE e atual Juiz Eleitoral do TRE/AL, Marcos Vinícius Linhares, além de membros do Conselho Federal de Contabilidade e do Conselho Regional de Contabilidade – CRC /SE.

Finalizando o ciclo de capacitação, a equipe da Seção de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias ainda ofertou treinamento aos servidores dos Cartórios e ao grupo de apoio da Sede que auxiliará na análise das Prestações de Contas dos Candidatos e Partidos.

Ressaltamos que, em razão da pandemia do COVID -19, todos os treinamentos foram realizados, com êxito, com a utilização de ferramenta de videoconferência.

1.5.4 Manuais – Eleições 2020

Com o objetivo de auxiliar os servidores, magistrados, candidatos, partidos, coligações partidárias e demais interessados no pleito municipal foram elaborados e disponibilizados Manuais de Pesquisas Eleitorais, de Representações, Reclamações e Pedidos de Direito de Resposta, de Registro de Candidaturas, de Propaganda Eleitoral, de Legislação Eleitoral, além do folder “Dicas e informações para o dia da Eleição” objetivando expor, de forma didática, disposições e determinações contidas nas Resoluções do TSE que regulamentaram as Eleições 2020.

1.5.5 Implantação do novo Diário de Justiça Eletrônico - DJE

Em 2020, foi efetuada com sucesso a migração para o novo Diário de Justiça Eletrônico-DJE o que proporcionou maior celeridade e segurança nas publicações. Ressaltamos a maior facilidade que os Cartórios Eleitorais tiveram nas publicações dos editais contendo os Partidos e Coligações, bem como os nomes dos candidatos que pleitearam o direito de concorrer a uma vaga nas eleições deste ano.

1.5.6 Virtualização de Processos Físicos

Ainda neste exercício foi realizada a digitalização de todos os processos físicos em tramitação no 2º grau de jurisdição e efetuada a migração desses processos do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP para o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe, em cumprimento ao cronograma aprovado pelo Tribunal Superior Eleitoral, conforme Portaria TSE 247/2020 e Portaria Conjunta 19/2020, proporcionando maior celeridade aos atos processuais, economia de recursos humanos e materiais.

1.5.7 Divulgação de Jurisprudência





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Visando a proporcionar maior transparência aos seus julgados, bem como levar ao conhecimento do público em geral os entendimentos do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, foram elaborados diversos trabalhos disseminando a jurisprudência desta Corte, tais como informativos, ementários, coletânea de decisões por temas, o repertório temático de julgados contendo decisões selecionadas, todos divulgados no sítio do TRE-SE, além de diversas pesquisas de jurisprudências realizadas inclusive para o público externo.

1.5.8 Gestão Documental

Digitalização de 87% dos processos enviados à Seção de Gestão de Documentos - SEDOC pela 13ª Zona Eleitoral, para guarda temporária.

Realização dos cursos de "Repositório Digital Confiável RDC ARQ" e "Gestão e Preservação de Documentos Digitais - Arquivemática e Ica-Atom", nos períodos de 10 a 12.03.2020 e 14 e 15.05.2019, respectivamente, buscando subsídios para a implementação da Gestão Eletrônica de Documentos.

Atualização do SEI, permitindo o acesso a processos por usuários externos previamente cadastrados, em conformidade com a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011, também conhecida como Lei da Transparência, que exige que os órgãos públicos mantenham seus processos e documentos disponíveis para consulta pública em meio eletrônico na internet, contribuindo para este TRE alcançar o prêmio CNJ de qualidade 2019, Selo Diamante.

Elaboração da Portaria nº 1185/2019, que dispõe sobre a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, tornando sem efeito a Portaria 1001/2015 e suas alterações para adequação à Resolução TRE-SE nº 25/2019, que dispõe sobre a gestão documental e a política de manutenção de documentos físicos e eletrônicos no âmbito do TRE-SE, bem como à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018 e ao Decreto nº 8.539/2015.

Adequação do SEI ao Plano de Classificação e à Tabela de Temporalidade Documental do TRE-SE.

Realização de levantamento junto às unidades do TRE-SE para adequação dos assuntos e tipos de processos importados do TRF4 àqueles utilizados pelo TRE-SE.

A Coordenadoria de Gestão da Informação atuou na presidência do Grupo de Trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados, que culminou com a publicação da Resolução 28/2020, que instituiu a "Política de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe" com as consequências dela advindas.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

2. OUVIDORIA ELEITORAL DE SERGIPE

2.1 Apresentação

O presente relatório é um panorama das atividades desenvolvidas na Ouvidoria Eleitoral de Sergipe, no período de fevereiro de 2019 a novembro de 2020, durante a gestão do Des. José dos Anjos como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe. Neste período, a função de Ouvidor Eleitoral foi exercida pela Juíza Áurea Corumba de Santana até 21 de novembro de 2019, sendo substituída pelo Juiz Edivaldo dos Santos, que exerce a citada função desde 17 de dezembro de 2019.

A seriedade de uma instituição pública e o nível de comprometimento de sua gestão com a excelência de seus serviços não podem ser aferidos sem transparência proativa de suas ações e participação ativa de seus cidadãos. O sucesso dessa relação é determinante para o estabelecimento de um grau satisfatório de credibilidade da organização perante seus destinatários. É exatamente nesse contexto que se insere a Ouvidoria Eleitoral, na esperança de efetivá-la como um verdadeiro canal de participação cidadã.

Abaixo, apresenta-se, sucintamente, relato das atividades desenvolvidas na Ouvidoria Regional Eleitoral de Sergipe, no período de fevereiro de 2019 a novembro de 2020.

2.2 Ações Desenvolvidas na Ouvidoria no período de 2019-2020

- a) Mudança da sala da Ouvidoria para a área de entrada do Tribunal, local onde funcionava o protocolo administrativo, objetivando melhorar o acesso dos cidadãos aos serviços disponibilizados pela Ouvidoria Eleitoral.
- b) Elaboração da minuta de Resolução para regulamentação da Lei 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos, bem como atualização do Regimento Interno da Ouvidoria Eleitoral, tendo como resultado a Resolução TRE-SE 6/2019.
- c) Participação da Dra. Áurea Corumba de Santana, Juíza Ouvidora Eleitoral, e da servidora Vanda dos Santos Gois na XII Reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral e Encontro de Representantes das Ouvidorias Eleitorais, realizado no Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, em Palmas, nos dias 13 e 14 de junho de 2019, gerando a Carta de Palmas.
- d) Sugestão de novos meios de acesso aos serviços prestados pela Ouvidoria Eleitoral: atendimento via WhatsApp e/ou contratação de linha telefônica 0800 ou 148 (ligação gratuita).
- e) Elaboração, em parceria com a ASCOM, de cartaz para divulgação dos plantões da Ouvidoria Eleitoral no dia 1º de setembro de 2019, durante a realização da Eleição Suplementar de Riachão do Dantas/SE, bem como no dia 1º de





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

dezembro de 2019, quando foi realizada a Eleição Suplementar de São Francisco/SE.

- f) Atualização e disponibilização na página inicial do site do TRE-SE do Guia do Eleitor para a Eleição Suplementar do município de Riachão do Dantas, bem como do Guia do Eleitor para a Eleição Suplementar do município de São Francisco, constando as dúvidas frequentes dos eleitores.
- g) Elaboração, em parceria com a ASCOM, de spot para divulgação dos serviços e do plantão da Ouvidoria Eleitoral no dia 1º de dezembro de 2019, quando foi realizada a Eleição Suplementar de São Francisco/SE, sendo encaminhado para as emissoras de rádio que possuem cobertura no referido município.
- h) Participação de servidoras da Ouvidoria no Comitê Gestor do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, no Comitê Gestor das Cartas de Serviço, no Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet e do grupo de voluntários do Projeto Eleitor do Futuro da Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe, que realizam palestras para estudantes de escolas públicas e privadas desta capital.
- i) Elaboração de relatório referente às atividades desenvolvidas na Ouvidoria Eleitoral no ano de 2019 (RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DA - TRE-SE-Relatorio-de-Gestao-Anual-2019-Ouvidoria Eleitoral.pdf (tre-se.jus.br)).
- j) Participação do Dr. Edivaldo dos Santos, Juiz Ouvidor Eleitoral, no 3º Encontro Nacional de Ouvidores Judiciais, realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, em Fortaleza, no dia 13 de março de 2020, com o tema geral “O Papel da Justiça Frente ao Dinamismo e Modernidade da Sociedade Brasileira”. O evento foi destinado aos Ouvidores de todo o Poder Judiciário do Brasil e abordou questões relevantes à Ouvidoria Judicial, tais como: participação popular e transparência das relações, público interno, desafios e perspectivas, redes sociais, comunicação e marketing da ouvidoria, atendimento humanizado, combate à desinformação, pacificação do ambiente sócio-político-ético, acessibilidade, *compliance* e adaptação às novas tecnologias e mídias.
- k) Participação da servidora Vanda dos Santos Gois no Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet e de reunião no dia 04/02/2020, onde foram apresentadas sugestões de melhorias na página da internet do TRE-SE, principalmente na página da Transparência que será avaliada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ através do Ranking da Transparência 2020.
- l) Atualização da página da Ouvidoria no site do TRE-SE com base nas sugestões apresentadas pelo Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet, bem como foi iniciada a atualização do Guia da Transparência.
- m) Realização em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação de todas as providências necessárias para a transferência das ligações e sistemas da Ouvidoria para que o trabalho remoto em home office fosse desenvolvido normalmente desde o dia 23/03/2020, tendo a Ouvidoria funcionado como se nas dependências do Tribunal, uma vez que o atendimento na Ouvidoria é predominantemente por telefone, e-mail e formulário eletrônico.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

- n) Participação da servidora Vanda dos Santos Gois de reunião através de videoconferência no dia 07/04/2020 com membros do Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet para verificação das melhorias sugeridas às unidades do TRE-SE na reunião de 04/02/2020.
- o) Em face do recebimento das questões solicitadas pelo CNJ, foi juntada a Informação 1743/2020 – OE no Processo SEI 0008372-82.2020.6.25.8100, ratificando as respostas dos itens 8, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28 e 29 do Ranking da Transparência do CNJ 2020, cuja unidade responsável é a Ouvidoria Eleitoral.
- p) Participação da servidora Vanda dos Santos Gois em parceria com a servidora Rosa Márcia Fontes Machado do Gabinete da Diretoria-Geral, na conferência das respostas do Ranking da Transparência enviadas pelas demais unidades do TRE-SE, através de análise comparativa com as respostas do ano de 2019, de outros tribunais e orientações do glossário disponibilizado pelo CNJ, para apresentação de sugestões e compilação das 85 respostas do Ranking da Transparência 2020 que foram enviadas ao CNJ pelo Diretor-Geral (Processo SEI 0008372-82.2020.6.25.8100), bem como conferência de todos os links das respostas, além da atualização e disponibilização do Guia da Transparência no site do TRE-SE, que pode ser acessado no seguinte link:

Link 5 - Guia da Transparência:

https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/arquivos-diversos/guia-da-transparencia-2020/rybena_pdf?file=https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/arquivos-diversos/guia-da-transparencia-2020/at_download/file

O Tribunal Regional Eleitoral alcançou o 1º lugar no Ranking da Transparência em 2020.

- q) Participação da servidora Vanda dos Santos Gois em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (II e-COJE) por videoconferência (Zomm) no dia 29/05/2020, a partir das 10 horas, representando o Juiz Ouvidor Eleitoral.
- r) Resposta da 1ª Pesquisa Nacional das Ouvidorias Eleitorais através do preenchimento de formulário do google, no início de junho/2020, com 50 questões sobre informações gerais, atividades desenvolvidas, meios de acesso, dados estatísticos dos atendimentos, bem como a estrutura física (tamanho da sala) e de pessoal (quantidade e funções) da Ouvidoria do TRE-SE, solicitada pelo Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral, visando a compilação da situação atual das Ouvidorias Eleitorais do país.
- s) Participação do Dr. Edivaldo dos Santos, Juiz Ouvidor Eleitoral, e da servidora Vanda dos Santos Gois em reuniões do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (III e-COJE) por videoconferência (Zomm) no dia 26/06/2020, às 10 horas, quando foi apresentado o resultado da 1ª Pesquisa Nacional das Ouvidorias





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Eleitorais pelo Ouvidor do TRE/PR; bem como no dia 03/07/2020 (IV e-COJE), no mesmo horário, quando foi eleita a nova Mesa Diretora do COJE.

- t) Disponibilização do atendimento pelo Whatsapp, conforme junção dos modelos e boas práticas das Ouvidorias do TRE/GO e TRE/TO (atendimento automático 24 horas e por atendente no horário de 7 às 13 horas). O serviço foi disponibilizado em 07/07/2020, apresentando menu com 16 respostas automáticas (link 6) que são atualizadas constantemente, podendo o cidadão ter acesso aos serviços da Ouvidoria Eleitoral a qualquer hora.

Link 6 – Ouvidoria Eleitoral: <http://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria>

- u) Solicitação à ASCOM de matéria sobre a disponibilização do whatsapp (79) 99948-1969 pela Ouvidoria Eleitoral (link 7), bem como de campanha para divulgação do atendimento por whatsapp através de banner para instagram e facebook.

Link 7 - Matéria sobre a disponibilização do whatsapp da Ouvidoria: <http://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Julho/canal-direto-ouvidoria-do-tre-se-disponibiliza-whatsapp>

- v) Participação do Dr. Edivaldo dos Santos, Juiz Ouvidor Eleitoral, e da servidora Vanda dos Santos Gois em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (V e-COJE) por videoconferência (Zomm) no dia 31/07/2020, a partir das 10 horas, quando foram iniciados os debates para alteração do Estatuto do COJE.
- w) Participação do Dr. Edivaldo dos Santos, Juiz Ouvidor Eleitoral, da servidora Vanda dos Santos Gois, demais servidoras da Ouvidoria e do GTLGPD convidados, no dia 05/08/2020, no horário das 17 às 18:30, em palestra pelo Teams realizada pela Ouvidoria do TSE sobre a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com o tema “As Ouvidorias Eleitorais e a LGPD: conformidade e boas práticas”, ministrada pelo professor e advogado Tarcísio Teixeira, especialista em Proteção de Dados e Direito Digital, que sugeriu como primeira boa prática a ser adotada pelas instituições a conscientização dos servidores e colaboradores sobre a proteção dos dados.
- x) Participação das servidoras Amanda Souto Casado de Carvalho do curso on-line Defesa do Usuário e Simplificação e Maria do Carmo Vasconcelos Pinto do curso on-line Nivelamento dos Servidores do Poder Judiciário.
- y) Participação do Dr. Edivaldo dos Santos, Juiz Ouvidor Eleitoral, das reuniões de Análise da Estratégia – RAE realizadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe no período.
- z) Elaboração de relatórios referentes ao período de trabalho remoto, registrando as atividades desenvolvidas pelas servidoras lotadas na Ouvidoria Eleitoral, bem como solicitação de publicação de matéria pela ASCOM no site do TRE-SE (link 8) e divulgação nas redes sociais da quantidade de atendimentos realizados pela





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Ouvidoria Eleitoral no período de 23/03/2020 a 23/08/2020 (cinco meses da pandemia do novo coronavírus).

Link 8 – Matéria sobre relatório de trabalho: <http://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Agosto/ouvidoria-eleitoral-registrou-2-759-atendimentos-durante-a-quarentena>

- aa) Participação da servidora Vanda dos Santos Gois em reunião do Comitê Gestor das Cartas de Serviços do TRE-SE por videoconferência (Zomm) no dia 28/08/2020, a partir das 7:30 horas, quando foi sugerido divulgar nas redes sociais a pesquisa de satisfação com o objetivo de aumentar a participação dos cidadãos.
- bb) Participação da servidora Vanda dos Santos Gois em reunião do Colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral (VI e-COJE) por videoconferência (Zomm) no dia 28/08/2020, a partir das 10 horas, representando o Juiz Ouvidor Eleitoral, quando foram concluídas e votadas alterações no Estatuto do colégio de Ouvidores da Justiça Eleitoral, bem como nomeada comissão de estudo para criação de rede de ouvidorias eleitorais.
- cc) Participação da servidora Vanda dos Santos Gois, Assistente da Ouvidoria, em matéria do Bom Dia Sergipe da TV Sergipe, no dia 24/09/2020, com o tema “Eleitor pode ajudar no planejamento do processo eleitoral” (link 9), visando a divulgação dos serviços prestados pela Ouvidoria Eleitoral.

Link 9 – Matéria sobre eleitor e planejamento do processo eleitoral: <https://g1.globo.com/se/sergipe/edicao/2020/09/24/videos-bom-dia-sergipe-desta-quinta-feira-24-de-setembro.ghtml>

- dd) Elaboração de relatório referente aos atendimentos na Ouvidoria até 23/10/2022, bem como solicitação de publicação de matéria pela ASCOM no site do TRE-SE (link 11) e divulgação nas redes sociais da quantidade de atendimentos realizados pela Ouvidoria Eleitoral no período de 01/01/2020 a 23/10/2020.

Link 10 – Matéria sobre relatório da Ouvidoria: <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Outubro/ouvidoria-eleitoral-prestou-mais-de-cinco-mil-atendimentos-em-2020>

- ee) Elaboração, em parceria com a ASCOM, de banner para divulgação do whatsapp da Ouvidoria Eleitoral na sede do TRE-SE e nas zonas eleitorais, bem como para plotagem de veículo do tribunal.
- ff) Elaboração, em parceria com a ASCOM, de banner para divulgação dos serviços prestados pela Ouvidoria Eleitoral com a finalidade de realização de atendimentos itinerantes, após o fim da pandemia.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

gg) Participação da servidora Vanda dos Santos Gois do Grupo de Trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (GTLGPD), tendo participado de reuniões por videoconferência nos dias 10/07/20, 17/07/20, 10/08/20, 02/09/20, 11/09/20, 18/09/20, 24/09/20, 02/10/20, 13/10/20 e 16/10/20, bem como realização do curso on-line Introdução à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, realizado pela Escola Nacional de Administração Pública – Enap. Inclusão da Resolução TRE-SE nº 28/2020 (link 11), que institui a Política de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe e outras informações no portal da Transparência do TRE-SE (<https://www.tre-se.jus.br/transparencia>), através da criação da aba “Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais” no item “Acesso à Informação”, bem como a inclusão na página da Ouvidoria (<https://www.tre-se.jus.br/o-tre/ouvidoria/ouvidoria>) que solicitações com fundamento na referida lei podem ser solicitadas através da Ouvidoria Eleitoral.

Link 11 – Resolução de proteção de dados: https://www.tre-se.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-se/resolucao-tribunal-regional-eleitoral-de-sergipe/trese-resolucao-tre-se-28-lei-protecao-de-dados/rybena.pdf?file=https://www.tre-se.jus.br/legislacao/resolucoes-do-tre-se/resolucao-tribunal-regional-eleitoral-de-sergipe/trese-resolucao-tre-se-28-lei-protecao-de-dados/at_download/file

hh) Elaboração, em parceria com a ASCOM, de cartaz para divulgação dos plantões da Ouvidoria Eleitoral nas Eleições 2020, bem como divulgação de matéria no site do TRE-SE (link 12a) e (link 12b), redes sociais e elaboração de spot para divulgação nas emissoras de rádio da capital no 2º turno.

Links 12a e 12b – Cartaz de divulgação de plantões da Ouvidoria: <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Novembro/ouvidoria-estara-de-plantao-nos-dias-13-14-e-15-das-7h-as-19h> e <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Novembro/ouvidoria-estara-de-plantao-no-2o-turno>

ii) Aumento da equipe da Ouvidoria nos finais de semana das Eleições 2020 (1º e 2º turnos) para devido atendimento aos eleitores, tendo sido registradas nos seis dias (13, 14, 15, 27, 28 e 29/11/20, no horário de 7 às 19 h) de plantão 1.135 demandas. Foram designadas pelo Diretor-Geral para formar a equipe as servidoras: Vanda dos Santos Gois, Jurene Barreto Santos, Patrícia Sales de Oliveira, Maria do Rosário Martins de Almeida, Nilza Santa Rosa, Isabella Melo Aguiar, Lídia Cunha Mendes de Matos (no 1º e 2º turnos), Amanda Souto Casado de Carvalho e Vanine Vieira de Faria Almeida Cabral (somente no 2º turno). Também prestou apoio a servidora Maria do Carmo Vasconcelos Pinto e Rosa Márcia Fontes Machado.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

- jj) Colocação de adesivo jateado no vidro da sala da Ouvidoria Eleitoral de forma possibilitar maior privacidade no atendimento, conforme se verifica na foto acima.
- kk) Nos dias das Eleições 2020 (1º e 2º turnos) foi disponibilizado o serviço de atendimento por videochamada para atender aos eleitores surdos, em parceria com a Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança (COPEG) e a Comissão de Acessibilidade e Inclusão (CACIN) deste Tribunal, sendo disponibilizados dois intérpretes da LIBRAS (Silas Félix Silva Santos e Lucas da Paz Cruz), contribuindo para proporcionar acessibilidade a esses eleitores e facilitar o trabalho dos mesários. No 2º Turno foram acompanhados por Oona Karina Mendes da Silva, representante da CACIN.
- ll) Cumprimento de todos os protocolos para evitar o contágio pelo novo coronavírus, sendo mantido o distanciamento social, uso de máscaras e álcool em gel. Para reforçar as medidas, em face do trabalho com o atendimento telefônico, uma vez que o vírus pode ser transmitido quando as pessoas estão apenas falando, podendo sobreviver por algumas horas em suspensão no ar, as servidoras passaram a trabalhar em salas individuais, inclusive na realização dos plantões do 1º e 2º Turnos das Eleições 2020.
- mm) Elaboração de relatórios referentes aos atendimentos realizados nos plantões do 1º e 2º Turnos das Eleições 2020, comparando-os com os mesmos períodos das eleições anteriores.

2.3 Estatística – Ouvidoria em Números

2.3.1 - Demandas Recebidas

Abaixo o quantitativo das demandas recebidas na Ouvidoria no período de fevereiro de 2019 até novembro de 2020, totalizando 10.487 atendimentos.

Ano/Período	Quantidade de atendimentos
2019 (fevereiro a dezembro)	2.164
2020 (janeiro a novembro)	8.323
Total	10.487

Quadro 22 – Demanda recebidas na Ouvidoria

Apesar de não representarem os mesmos períodos, o aumento significativo dos atendimentos no ano de 2020 em relação a 2019, deve-se ao fato da pandemia do novo coronavírus, que com as restrições de atendimento presencial, fez com que o cidadão buscasse mais os serviços de informação prestados pela Ouvidoria Eleitoral. Além disso, a realização de eleições municipais também faz aumentar a demanda nas ouvidorias, tendo sido registradas apenas nos seis dias (13, 14, 15, 27, 28 e





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

29/11/20) de plantão 1.135 demandas, já incluídas nos 2.412 atendimentos do mês de novembro de 2020.

Segue abaixo a quantidade de atendimentos aos eleitores, realizados por mês e por meios de acesso, no ano de 2020 até o mês de novembro, quando foram realizadas as Eleições 2020 (1º e 2º turnos).

2.3.2 Atendimentos aos eleitores registrados na Ouvidoria Eleitoral por meios de acesso

MEIO DE ACESSO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	TOTAL
E-MAIL	2	3	1	89	41	18	23	22	40	34	60	333
PRESENCIAL	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	5	9
TELEFONE	313	287	344	650	620	249	293	463	587	317	1318	5441
VIDEOCHAMADA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6
WEB	8	5	7	2	17	15	8	12	18	15	16	123
WHATSAPP	0	0	0	0	0	0	161	279	494	470	1007	2411
TOTAL	323	295	353	741	678	282	485	777	1140	837	2412	8323

Quadro 23 – Atendimentos na Ouvidoria por meios de acesso

Comparando-se com o mesmo período de 2016 (4.244 atendimentos) e 2018 (6.136 atendimentos), verifica-se aumento de 96% na quantidade de atendimentos em relação ao mesmo período de 2016, quando também foram realizadas eleições municipais. Já em relação ao mesmo período de 2018, o aumento foi de 36%. Assim, evidencia-se, também, a conscientização do cidadão quanto a utilização dos serviços prestados pela Ouvidoria Eleitoral, bem como o efeito do trabalho de divulgação que vem sendo realizado.

2.3.3 Considerações Finais

A Ouvidoria Eleitoral tem por objetivo ser a via de comunicação entre a sociedade e o TRE-SE, com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre temáticas relativas ao processo eleitoral, receber reclamações, críticas, elogios ou sugestões sobre os serviços prestados por esta Justiça Especializada.

Os dados levantados neste relatório demonstram um aumento significativo na atuação da Ouvidoria Eleitoral do TRE-SE, que vem trabalhando para o aprimoramento dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, com a melhoria de suas instalações, bem como com a ampliação dos seus meios de acesso e divulgação dos seus serviços.

Durante o período da gestão do Des. José dos Anjos como Presidente do TRE-SE, a Ouvidoria Eleitoral sempre contou com o apoio da alta administração deste Tribunal, os trabalhos foram desenvolvidos com muita seriedade e respeito aos





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

cidadãos, buscando-se da melhor forma possível atender às suas demandas com presteza e dentro dos prazos preestabelecidos.

A Ouvidoria Eleitoral de Sergipe vem exercendo regularmente as atividades necessárias ao cumprimento de sua missão de comunicação com o público interno e externo, especialmente no cumprimento da Lei 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, regulamentada pela Resolução do TRE-SE 184/2016 e da Lei 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos, regulamentada pela Resolução TRE-SE 6/2019.

Assim, os serviços prestados pela Ouvidoria Eleitoral de Sergipe vêm ganhando destaque e conseguindo atender maior número de cidadãos, trabalhando com foco no autoatendimento, na acessibilidade, disponibilização de novos meios de acesso e divulgação dos seus serviços, contando sempre com o apoio das demais unidades deste Tribunal, da Diretoria-Geral e da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

3. ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE SERGIPE - EJESE

3.1 Apresentação

Este relatório consiste em um resumo das atividades desenvolvidas pela Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe – EJESE no período 2019-2020.

Em março com a Pandemia do Covid-19 a programação teve que ser alterada e adequada a nova realidade. Ficaram prejudicados alguns eventos presenciais que estavam sendo organizados e foram criados eventos virtuais.

A Res.12/2020 alterou as funções comissionadas da EJESE que passou a contar com uma FC-6, uma FC-3, uma FC-2 e uma FC-1.

3.2 Atividades Desenvolvidas

3.2.1 Capacitação/Encontros/Palestras/Cursos

3.2.1.1- Projeto Eleitor do Futuro

O Projeto Eleitor do Futuro tem como objetivo despertar nos jovens a consciência sobre a importância da participação política, além de contribuir para a formação cultural das crianças e adolescentes. Associado ao tema principal do projeto a EJESE procurou estimular a participação das mulheres na política bem como instruir os jovens acerca da desinformação e esclarecer meios de checagem de notícias falsas.

Foram atendidas 4 escolas presencialmente e 2 virtualmente através de lives na rede social Instagram, totalizando 1.244 (hum mil duzentos e quarenta e quatro) jovens.

Infelizmente, em virtude da pandemia, não foi possível realizar o processo eleitoral para escolha dos representantes de turma nem utilizar o veículo do Atendimento Biométrico Itinerante, para motivar os jovens a se alistarem, especialmente os que possuem voto facultativo.

O formulário de satisfação continuou sendo aplicado nas instituições atendidas e, mais uma vez, observou-se que o Projeto Eleitor do Futuro é muito importante para as escolas atendidas, todas avaliaram positivamente e solicitaram que fossem contempladas mais vezes.

3.2.1.1.2- Eventos de Capacitação

Entre as metas das Escolas estão a promoção e a difusão do conhecimento nas áreas de interesse da Justiça Eleitoral por meio de cursos, ciclos de debates e palestras. Foram realizados os cursos e palestras abaixo, nas modalidades presencial e à distância.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

3.2.1.1.2.1 Presenciais

Palestra: Mulheres na Política Viabilizando Candidaturas

Público Alvo: Servidores, Magistrados, Membros do Ministério Público e a sociedade em geral.

Período: 9/3/2020

Carga Horária: 4 horas

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe

Local: TRE-SE - Plenário Des. Fernando Ribeiro Franco

3.2.1.1.2.2 Ensino à Distância

a) Curso: Democracia Digital Eleições 2020, Como o combate à epidemia da desinformação sobre o novo coronavírus pode nos ensinar a atuar nas eleições?

Público-Alvo: Magistrados, Membros do Ministério Público, Advogados e Servidores

Período: 14/5/2020

Carga Horária: 4 horas

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe

Plataforma: Google Meet

b) Live: Eleições 2020, Fakenews e suas implicações

Data: 9/2020

Debatedores: Dra. Elaine Afra e Dr. Jefferson Carvalho

Carga Horária: 1 hora

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe

Plataforma: Instagram

c) Webinar: A mulher na Política

Data: 17/7/2020

Debatedoras: Dra. Elaine Afra e Dra. Niully Campos

Mediador: Dr. Leonardo Almeida

Carga Horária: 2 horas

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe e Escola Judicial de Sergipe

Plataforma: Webex

d) Curso: Registro de Candidatura e Propaganda Eleitoral e Poder de Polícia - Eleições 2020

Público Alvo: Magistrados

Período: 17/7/2020 à 15/8/2020

Carga Horária: 30 horas

Realizador: Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe e Escola Judicial de Sergipe





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

3.2.2 CEMEL

Além disso, a EJESE dando continuidade às atividades desenvolvidas pelo Centro de Memória Eleitoral, recebe visitas guiadas de alunos do ensino superior. A visita é subdividida em partes. A primeira parte consiste em palestra de combate à desinformação. Após, os alunos fazem uma visita à Secretaria Judiciária, são recebidos por um servidor da Secretaria Judiciária que explica o funcionamento das atividades. A terceira parte, é a visita guiada CEMEL - Centro de Memória Eleitoral, onde passa-se para os alunos um resumo da história da Justiça Eleitoral acompanhados através de painéis. A quarta, os alunos são levados ao Depósito de Urnas, onde um servidor explica o funcionamento dos trabalhos com a urna eletrônica antes e após eleições. Após a visita ao Depósito de Urnas os alunos são convidados a conhecer o espaço do Semeando Livros, e, por fim a Escola Judiciária Eleitoral e Biblioteca.

No ano de 2019 o CEMEL recebeu 238 visitas de estudantes universitários de cinco faculdades de Direito do Estado de Sergipe e Bahia. Esta visita guiada dentro do CEMEL o servidor da EJESE passa um resumo sobre a história da Justiça Eleitoral acompanhado através dos painéis.

Em 2020 o CEMEL recebeu visita de 36 estudantes universitários.

3.2.3 Participação em Encontros, Reuniões e Cursos

3.2.3.1 XIII Reunião do Colégio de Diretores das Escolas Judiciárias Eleitorais

A XIII reunião do CODEJE foi realizada em Belém, nos dias 6 e 7 de junho de 2019, dentre vários assuntos abordados, ficou registrada o benefício da unificação da capacitação; a criação de estratégias nacionais em defesa da urna eletrônica; disponibilização dos cursos EAD realizados pelos TRE's, através da EJE/TSE; a difusão de ações de cidadania para as minorias; e a promoção de ações voltadas para despertar a consciência e a importância da participação efetiva da mulher na política.

3.2.3.2 XIV Encontro do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais- CODEJE

A Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe participou do XIV Encontro do Colégio de Dirigentes das Escolas Judiciárias Eleitorais, realizado em Vitória/ES nos dias 21 e 22/11/19.

No encontro foi discutida a importância da capacitação de multiplicadores no tema de enfrentamento a desinformação, a produção e difusão de vídeos institucionais sobre o tema e segurança de urna. Foi proposto também, o desenvolvimento de sistema de gestão de processo de trabalhos desenvolvidos pela Escolas Judiciárias Eleitorais que otimizará o tempo do trabalho desenvolvido.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

3.2.4 Biblioteca

Em 12 de março/2019 foi cedida a bibliotecária, Cristiana Lima Correia, pelo Governo do Estado para exercer suas atividades neste Tribunal.

A bibliotecária iniciou suas atividades fazendo um diagnóstico do acervo da Biblioteca e reorganizando o acervo bibliográfico.

Segue um breve resumo:

- a) Periódicos: todos os periódicos foram colocados em caixas bibliográficas as quais foram sinalizadas com etiquetas e estão organizadas em ordem alfabética. Foram descartadas as duplicatas das revistas, pois o espaço destinado aos periódicos é pequeno. Hoje, temos 41 (quarenta e um) títulos de revistas as quais estão organizadas em 102 (cento e duas) caixas bibliográficas.
- b) Publicações TRE-SE: foi separada uma estante exclusivamente para as publicações (periódicos e livros) publicados por este Tribunal e, algumas revistas do Judiciário de Sergipe e do Ministério Público.
- c) CDs e DVDs: todas as mídias estão organizadas em armário específico na sala de leitura, pois não há espaço disponível nas estantes do acervo da Biblioteca.
- d) Livros: no início do ano de 2019 recebemos os últimos livros pendentes referentes a compra realizada no ano anterior. Foi realizada uma checagem do acervo, e, percebeu-se que existiam livros sem etiquetas de código de barras (essencial para empréstimo), sem etiqueta de lombada (usada para localizar livro na estante), livros do mesmo assunto, mas classificados de forma distinta, livros utilizando Classificação Decimal de Dewey-CDD e outros com Classificação Decimal Universal-CDU. Diante disto, foram geradas novas etiquetas para os livros, e, inseridos na Base de Dados da Biblioteca novas publicações adquiridas por este Tribunal. Mas, antes da inserção na Base de Dados, elas passaram pelo processamento técnico (classificação, catalogação), receberam as etiquetadas de lombada e em seguida inseridas no acervo e, finalizamos com a sinalização das estantes. Hoje, o acervo possui 1.743 (um mil cento quarenta e três) exemplares disponíveis para consulta e empréstimo.

3.2.4.1 Processamento Técnico

3.2.4.1.1 Classificados e inseridos na base de dados





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Segue abaixo o quantitativo de livros provenientes de compra e doação que foram inseridos no acervo.

MESES	QUANTIDADE DE LIVROS NOS RESPECTIVOS MÊS/ANOS	
	2019	2020
JANEIRO	-	-
FEVEREIRO	50	-
MARÇO	05	-
ABRIL	-	-
MAIO	-	-
JUNHO	-	-
JULHO	-	-
AGOSTO	27	-
SETEMBRO	-	-
OUTUBRO	-	22
NOVEMBRO	-	-
DEZEMBRO	-	-
TOTAL	82	22

Quadro 24 – Quantidade de livros classificados

3.2.4.1.2 Seleção negativa do acervo

Trata-se de seleção de obras do acervo que encontravam-se desatualizadas que, no caso de obras com patrimônio, após o processo de desfazimento, serão enviadas para bibliotecas de outras instituições que mostrarem-se interessadas e também o descarte de obras sem patrimônio, ou seja, que não tinham ido pro acervo.

MESES	QUANTIDADE DE LIVROS NOS RESPECTIVOS MÊS/ANOS			
	2019		2020***	
	Com patrimônio*	Sem patrimônio**	Com patrimônio*	Sem patrimônio**
JANEIRO	-	-	-	-
FEVEREIRO	-	-	-	-
MARÇO	-	-	-	-
ABRIL	-	-	-	-
MAIO	-	-	-	-
JUNHO	-	-	-	-
JULHO	-	-	-	-
AGOSTO	101	-	-	-
SETEMBRO	-	-	-	-
OUTUBRO	-	-	-	-
NOVEMBRO	-	-	-	-
DEZEMBRO	-	77	-	-
TOTAL	101	77	-	-
	178		-	

Quadro 25 – Seleção negativa de acervo





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

* Com patrimônio, mas não estavam cadastrados na Base de Dados Aleph

**Duplicata de Revistas e livros sem patrimônio

***Não houve desfazimento em 2020.

3.2.4.2 Circulação

3.2.4.2.1 Cadastramento de novos usuários

Usuários	Novos Cadastrados	
	2019	2020*
SERVIDORES	09	-
REQUISITADOS	01	-
ESTAGIÁRIOS	02	-
TOTAL	12	-

Quadro 26 – Cadastramento de novos usuários

*Não houve cadastramento de novos usuários 2020.

3.2.4.2.2 Visita do Público Externo

MESES	QUANTITATIVO DE VISITAS DO PÚBLICO EXTERN	
	2019	2020
JANEIRO	-	00
FEVEREIRO	06	06
MARÇO	14	00
ABRIL	-	00
MAIO	19	00
JUNHO	-	00
JULHO	-	00
AGOSTO	01	00
SETEMBRO	-	00
OUTUBRO	-	00
NOVEMBRO	43	00
DEZEMBRO	-	00
TOTAL	82	06

Quadro 27 – Visitas de público externo

3.2.4.3 Empréstimo/Renovação/Devolução





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

MESES	Quantitativo					
	2019			2020		
	EMP*	REN**	DEV***	EMP*	REN**	DEV***
JAN	05	05	04	-	-	-
FEV	04	08	04	-	-	-
MAR	03	09	03	-	-	-
ABR	05	10	-	-	-	-
MAI	12	08	11	-	-	-
JUN	15	21	12	-	-	-
JUL	15	24	15	-	-	-
AGO	14	19	13	-	-	-
SET	14	42	10	-	-	-
OUT	03	42	07	-	-	-
NOV	14	25	10	-	-	-
DEZ	-	22	05	-	-	-
TOTAL	104	235	94	-	-	-

Quadro 28 – Empréstimo/renovação/devolução

*EMP, Empréstimos

** REN, Renovação

*** DEV, Devolução

3.2.4.4 Livros com maior número de empréstimos

Ano de 2019

Autor	Título	Número de Empréstimos
Zilio, Rodrigo López	Direito eleitoral	08
Ramayana, Marcos.	Direito Eleitoral	07
Ibrahim, Fábio Zambitte.	Curso de direito previdenciário	05
Gomes, José Jairo.	Direito eleitoral essencial	05
Didier Júnior, Fredie.	Curso de direito processual civil	05
Oliveira, Rafael Carvalho R.	Curso de direito administrativo	05
Oliveira, Eugênio Paceli de	Curso de processo penal	04
Lopes Júnior, Nilson Martins	Legislação de direito previdenciário	04

Quadro 29 – Livros com maior número de empréstimos em 2019





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Ano de 2020

Autor	Título	Número de Empréstimos
Dimoulis, Dimitri.	Curso de processo constitucional: controle de constitucionalidade e remédios constitucionais	02
Zilio, Rodrigo López.	Direito Eleitoral	02
Moraes, Alexandre de.	Direito constitucional	02
Meirelles, Hely Lopes.	Mandado de segurança e ações constitucionais	02
Ibrahim, Fábio Zambitte.	Curso de direito previdenciário	02

Quadro 30 – Livros com maior número de empréstimos em 2020

3.2.5 Disseminação Seletiva da Informação

A EJESE divulgou, no Portal, a lista com as publicações adquiridas e inseridas no acervo da Biblioteca do TRE-SE para todos os servidores.

3.2.6 Outras Atividades

- Gerência da assinatura da Revista Construção Mercado de interesse específico da Seção de Engenharia e gerenciar a utilização;
- Gerência da assinatura da Revista Juris Plenum;
- Gerência do Contrato com a Exlibris para manutenção do Sistema Aleph;
- Contratação de empresa para as encadernações de dos documentos referentes aos Atas, Acórdãos, Resoluções, Portarias.

3.2.7 Semeando Livros

O Semeando Livros tem o propósito de levar até o cidadão o prazer da boa leitora. Assim, no local a pessoa poderá retirar qualquer um dos livros que encontra-se nas prateleiras e levá-lo para casa. Depois de ler, o cidadão poderá devolver ou passar adiante, caso deseje compartilhar o prazer da leitura com alguém.

3.2.8 Considerações Finais

Tem-se trabalhado para que a Escola Judiciária Eleitoral de Sergipe tenha visibilidade em todos os segmentos da sociedade, não poupando esforços à consecução das finalidades inseridas na Resolução 23.482/2016, do TSE, citada neste relatório.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Há de se ressaltar o apoio da alta administração do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, nas pessoas do Presidente Des. José dos Anjos e seu Diretor Rubens Lisboa na efetivação de várias atividades da escola, especialmente autorizando a disponibilização de veículo para as palestras nas escolas, autorizando servidores da escola a participarem dos eventos fora do estado.

Outro apoio a ser registrado é a parceria desta Escola com a Assessoria de Imprensa e Comunicação Social deste Tribunal, sempre prontos a colaborar com a divulgação das atividades da EJESE, cobertura fotográfica e jornalística dos cursos, palestras, seminários, visitas dos estudantes universitários ao CEMEL impressos, dentre outras ações.

Um dos grandes desafios que se tornou real foi a reestruturação da Escola Judiciária Eleitoral, em março/2019.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

4. COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA - COCIN

4.1 Relatório da Unidade de Auditoria Interna - COAUD

No exercício de 2020 ocorreu o advento da Instrução Normativa – TCU 84, de 22 de abril de 2020, regulamentada pela Decisão Normativa – TCU nº 187, de 09 de setembro de 2020, as quais impactaram o Tribunal e particularmente a auditoria interna, em virtude de a sistemática de prestação de contas adotar novo formato, com divulgação de informações na página da Internet do órgão, relativas ao exercício em curso, bem como obrigatoriedade de auditoria de contas também iniciada no próprio exercício. Efeito prático destas alterações, por exemplo, é que no exercício de 2020 foi apresentado o Relatório de Auditoria de Gestão de 2019, e encaminhado ao Pleno para apreciação. Já em 2021 tal Relatório torna-se inaplicável, uma vez que serão emitidos Certificado e Relatório da Auditoria de Contas 2020.

Outros normativos de impacto relevante em 2020 foram as Resoluções 308 e 309 do Conselho Nacional de Justiça, para cujo cumprimento a unidade foi alterada de Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria para Coordenadoria de Auditoria Interna (COAUD), deixando de integrá-la, por força destes normativos, a Seção de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias. Novo Estatuto e Código de Ética foram elaborados e aprovados pelo Pleno, através das Resoluções 16 e 17, respectivamente.

4.1.1 Composição da Unidade de Auditoria Interna

No âmbito do TRE-SE, as funções de auditoria interna são desempenhadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna – COAUD, por intermédio das Seções de Auditoria Geral e de Auditoria de Pessoal e Patrimônio. Também integrou a estrutura da COCIN, até junho de 2020, a Seção de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias. As atribuições das unidades estão definidas na Resolução TRE-SE 12/2020 e na Resolução TRE-SE 16/2020, a qual implantou o Estatuto da COAUD, estabelecendo a competência, as normas de serviços da unidade e regulando o processamento, a tramitação e análise dos procedimentos que lhe são atribuídos.

A Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria no início do ano de 2019 possuía 12 (doze) servidores e, desse total, 07 (sete) estavam lotados nas Seções que desempenham atividades próprias de auditoria. No decorrer do referido exercício essas Seções tiveram sua capacidade laborativa reduzida para 05 (cinco) servidores incumbidos de realizarem as atividades atinentes às auditorias e monitoramentos programados. Ao longo do exercício de 2020, em face de reloações, as duas Seções que compõem a atual Coordenadoria de Auditoria Interna passaram a contar com 04 (quatro) servidores, sendo que é esperado o retorno de 01 (um) servidor, cuja reloação não se deu em caráter definitivo, mas apenas em razão de incompatibilidade entre a atividade para a qual foi demandado e o exercício da atividade de auditoria.

As atividades de coordenação, orientação e supervisão das auditorias e monitoramentos ficam a cargo da Coordenadoria de Auditoria Interna que é composta





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

por 01 (um) servidor, sendo que a escolha do seu titular é feita pelo dirigente máximo do órgão, o Presidente do Tribunal.

Levando-se em conta os recursos geridos pelo TRE-SE e sua cadeia de valor, dispôs-se aproximadamente de:

No exercício de 2019	No exercício de 2020
01 (um) auditor para cada 85 (oitenta e cinco) pessoas integrantes da força de trabalho do Tribunal (Força de Trabalho total – 427 pessoas – Dados constantes do Relatório de Gestão 2019);	01 (um) auditor para cada 106 (cento e seis) pessoas integrantes da força de trabalho do Tribunal (Força de Trabalho total – 427 pessoas – Dados constantes do Relatório de Gestão 2019);
01 (um) auditor para cada R\$ 19.733.512,00 (dezenove milhões, setecentos e trinta e três mil, quinhentos e doze reais) disponíveis da dotação orçamentária total, que perfaz o montante de R\$ 98.667.560,00 (noventa e oito milhões, seiscentos e sessenta e sete mil, quinhentos e sessenta reais);	01 (um) auditor para cada R\$ 26.384.237,09 (vinte e seis milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, duzentos e trinta e sete reais e nove centavos) disponíveis da dotação orçamentária total, que perfaz o montante de R\$ 105.536.948,37 (cento e cinco milhões, quinhentos e trinta e seis mil, novecentos e quarenta e oito reais e trinta e sete centavos);
01 (um) auditor para cada 2,6 macroprocessos, constante de sua cadeia de valor composta por 13 macroprocessos.	01 (um) auditor para cada 3,25 macroprocessos, constante de sua cadeia de valor composta por 13 macroprocessos.

Quadro 31 – Pessoal de Auditoria

As atividades de auditoria realizadas pela Coordenadoria de Auditoria Interna são norteadas pelo Plano Anual de Auditoria – PAA (disponível no link 18). O Plano Anual de Auditoria prevê, ainda, atividades de monitoramento, caso seja necessário. Em 2020, com a finalidade de adequar o PAA às normas superiores supervenientes (Resolução 309, de 11 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça, Resolução TRE-SE 16/2020 e Instrução Normativa – TCU 84, de 22 de abril de 2020) procedeu-se a uma revisão do Plano.

Link 13 – Plano Anual de Auditoria: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/auditoria/planos-de-auditoria>

Os relatórios finais das auditorias, com as recomendações expedidas, bem como os resultados dos monitoramentos realizados no exercício são publicados na Internet (link 19).

Link 14 – Relatórios finais das auditorias: <http://www.tre-se.jus.br/transparencia/auditoria/resultados-de-auditoria-inspecao-e-fiscalizacao>





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Desde o ano de 2009, a Coordenadoria de Auditoria Interna foi integrada como unidade orgânica da Presidência do Tribunal, a fim de assegurar maior efetividade de seus trabalhos e maior grau de independência em relação às demais unidades internas, considerando o contido na Resolução nº 86/2009 do CNJ e Acórdão nº 1074/2009 – Plenário, do TCU.

Não houve, neste exercício, reposicionamento da unidade de auditoria na estrutura do Tribunal.

4.1.2 Execução dos Planos de Auditoria dos Exercícios 2019 e 2020

O Plano Anual de Auditoria previsto para o exercício 2019 – PAA foi aprovado pela Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe em novembro de 2018. O referido planejamento previu a realização de auditorias para avaliar alguns temas afetos à governança e à gestão do TRE-SE. No mesmo instrumento foram programados monitoramentos de auditorias concluídas em anos anteriores para verificar o grau de implementação das recomendações emitidas.

A unidade de auditoria interna vem adotando como prática que os monitoramentos das auditorias são planejados para execução a partir do exercício seguinte da conclusão da auditoria e, com relação às auditorias não concluídas no exercício programado, é realizado planejamento para finalizá-las no exercício seguinte.

Os Relatórios Finais das Auditorias realizadas são encaminhados à Presidência do Tribunal, que determina à unidade auditada as providências requeridas ou que apresente as devidas justificativas. A unidade auditada apresenta resposta/plano de ação, informando sobre a implementação de ações/justificativas. Será feito, então, o monitoramento, conforme previsto no Plano Anual de Auditoria. As recomendações/relatórios conclusivos são disponibilizados na Internet.

A seguir são evidenciadas as atividades de auditoria previstas no PAA de 2019 e seus graus de execução ao término do exercício.

Atividade	Situação
Auditoria Coordenada do CNJ – Avaliação da Gestão Documental.	Concluída
Auditoria Coordenada do CNJ – Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil.	Concluída
Auditoria de Gestão – Exercício 2018	Concluída
Auditoria de TIC – Diretrizes estabelecidas na ENTIC-JUD – Resolução nº 211/2015.	Concluída
Auditoria de TIC – Eficácia dos Controles das Contratações de Soluções de TIC.	Iniciada
Auditoria Integrada da Justiça Eleitoral no Processo de Gestão da execução do plano estratégico, com enfoque nos indicadores estratégicos.	Concluída
Auditoria na Folha de Pagamento	Concluída





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Atividade	Situação
Auditoria no Pagamento de Serviço Extraordinário – Eleições 2018	Inicializada
Auditoria no Pagamento dos Estagiários	Excluída
Auditoria no Processo de Gestão da Assistência Pré-Escolar	Concluída
Auditoria no Processo de Gestão de Infraestrutura de TIC, com enfoque na gestão de ativos - Planejamento	Adiada para 2020
Auditoria nos Processos de Ajustes de Contas – Exercício 2018	Concluída
Fiscalização dos Processos de Requisição de Servidor	Adiada para 2020
Monitoramento da auditoria na Gestão da Força de trabalho	Aguardando posicionamento do TSE
Monitoramento da auditoria na gestão de segurança da informação e no controle de acessos às informações e aos recursos de processamento das informações.	Adiado para 2020
Monitoramento da auditoria na Gestão de suprimento de materiais eleitorais	Concluído
Monitoramento da auditoria na Gestão do armazenamento e manutenção preventiva das urnas eletrônicas	Adiado para 2020
Monitoramento da auditoria na governança e gestão das contratações de TIC	Adiado para 2020
Monitoramento da auditoria nos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações e relatórios contábeis	Concluído

Quadro 32 – Atividades de auditoria previstas no PAA de 2019

Seguem-se as atividades de auditoria previstas no PAA de 2020 (revisado) e seus graus de execução ao término do exercício.

Atividade	Situação
Continuação da Auditoria sobre a Eficácia dos Controles das Contratações de Solução de TIC, inclusive nos aspectos relativos aos riscos críticos para o órgão.	Concluído
Auditoria de Gestão a fim de certificar a regularidade das contas do Exercício 2019.	Concluído
Auditoria no Pagamento de Serviço Extraordinário – Eleições 2018	Concluído
Auditoria de Contas 2020	Inicializado
Monitoramento da Auditoria na concessão de abono de permanência	Adiado para 2021 em





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Atividade	Situação
	virtude de dificuldades justificadas da unidade auditada

Quadro 33 – Atividades de auditoria previstas no PAA de 2020

4.1.3 Auditorias realizadas pela Seção de Auditoria Geral – SEAUG

4.1.3.1 Auditorias realizadas em 2019

a) Avaliação da gestão documental

Esta auditoria teve por objetivo avaliar a criação, manutenção, utilização e prazos de conservação dos documentos que são gerados e o encaminhamento final para conservação permanente ou descarte e, ainda, as rotinas para gerenciamento dos acervos de documentos administrativos e de processos ligados à atividade-fim do Órgão, como forma de apoio à decisão, à preservação da memória institucional e à comprovação de direitos.

A execução do Programa e dos Procedimentos de Auditoria disponibilizados pelo CNJ permitiu constatar, dentre outros achados, a ausência de funcionalidades no sistema informatizado para produção e tramitação de processos e documentos judiciais - PJe, bem como a ausência de regulamentação interna que disponha sobre a produção e tramitação dos processos e documentos nesse sistema.

b) Avaliação da governança orçamentária e financeira, planejamento, gerenciamento, execução e gestão contábil.

A Auditoria Coordenada em Governança Orçamentária e Financeira, Planejamento, Gerenciamento, Execução e Gestão Contábil foi executada a partir do Programa e dos Procedimentos de Auditoria disponibilizados pelo CNJ e constatou que o TRE-SE atende a maioria dos aspectos avaliados, relacionados ao cumprimento das legislações e à utilização de boas práticas.

Verificou-se apenas uma inconformidade relacionada aos relatórios de informações orçamentárias e relatórios fiscais que não são encaminhados ao Comitê Orçamentário antes das suas reuniões. Entretanto, a administração se comprometeu a adotar essa prática.

Foram observados aspectos positivos quanto aos Controles de Execução Orçamentária Conformidade, Eficiência e Efetividade, quanto à Transparência, quanto à Responsabilidade Institucional e quanto ao Alinhamento Estratégico.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

c) Avaliação do atendimento das diretrizes estabelecidas na ENTIC-JUD – Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – Resolução CNJ n.º 211/2015.

A presente auditoria teve como objeto verificar a conformidade e atendimento das diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ n.º 211/2015, que trata da Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário – ENTIC-JUD.

Detectaram-se ausências de implantação de alguns processos de trabalho, de plano de capacitação, de fixação de quantitativo de força de trabalho, todos relacionados à TI. Constatou-se inobservância de normativos com relação às reuniões do CGOVTI e CGesTI, além da ausência de cópia de backup em local distinto do local primário do órgão.

d) Avaliação do processo de gestão da execução do plano estratégico, com enfoque nos indicadores estratégicos.

Ao final dos exames, constatou-se a existência de fatores positivos na estruturação e execução do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe - TRE-SE, a exemplo da adoção de planilhas disponibilizadas em rede para medição e consolidação dos dados do indicador e de plano de comunicação da estratégia com definição das partes interessadas e vários mecanismos para divulgação.

Identificou-se a necessidade de melhorias em outros aspectos, como atualizações pendentes nas matrizes dos indicadores e Indicador 01 - Índice de Satisfação dos Clientes alinhado parcialmente ao objetivo estratégico.

e) Avaliação em segurança da informação de TIC

A auditoria em Segurança da Informação de TIC teve como objetivo verificar a conformidade do ambiente informatizado com as normas emanadas do Tribunal Superior Eleitoral - TSE e do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe - TRE-SE, a exemplo respectivamente das Resoluções 23.501/2016 e 180/2013, bem como com os padrões internacionalmente aceitos (ABNT NBR ISO/TEC 27.002:2013).

Constatou-se, entre outros achados, a ausência de cancelamento automático de acesso à rede para as contas de estagiários e prestadores de serviços e a ausência de parecer para o uso compartilhado de acesso aos recursos da rede nos computadores do plenário do Tribunal.

f) Avaliação do processo de governança e gestão das aquisições de TIC

A presente auditoria teve como objeto verificar aspectos da governança e gestão das contratações de TIC, observando a legislação aplicável e a adoção de boas





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

práticas referentes ao planejamento das contratações, procedimentos para pagamentos por resultados, avaliação da qualidade dos serviços, execução contratual, bem como capacitação dos servidores que atuam na gestão e fiscalização das contratações de TIC.

Da análise, foram identificadas inconformidades consubstanciadas, exemplificativamente, na prorrogação excepcional de contrato de serviço continuado, em condições não vantajosas para a Administração e na ausência de adequação do artefato DOD - Documentos de Oficialização da Demanda para fazer constar especificamente os benefícios diretos da solução.

A avaliação da governança e gestão das aquisições de TI verificou a conformidade e o desempenho do Órgão, com base em critérios fundamentados, tendo em vista o constante aperfeiçoamento nessa área, na busca da excelência no desempenho de suas funções institucionais.

g) Avaliação da gestão

Avaliamos os atos de gestão dos agentes responsáveis relacionados à Prestação de Contas, relativos ao período de 01/01/2018 a 31/12/2018. Convém esclarecer que, a Decisão Normativa 172/2018 do TCU não selecionou o TRE-SE para julgamento de suas contas anuais, entretanto, anualmente vem se adotando a prática de submeter as contas à apreciação do Pleno do TRE-SE.

A análise teve como objetivo a confirmação da integridade dos documentos que formam a base para a elaboração da Tomada de Contas, a verificação do cumprimento da legislação vigente aplicável a todas as áreas em que este Órgão atua, assim como a comprovação da realização das metas estabelecidas para o exercício.

Consoante os exames efetuados com vista a comprovar os feitos acima descritos, concluímos pela regularidade da gestão dos agentes responsáveis titulares relacionados na Tomada de Contas do Exercício de 2018.

h) Monitoramento da avaliação no processo de gestão de suprimento de materiais eleitorais

Diante das informações obtidas e analisadas no trabalho de monitoramento da auditoria no processo de Gestão de Suprimento de Materiais Eleitorais, constatou-se que três recomendações foram implementadas, três foram implementadas parcialmente e uma não foi implementada. Ressalta-se que haverá futuros monitoramentos para averiguação das recomendações ora não implementadas.

j) Monitoramento da avaliação nos controles internos relacionados à elaboração das demonstrações e relatórios contábeis

Diante das informações obtidas e analisadas no trabalho de monitoramento da auditoria nos Controles Internos Relacionados à Elaboração das Demonstrações e





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Relatórios Contábeis, constatou-se que uma recomendação foi implementada e outra foi implementada parcialmente.

Destaca-se que para a recomendação implementada parcialmente, os gestores apresentaram justificativas e se posicionaram pela não adoção completa, porém, esta unidade de auditoria interna, em sua análise, fez algumas argumentações e alertou que se mantida essa condição, a administração sinaliza a assunção de riscos associados à restrição de dados inseridos no sistema de gestão do almoxarifado.

Diante de manifestação posterior de unidade gestora tática, proferindo despacho à unidade operacional, no sentido de envidar esforços para adoção completa da recomendação ora implementada parcialmente, esta unidade de auditoria interna oportunamente realizará novo monitoramento.

4.1.3.2 Auditorias realizadas em 2020

a) Avaliação sobre a eficácia dos controles das contratações de solução de tic, inclusive nos aspectos relativos aos riscos críticos para o órgão

Esta auditoria teve como objetivo avaliar a maturidade do gerenciamento dos contratos de TI, por meio da verificação do funcionamento tempestivo dos controles.

Seu escopo previu avaliar se são realizados o acompanhamento e análise crítica da matriz de risco (plano de ação), tendo em vista que a verificação, supervisão, observação crítica ou identificação da situação de risco, realizadas de forma contínua são determinantes para a adequação, suficiência e eficácia dos controles internos.

A execução dos testes de auditoria permitiu identificar os seguintes achados: Ausência e/ou escassez de previsão de riscos relacionados ao procedimento de prorrogação contratual e à fase de gestão contratual; revisão ausente ou não formalizada da Análise de Riscos por servidor experiente, não integrante da Equipe de Planejamento da Contratação; ausência de atualização da Análise de Riscos; ausência de previsão de ação de contingência, para cada risco identificado e ausência de previsão de período de execução para ações preventivas de riscos.

Foram emitidas recomendações a fim de sanar as situações relatadas nos achados identificados.

b) Auditoria de Contas 2020

Após a publicação da Instrução Normativa 84/2020 do Tribunal de Contas da União, o Plano Anual de Auditoria 2020 foi alterado, incluindo-se a Auditoria de Contas 2020 para atender às novas disposições sobre certificação de contas do órgãos da administração pública federal.

O objetivo da auditoria de contas é expressar opinião, mediante emissão de certificado de auditoria, sobre se as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicáveis e





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

estão livres de distorções relevantes, e sobre se as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis estão de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos, conforme estabelecido no § 4º, incisos I e II, c/c art. 13, da Instrução Normativa TCU 84, de 22 de abril de 2020.

Na fase de planejamento desta auditoria, foram realizados estudos para obter conhecimento sobre a entidade e os processos de trabalho que influenciam nas informações contábeis relativas ao TRE-SE.

Em seguida, ainda na fase de planejamento, os riscos inerentes aos processos de trabalho foram inventariados e avaliados, resultando na identificação de 122 (cento e vinte e dois) riscos, entre os quais 89 (oitenta e nove) tiveram criticidade de média para alta.

Dando continuidade ao planejamento da auditoria, ocorreu a identificação e avaliação dos controles instituídos para mitigar os riscos inventariados.

Com base nos riscos inerentes, nos riscos de controles, no risco da auditoria e no risco de detecção, os testes de auditoria foram previstos, contemplando os riscos avaliados como alto, todos os processos de trabalhos avaliados, todas as afirmações avaliadas, saldos iniciais e estimativas.

A programação dos testes de auditoria sinalizou o encerramento da fase de planejamento da auditoria. Em 21/10/2020, deu-se início a fase de execução da auditoria que se estenderá até março de 2021.

Esta auditoria prevê como resultados a certificação das contas do TRE-SE referente ao exercício 2020, que deverá ocorrer em 31/03/2021 e Relatório Final com previsão de entrega em 30/04/2021.

c) Avaliação da gestão

Avaliamos os atos de gestão dos agentes responsáveis relacionados à Prestação de Contas, relativos ao período de 01/01/2019 a 31/12/2019. Convém esclarecer que, a Decisão Normativa 180/2019 do TCU não selecionou o TRE-SE para julgamento de suas contas anuais, entretanto, anualmente vem se adotando a prática de submeter as contas à apreciação do Pleno do TRE-SE.

A análise teve como objetivo a confirmação da integridade dos documentos que formam a base para a elaboração da Tomada de Contas, a verificação do cumprimento da legislação vigente aplicável a todas as áreas em que este Órgão atua, assim como a comprovação da realização das metas estabelecidas para o exercício.

Consoante os exames efetuados com vista a comprovar os feitos acima descritos, concluímos pela regularidade da gestão dos agentes responsáveis titulares relacionados na Tomada de Contas do Exercício de 2019.

4.1.4 Atividades da Seção de Auditoria de Pessoal e Patrimônio – SEAPE





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

4.1.4.1 Auditorias realizadas em 2019

a) Auditoria nos processos de ajustes de contas

Auditoria realizada tendo como objeto os ajustes de contas de servidores que foram desligados/aposentados deste Tribunal no exercício 2018.

Da análise, foi constatada uma ocorrência, a qual foi sanada no mês de maio/19.

b) Auditoria na folha de pagamento

Realização de auditoria nas Folhas de pagamento dos servidores ativos (quadro e requisitados), servidores inativos, pensionistas, juizes, promotores e membros que atuam neste Tribunal, referentes ao exercício de 2018.

Após análise, foram registradas algumas impropriedades, sendo posteriormente regularizadas.

c) Auditoria no processo de gestão da assistência pré-escolar

A presente auditoria teve como objeto verificar as concessões/exclusões de auxílio pré-escolar entre janeiro/18 e junho/2019.

Da análise, foram identificadas inconformidades, as quais estão sendo paulatinamente sanadas. Ressalte-se que esta auditoria encontra-se na fase de monitoramento.

d) Auditoria no pagamento de serviço extraordinário

Procedimento de auditoria realizado no pagamento de horas extras referentes ao período eleitoral 2018.

Ao final dos exames foi emitido o Relatório Preliminar, do qual constam algumas aparentes impropriedades, as quais estão sob análise da unidade auditada.

e) Auditoria no pagamento de abono de permanência

Auditoria realizada tendo como objeto o pagamento de abono de permanência.

Cabe registrar que esta auditoria consta do Plano de Auditoria Anual referente à 2018, no entanto foi concluída em 2019.

Com a emissão do Relatório Conclusivo, as impropriedades foram sanadas, sendo no entanto, emitidas recomendações, sendo duas implementadas, uma implementada parcialmente e uma não implementada.

f) Auditoria em diárias





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Auditoria realizada na concessão de diárias e passagens terrestres durante o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2018.

Após análise, foram registradas algumas impropriedades, sendo posteriormente regularizadas.

Cabe registrar que esta auditoria consta do Plano de Auditoria Anual referente à 2018, no entanto foi concluída em 2019.

g) Monitoramento da auditoria na gestão da força de trabalho

No que se refere à Auditoria Integrada com o TSE, tendo como objeto o processo de gestão da força de trabalho, as recomendações ficaram a cargo do TSE. Dessa forma, este Tribunal, decidiu aguardar a definição das diretrizes pelo Tribunal Superior Eleitoral (Portaria TSE 140/19).

4.1.4.2 Auditorias realizadas em 2020

a) Auditoria no pagamento de serviço extraordinário

Procedimento de auditoria realizado no pagamento de horas extras referentes ao período eleitoral 2018.

Após análise, foram registradas algumas impropriedades, sendo posteriormente regularizadas.

b) Auditoria no processo de gestão da assistência pré-escolar

A presente auditoria teve como objeto verificar as concessões/exclusões de auxílio pré-escolar entre janeiro/18 e junho/2019.

Da análise, foram identificadas inconformidades, as quais foram sanadas.

c) Auditoria nos processos de ajustes de contas

Auditoria realizada tendo como objeto os ajustes de contas de servidores que foram desligados/aposentados deste Tribunal no exercício 2019 e até o mês de setembro de 2020.

Ao final dos exames foi emitido o Relatório Preliminar, do qual constam algumas aparentes impropriedades, as quais estão sob análise.

d) Auditoria nas contas

Auditoria financeira integrada com conformidade a fim de certificar a regularidade das contas do Exercício 2020.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

e) Monitoramento da auditoria no pagamento de abono de permanência

Com a emissão do Relatório Conclusivo, as impropriedades foram sanadas, sendo no entanto, emitidas recomendações, sendo duas implementadas, uma implementada parcialmente e uma ainda não implementada, mas devidamente justificada pela unidade auditada. Ressalta-se que haverá futuro monitoramento para averiguação da recomendação ora não implementada.

4.1.5 Aspectos legais dos atos de pessoal em 2019

Quanto aos procedimentos relacionados a área de gestão de pessoas, verificou-se que os atos praticados pela Administração obedeceram às normas aplicáveis, conforme detalhado abaixo:

a) Admissão

No exercício de 2019 houve dois registros de admissões neste Tribunal, ambos apreciados legais pelo TCU.

b) Concessão de aposentadoria

No exercício de 2019 o TRE-SE registrou seis concessões de aposentadoria e uma substituição de ato, todos aguardando autuação do TCU ao final do exercício.

c) Concessão de pensão

No exercício de 2019 o TRE-SE registrou uma concessão de pensão, aguardando autuação ao TCU ao final do exercício.

4.1.6 Aspectos legais dos atos de pessoal em 2020

Quanto aos procedimentos relacionados a área de gestão de pessoas, verificou-se que os atos praticados pela Administração obedeceram às normas aplicáveis, conforme detalhado abaixo:

a) Admissão

No exercício de 2020 houve quatro registros de admissões neste Tribunal, sendo um aguardando autuação do TCU, outro já autuado, um apreciado legal pelo TCU e outro apreciado prejudicado por perda de objeto (servidora pediu exoneração).

b) Concessão de aposentadoria





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

No exercício de 2020 o TRE-SE registrou, até a presente data, uma substituição de ato de aposentadoria, o qual está aguardando autuação do TCU.

c) Concessão de pensão

No exercício de 2020 o TRE-SE registrou, até a presente data, uma concessão de pensão, que está aguardando autuação do TCU.

4.1.7 Avaliação das contas partidárias e eleitorais em 2019

A Seção de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias – SECEP integrou a então Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria – COCIN até o exercício de 2019 e lhe compete examinar e opinar sobre a regularidade dos processos de prestação de contas anuais dos partidos políticos e os relativos às contas de campanhas eleitorais na esfera estadual, além de prover suporte técnico às Zonas Eleitorais do Estado de Sergipe por ocasião do exame das contas anuais e de eleição, mediante treinamentos e orientações.

O Quadro abaixo demonstra as principais atividades realizadas por esta Seção no Exercício 2019.

EXERCÍCIO 2019	PROCESSOS	NÚMERO DE PROCESSOS	ANÁLISES REALIZADAS
PRESTAÇÕES DE CONTAS ANUAIS DOS DIRETÓRIOS ESTADUAIS	PC – Anual – 2006	1	1
	PC – Anual – 2009	1	1
	PC – Anual – 2011	1	1
	PC – Anual – 2012	2	2
	PC – Anual – 2014	2	2
	PC – Anual – 2015	3	4
	PC – Anual – 2016	31	39
	PC – Anual – 2017	8	10
	PC – Anual – 2018	23	25
	PC – Eleições – 2014	9	12
	PC – Eleições – 2016	1	1
	PC – Eleições – 2018	216	285
	PC – Eleições – 2014	9	12
Totais		298	383

Quadro 34 – Prestação de contas anuais dos diretórios partidários



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

5. ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – ASCOM

5.1 Principais Atividades realizadas

A Assessoria de Imprensa e Comunicação Social do TRE-SE produziu 892 notícias ao longo do biênio 2019-2020. Considerando que o ano de 2019 teve 253 dias úteis e o ano de 2020 teve 251 dias úteis, foram publicadas, em média, mais de 1,8 matérias por dia. As notícias trataram de assuntos de interesse público, tais como atividades da Escola Judiciária Eleitoral, ações e eventos do TRE-SE relacionados às eleições, julgamentos emanados pela Corte Eleitoral, Campanhas do TSE e do TRE-SE, divulgação do calendário eleitoral, campanhas de saúde pública e de gestão sustentável, protocolos de segurança sanitária, entre outros.

A ASCOM realizou o serviço de Clipping (monitoramento de mídias) constatando a republicação de seus conteúdos em 9 veículos de comunicação distintos (Jornais, Sites e blogs). Vale destacar que as matérias produzidas pelo TRE-SE com maior interesse coletivo foram propagadas em 627 oportunidades nos mesmos 9 órgãos de imprensa. Cumpre salientar que o serviço de monitoramento não abrange todos os veículos de comunicação do Estado, o que seria inviável diante do quadro de pessoal da unidade. Razão pela qual, acreditamos que o alcance de nossa comunicação tenha sido consideravelmente maior do que o aqui relatado.

Em observância ao princípio Constitucional da Transparência, cujos consectários lógicos são a prestação de contas e o controle popular, o TRE-SE, por meio de seus magistrados e servidores, no biênio 2019-2020, concederam 348 entrevistas para os veículos de comunicação de Sergipe.

Em adição, a equipe da ASCOM atendeu centenas de jornalistas (de Sergipe e de outros Estados, como CBN, UOL, Folha de São Paulo, G1 Nacional, Estadão, etc.) por telefone e via e-mail. Foram prestadas informações sobre processos específicos, estatísticas processuais gerais, esclarecimento de dúvidas de jornalistas sobre a legislação, entre outras demandas.

5.2 Contratações

No que se refere às contratações ordinárias da Unidade, registraram-se a renovação de assinaturas de periódicos como o Jornal do Dia, o Jornal da Cidade e o Correio de Sergipe, assim como a aquisição de placas de homenagem destinadas a membros ou servidores deste Regional. Houve a contratação de duas empresas gráficas para a confecção de itens como banners, adesivos e cartazes A0.

Houve a aquisição de três microfones sem fio para a SEDEC, Seção de Desenvolvimento de Competências.

Esta unidade procedeu à aquisição de 150 Medalhas do Mérito Eleitoral, entre os Graus Grã-Cruz, Comendador e Oficial.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Durante os exercícios de 2019 e 2020, foi efetuada a gestão e fiscalização dos contratos firmados com as empresas Consultserv e Fachineli. Trata-se dos Contratos 4/2016 e 5/2016, para prestação de serviços de designer gráfico, diagramação e operação de áudio. No total, são três postos de trabalho.

Esta Assessoria procedeu à aquisição de uma câmera fotográfica e três lentes. Isso vem garantindo o aprimoramento das coberturas jornalísticas levadas a termo pela unidade.

Houve a aquisição de um equipamento desumidificador para operação na sala de som do plenário, com o propósito de minimizar os efeitos da umidade sobre o funcionamento da mesa de som digital ali existente.

Registrou-se a aquisição de dez fones de ouvido para utilização pelos colaboradores desta unidade, proporcionando o melhoramento das condições para criação de peças e campanhas.

Foram adquiridas dez novas unidades de microfones para o Plenário, tendo em vista que vários desses equipamentos vinham apresentando defeito com regularidade.

Tendo em vista a realização das Eleições 2020, foram viabilizadas as contratações a seguir relacionadas:

- material gráfico necessário como manual de instruções para mesários, cédulas eleitorais majoritárias e proporcionais, atas das mesas receptoras de votos, guias para mesários, folders, cinco tipos de cartazes, diplomas, porta-diplomas;
- Contratação de empresa de Cerimonial para organização da sessão solene de diplomação dos candidatos eleitos.

Houve a instauração de procedimento no SEI para aquisição de microfones, caixa de som e tripé para a EJE/SE.

Uma empresa, cujo contrato estava sob gestão da ASCOM, está respondendo a procedimento interno próprio visando à penalização por descumprimento contratual. Trata-se da DMLS Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda. A empresa não procedeu à entrega de uma câmera fotográfica no prazo contratado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

6. Relatório de Atividades de Comitês e Comissões

Este relatório compreende as atividades desenvolvidas pelos Comitês e Comissões do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe no período de 2019 e 2020.

Consiste numa compilação, realizada pelo Núcleo de Apoio à Governança (NAG), a partir dos dados apresentados pelos Comitês e Comissões em dezembro/2020, bem como de dados extraídos das atas de reuniões.

Informações adicionais sobre os Comitês e Comissões como dados gerais, composição e atas de reuniões podem ser obtidas no link 15.

Link 15 – Comissões e Comitês do TRE-SE: <https://www.tre-se.jus.br/o-tre/governanca/comites-e-comissoes/comissoes-e%20comites>

6.1 Comissão de Acessibilidade – CACIN

- a) Contratação de equipe de dois profissionais, por meio de procedimento licitatório iniciado no primeiro semestre de 2020;

A vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses, com prestação dos serviços nas dependências do TRE-SE ou em outro local indicado pela Administração.

A contratação prevê o envio de cronograma de eventos previstos para o mês subsequente para o licitante contratado e prestação de serviço de segunda a sexta-feira, no horário de 7 às 19h (pode exceder até 22h).

Atualmente, a COPEG gerencia o contrato.

- b) Acompanhamento das vitórias dos locais de votação;
c) Acompanhamento e sugestões relacionadas à acessibilidade dos prédios da Justiça Eleitoral em Sergipe.

6.2 Comissão de Avaliação de Critérios e Parâmetros de Dados Estatísticos Processuais – CAPDE

A CAPDE desenvolveu atividade de levantamento de dados e busca de soluções para o atendimento das exigências do CNJ quanto à apresentação de dados processuais do primeiro e segundo graus.

Ocorreram reuniões semanais, no segundo semestre de 2020, até outubro.

6.3 Comissão de Enfrentamento à Desinformação - CEDE

Foi realizado no TRE-SE, no dia 21/9/19, o I Fórum de Enfrentamento à Desinformação, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral do Estado de Sergipe, capitaneado pelo juiz de direito, membro do Tribunal e presidente da Comissão de Enfrentamento à Desinformação Dr. Leonardo Souza Santana Almeida.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

O objetivo do fórum foi a divulgação de conhecimento para vários atores sociais a fim de atuarem como multiplicadores no combate à desinformação.

O fórum abordou a segurança da urna eletrônica, seus mitos e verdades; o uso e a influência das mídias sociais na disseminação de desinformação em relação ao processo eleitoral; bem como a legislação e as resoluções correlatas ao enfrentamento à desinformação no processo eleitoral. Para maiores informações ver link 16:

Link 16 – Combate à desinformação: <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2019/Outubro/tre-se-promove-i-forum-de-enfrentamento-a-desinformacao?SearchableText=I%20F%C3%B3rum%20de%20enfrentamento>

Foi realizado ainda, em ambiente virtual, no dia 14/5/20, do evento DEMOCRACIA DIGITAL - ELEIÇÕES 2020, por intermédio da Escola Judiciária Eleitoral e da Comissão de Enfrentamento à Desinformação, unidas à agência de checagem de informações Lupa, ao Instituto Tecnologia e Equidade (IT&E) e ao Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE). Para maiores informações ver link 17:

Link 17 – Evento checagem de informação: <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Maio/juizes-promotores-eleitorais-servidores-e-jornalistas-participarao-de-oficina-de-checagem-lupa?SearchableText=ao%20Instituto%20Tecnologia%20e%20Equidade%20>

Em 9/6/20, aconteceu a palestra “Eleições 2020, *Fake News* e Suas Implicações”, em *live* mediada pelo advogado Jefferson Feitoza de Carvalho Filho, presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/SE. A conferencista foi a juíza Elaine Celina Afra da Silva Santos, titular da 31ª Zona Eleitoral, com jurisdição em Itaporanga e Salgado. Para maiores informações ver link 18:

Link 18 – Eleições 2020, *Fake News* e Suas Implicações: <https://www.tre-se.jus.br/imprensa/noticias-tre-se/2020/Junho/palestra-eleicoes-2020-fake-news-e-suas-implicacoes?SearchableText=live%20da%20desinforma%C3%A7%C3%A3o>

6.4 Comissão de Respeito à Diversidade e Enfrentamento da Vulnerabilidade - CRDEV

Publicação da Resolução 11/2020, que dispõe sobre o respeito à identidade de gênero e à diversidade sexual no âmbito do TRE-SE.

Realização de entrevista com a professora Dra. Alice Alexandre Pagan, com participação da psicóloga Bruna Santana Oliveira, mediada pelo servidor do TRE-SE Hermano de Oliveira Santos, oficial de gabinete da Diretoria-Geral e secretário da Comissão. A entrevista pode ser acessada no link 19:





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Link 19 - Entrevista com a professora Dra. Alice Alexandre Pagan:
<https://www.youtube.com/watch?v=qNCysEebtp0&feature=youtu.be>

6.5 Comissão de Ética e Conduta Profissional – CECOP

Divulgação do Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Colaboradores da Justiça Eleitoral de Sergipe, com o auxílio da ASCOM, através de campanha de conscientização dos servidores e colaboradores acerca dos direitos, deveres e obrigações relacionados no citado Código. As mensagens foram divulgadas no ambiente notícias, na intranet, e através de e-mails, enviados pela Comissão de Ética.

Criação de *banner* na intranet para divulgação Código de Ética e Conduta Profissional dos Servidores e Colaboradores da Justiça Eleitoral de Sergipe, a fim de tornar mais fácil a localização pelos servidores.

Publicação da “Cartilha contra o Assédio Moral no Trabalho”, em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul. A iniciativa marcou o Dia Mundial de Combate ao Assédio Moral, convenicionado para o dia 02 de maio.

Assegurando o cumprimento do estabelecido no art. 2º, §2º, do Código de Ética e Condutas Profissionais do TRE-SE, a CECOP provocou a SAO a fim de incluir nos contratos administrativos de prestação de serviços firmados com este Regional a exigência de observância do referido Código.

Assegurando o cumprimento do estabelecido no art. 2º, §2º, do Código de Ética e Condutas Profissionais do TRE-SE, a CECOP provocou a SGP a fim de incluir nos termos de compromisso dos estagiários firmados com este Regional a exigência de observância do referido Código.

6.6 Comissão de Participação Feminina - COFEM

Orientações às Zonas Eleitorais, através de ofício-circular, no sentido de quando da requisição de servidores para auxiliar no desenvolvimento das tarefas seja dada atenção à necessidade de equilibrar, no quadro dos Cartórios Eleitorais, a quantidade entre os sexos feminino e masculino.

Realização de sessão solene de outorga da Medalha do Mérito Eleitoral a dezenove agraciados e realização de uma exposição, no espaço cultural localizado ao lado do plenário, de fotos de seis mulheres que representam o empoderamento feminino.

Edição da revista PLENARIUM, do mês de julho, destacando o trabalho de magistradas e servidores que marcaram sua passagem pela Justiça Eleitoral sergipana.

6.7 Comissões Executiva do Plano de Logística Sustentável (CE-PLS) e Gestora do Plano de Logística Sustentável (CG-PLS)





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

A Comissão Gestora do PLS, instituída pela Portaria TRE-SE 188/2018, no período de 2019-2020, desenvolveu as seguintes atividades de monitoramento e divulgação do PLS:

- a) Realização periódica de Reuniões de Análise de Desempenho das ações e indicadores do PLS, junto à Comissão Executiva do PLS;
- b) Manutenção do site atualizado com os planos de ação, resultados dos indicadores, relatórios anuais de desempenho;
- c) Acompanhamento da publicação anual do relatório de inventário sustentável de bens e materiais;
- d) Participação no treinamento em Gestão de Resíduos, oferecido pela empresa Gersol Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Urbanos, contratada pelo TSE.
- e) Análise da minuta de Resolução do CNJ, que dispõe sobre a gestão do Plano de Logística Sustentável (PLS) e sobre o funcionamento das unidades de sustentabilidade nos órgãos do Poder Judiciário, e consequente envio de sugestões ao CNJ;
- f) Início dos trabalhos de revisão do PLS para o novo ciclo.

Por sua vez, a Comissão Executiva do PLS, composta pelos Assessores de Planejamento e Gestão das SJD, SGP, SAO e STI, desempenha atividade de avaliação das contratações deste Tribunal, tendo como objetivo de resguardar, sempre que possível, a aplicabilidade de práticas sustentáveis, bem como a racionalização e o consumo consciente de materiais e serviços.

Ademais é a responsável pela implementação do PLS no âmbito do TRE-SE, junto com os Grupos Temáticos definidos.

Em seguida, destacam-se ações planejadas e concluídas por tema, no período de 2019 a 2020.

6.7.1 Uso eficiente de insumos e materiais

- a) Acompanhamento da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) nas Zonas Eleitorais, haja vista o impacto da iniciativa na redução do consumo de papel;
- b) Monitoramento do consumo de copos descartáveis e de impressões, visando a identificar/implementar ações voltadas à redução;
- c) Adoção de política de uso de copos de vidro para os servidores, sendo o uso de copos descartáveis apenas para público externo ou em treinamento.
- d) Aquisição de *squeezes* para os terceirizados, com foco na redução de copos descartáveis.

6.7.2 Energia elétrica, água e esgoto





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

- a) Acompanhamento e divulgação mensal do consumo de eletricidade e água, individualizando por Fórum Eleitoral;
- b) Reutilização de água expelida pelos condensadores dos condicionadores de ar da sede do TRE-SE;
- c) Estudo de viabilidade de implementar ações educativas em conjunto com a ASCOM;
- d) Acompanhamento dos processos de contratação de projetos e de instalação de sistema de energia solar, destinado ao prédio sede do TRE-SE e a alguns Cartórios;
- e) Estudo de viabilidade de instalação de sensores de presença nas áreas comuns da Sede do TRE-SE.

6.7.3 Gestão de resíduos

- a) Informe Publicitário Bimestral;
- b) Sensibilização de servidores, estagiários e terceirizados para a prática e importância da coleta seletiva;
- c) Ampliação da Coleta Seletiva para os Cartórios Eleitorais;
- d) Acompanhamento da Coleta Seletiva Solidária;
- e) Remanejamento dos coletores de resíduos.

6.7.4 Qualidade de vida, sensibilização e capacitação

- a) Calendário Colorido da Saúde;
- b) Execução da Semana da Saúde em 2019;
- c) Campanha "Mãos Solidárias" em comemoração ao Dia Internacional da Solidariedade - as Secretarias adotaram uma instituição e doaram os itens de maior necessidade;
- d) Curso de Libras (EAD) em parceria com COMISSÃO ACESSIBILIDADE e inclusão;
- e) Campanha "Alegre uma Criança";
- f) Campanha de vacinação dos servidores, magistrados e dependentes;
- g) Ações de saúde integral (pilates, ginástica laboral e massagem) em conjunto com a COASA/SEASA;
- h) Campanha Adote uma Criança – adoção de filho/neto de terceirizados, de 0 a 12 anos, para doação de brinquedos em comemoração ao Dia das Crianças;
- i) Em parceria com a CACIN, foram realizadas as seguintes ações voltadas à Acessibilidade das Eleições 2020: aprovação da Resolução TRE-SE 30/2020, com orientações sobre acessibilidade do eleitor; aquisição de fones de ouvido para Urnas Eletrônicas e implantação da Central de Libras, que funcionou junto à Ouvidoria nos dois turnos das Eleições 2020.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

6.7.5 Contratações sustentáveis e deslocamento de pessoal, bens e materiais

- a) Divulgação do cronograma de viagens para o interior do Estado;
- b) Avaliação das contratações do Tribunal, tendo como objetivo resguardar, sempre que possível, a aplicabilidade de práticas sustentáveis, bem como racionalização e consumo consciente de materiais e serviços.

6.8 Comissão Permanente de Avaliação de Documentos – CPAD

Revisão, em 2019, da Resolução N° 143/2017, que trata da gestão documental e a política de manutenção de documentos físicos e eletrônicos no âmbito do TRE-SE (Processo SEI N° 0024809-47.2019). Referida revisão foi realizada em parceria com a Coordenadoria de Gestão da Informação - COGIN e Seção de Gestão de Documentos – SEDOC, face às atribuições afins à gestão documental. Foram revisados parcialmente o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade Documental (conforme Ata N° 95).

Continuidade, em 2020, da revisão da Resolução N° 143/2017, conforme Ata N° 9, datada de 12/02/2020 e finalização de suas atividades em face da aprovação da nova Resolução N° TRE-SE 25/2019 (Ata N° 58).

Publicação da Portaria N° 193/2020, contendo o Plano de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade Documental, a partir das determinações da Resolução 25/2019.

6.9 Comissão Permanente Gestão de Documentos – CPGD

Solicitação e realização de cursos junto à seção competente, relativos à gestão documental eletrônica: "Repositório Digital Confiável RDC ARQ" e "Gestão e Preservação de Documentos Digitais - Arquivemática e Ica-Atom", nos períodos de 10 a 12.03.2020 e 14 e 15.05.2019, respectivamente, buscando subsídios para a implementação da Gestão Eletrônica de Documentos.

Levantamento junto às unidades da Secretaria acerca dos documentos digitais produzidos fora do SEI e do PJe e classificação dos mesmos.

6.10 Comissão Permanente do Processo Administrativo Disciplinar – PAD

Não houve a instauração de processo administrativo disciplinar nem qualquer outra atividade desenvolvida pela Comissão no período de 2019-2020.

6.11 Comissão Permanente de Segurança – COSEG

Realização de reunião em 29 de julho de 2020 (Documento 0888274, SEI 0020422-86.2019.6.25.8000).





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Providências adotadas quanto à Resolução CNJ 291/2019, que Consolida as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça sobre a política e o Sistema Nacional de Segurança do Poder Judiciário:

- a) Reedição da Portaria que instituiu a Comissão Permanente de Segurança do TRE-SE (Portaria 534/2020);
- b) Reinstauração da Política de Segurança Orgânica. Resolução TRE-SE 13/2020;
- c) Elaboração do Plano de Segurança Orgânica do TRE-SE (PLASO). Resolução TRE-SE 14/2020;
- d) Reedição do POP referente à proteção e assistência a juízes membros e juízes eleitorais em situação de risco. POP 2/2020;
- e) Criação do Núcleo de Inteligência (NIN), designando os integrantes e as suas competências. Portaria 535/2020;
- f) Definição, através da Portaria 617/2020, da pessoa que atuará como interlocutor, entre os magistrados, em possíveis situações de urgência e posterior informação aos senhores Juízes Eleitorais.
- g) Definição que a unidade SEJUE passará a fazer a devida comunicação quando da substituição de Juízes das ZE's;
- h) Elaboração do Plano de Formação e Especialização dos Agentes de Segurança para o período de 2021 a 2026. Resolução TRE-SE 21/2020.

6.12 Comissão Permanente de Sindicância

Não houve a instauração de processo de sindicância nem qualquer outra atividade desenvolvida pela Comissão no período de 2019-2020.

6.13 Comitê de Gestão de TI – CgesTI

Validou o teor dos Planos de Ação do Planos Diretores de TI (PDTIs), em conformidade com as competências do comitê, relacionadas no art. 12 da Portaria 251/2018.

Validou e revisou, sempre que necessário, os Planos de Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (PCSTICs), incluindo contratações adicionais decorrentes de demandas das áreas de negócio.

Definiu pela implantação de métodos ágeis de gestão na Secretaria de Tecnologia da Informação, em alinhamento com o disposto nos planos de ação do processo de Gestão por Competências.

Decidiu pela revisão do calendário de encontros TechTalk, programado pela COSIS, visando a inclusão de novos temas de interesse de outras unidades da STI, com vistas à agregação de novos conhecimentos e fortalecimento do vínculo entre os servidores.

Autorizou a realização de treinamento sobre métodos ágeis, visando nivelar o conhecimento dos colaboradores.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Revisou a Matriz de Rastreabilidade de Requisitos dos PDTIs, sempre que se mostrou necessário.

Participou de reunião TechTalk, cujos temas foram os seguintes:

- a) Conscientização sobre Segurança da Informação no TRE-SE;
- b) Informações referentes ao Inventário de Ativos de Informação, que resultou na Portaria 769/2019;
- c) Aspectos da Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709/2018.

Autorizou a realização de reunião entre o Coordenador de Sistemas de Informação e os representantes da UFS (professores do Departamento de Computação), tendo em vista a discussão dos termos de uma possível parceria.

Autorizou a realização de tratativas com a Justiça Federal em Sergipe (JFSE), tendo em vista a celebração de parceria para implantação de site backup.

Revisou os processos de gestão e governança de TI, relacionados a seguir, e sugeriu modificações quando necessário: Gerenciamento de Incidentes, Cumprimento de Requisição, Gerenciamento de Eventos, Gerenciamento de Portfólio de Projetos de TI, Gerenciamento do Ciclo de Vida de Software, Gerenciamento de Nível de Serviços, Gerenciamento de Mudanças, Gestão de Riscos de Segurança da Informação, Classificação e Tratamento das Informações, Gestão de Incidentes de Segurança da Informação, Gerenciamento de Continuidade de Serviços Essenciais, Gerenciamento de Vulnerabilidades de Segurança da Informação, Gerenciamento de Normas de Segurança da Informação, Capacitação de Tecnologia da Informação, Gerenciamento do Catálogo de Serviço, Gerenciamento dos Planos de TIC.

Tomou conhecimento dos riscos associados ao processo “Planejamento das Contratações de Soluções de TI” e propôs medidas de controle visando mitigar os riscos mais relevantes.

Tomou conhecimento dos riscos de segurança da informação institucionais, sugerindo medidas de controle no tocante ao uso dos recursos e ao atendimento dos requisitos internos e externos, legislação e regulamentações pertinentes.

Realizou o acompanhamento mensal dos projetos/ações desenvolvidos pelas unidades da STI, conforme disposto no plano de ação do Plano Diretor de TI.

Deu ciência ao Comitê de Governança de TI (CGOVTI) dos eventos mais relevantes, especialmente sobre o andamento das ações/projetos executados, Eleições 2020, contratações de TI e alterações do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC), solicitando, sempre que necessário, a aprovação e a deliberação do Comitê superior.

6.14 Comitê de Gestão do Clima Organizacional – CGTCO

Realizou duas reuniões com o objetivo de discutir e buscar soluções conjuntas para a melhoria do clima, encaminhando as principais Ações de Melhorias para aprovação e implantação através de projetos e ou programas para garantir a





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

efetividade da Pesquisa de Clima Organizacional 2019, no entanto, em razão de número insuficiente de membros adiou-se as deliberações para 2021.

6.15 Comitê de Governança de TI – CgovTI

Aprovou a proposta de revisão do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI-2019), compreendendo a inclusão de requisitos na Matriz de Rastreabilidade de Requisitos, alteração de percentuais de execução de várias ações e inclusão de novas ações no Plano de Ação de 2019.

Consentiu com a redução do percentual da meta associada ao indicador ITIC2 (Índice de Atendimento aos Requisitos Mínimos de Segurança e Disponibilidade do Datacenter), de 90% para 75%, conforme argumentos apresentados pelo Secretário de Tecnologia da Informação durante a reunião.

Priorizou a execução dos seguintes projetos de TI:

- a) Desenvolvimento de módulo do sistema Pré-Eleição, referente a alimentação, veículos, apoio a eleições e melhorias;
- b) Desenvolvimento do Sistema de Gestão de Estagiários, integrado ao eSocial.

Aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e suas alterações, em conformidade com as competências do comitê, relacionadas no art. 10 da Portaria 251/2018.

Aprovou o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (PCSTIC) e suas alterações, em conformidade com as competências do comitê, relacionadas no art. 10 da Portaria 251/2018.

Concedeu autorização para que fosse alterada a referência utilizada para o cálculo do indicador ITIC 4 - Índice de Governança de TIC, constante do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETIC), de acordo com manifestação da STI. Desde então, o índice iGovTIC-JUD, resultante do levantamento promovido anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é utilizado como base de cálculo.

Autorizou a supressão do indicador ITIC6, da matriz de indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETIC), haja vista que a metodologia de desenvolvimento e sustentação de sistemas, disponível no endereço eletrônico <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-se-manual-epo-8-software-v2>, utilizada como parâmetro para apuração do seu resultado, foi implantada integralmente.

Tomou ciência do resultado dos indicadores estratégicos de TI, em conformidade com as competências do comitê, relacionadas no art. 10 da Portaria 251/2018.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Tomou conhecimento do andamento das atividades dos Planos de Ação dos PDTIs, em conformidade com as competências do comitê, relacionadas no art. 10 da Portaria 251/2018.

Tomou conhecimento dos riscos associados ao processo “Planejamento das Contratações de Soluções de TI”, a partir da avaliação de riscos promovida pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).

Tomou ciência de que o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETIC), relativo ao sexênio 2021-2026, será elaborado no primeiro semestre de 2021, em consonância com o planejamento estratégico corporativo.

Deferiu a supressão do indicador ITIC6 (Índice de Satisfação dos Usuários de TIC) da matriz de indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETIC), haja vista que o referido índice, na opinião dos gestores da Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), não cumpria adequadamente o papel para o qual foi inicialmente concebido, que era o de retratar o grau de satisfação dos usuários de TIC do Tribunal com os serviços e recursos de TI disponibilizados.

6.16 Comitê Gestor da Estratégia

O Comitê Gestor da Estratégia atua em alto nível na Administração analisando e decidindo as questões relevantes do planejamento estratégico do Tribunal.

Nos anos de 2019 e 2020, o Comitê Gestor da Estratégia se reuniu em 7 Reuniões da Análise da Estratégia e decidiu sobre as ações do Tribunal relacionadas à:

- a) Aprovação de macrodesafios;
- b) Manutenção e exclusão de macrodesafios;
- c) Alteração de indicadores;
- d) Alteração de metas de macrodesafios;
- e) Aprovação do Programa Eleições 2020;
- f) Acompanhamento dos projetos do Programa Eleições 2020;
- g) Acompanhamento das metas nacionais e específicas do CNJ.

6.17 Comitê Gestor das Cartas de Serviço – CGCAS

Adoção das providências necessárias para correção das desconformidades identificadas na Avaliação do TCU dos conteúdos no site eletrônico deste TRE-SE.

Deliberações diversas acerca da revisão das Cartas de Serviço do Tribunal, em função das alterações do Regulamento do Secretaria, bem como do conceito de “serviço prestado ao público externo” e suas implicações.

Debates de aspectos da Pesquisa de Satisfação do TRE-SE (de responsabilidade do CGCAS) e adoção de medidas capazes de estimular o





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

preenchimento de tal pesquisa pelos usuários dos serviços externos do TRE-SE, dentre elas a divulgação periódica, no site do TRE-SE, de notícias acerca sua importância, bem como a inserção de link fixo na página do Tribunal, remetendo ao formulário da citada pesquisa.

Discussões acerca do impacto da pandemia na avaliação dos serviços aos usuários.

6.18 Comitê Gestor de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais – CGLGPD

O comitê foi instituído por meio da Resolução 28/2020 e seus componentes designados através da Portaria 1071/2020. Antes da instituição do comitê, foi formado um Grupo de Trabalho da Lei Geral de Proteção de Dados, que atuou nas seguintes temáticas:

- a) Mapeamento e classificação dos dados do TRE-SE;
- b) Identificação dos controladores e medidas a serem tomadas;
- c) Plano geral de ações e de resposta a incidente de violação;
- d) Inventário preliminar de dados;
- e) Publicação da Resolução nº 28/2020, que "Institui a Política de Tratamento e Proteção de Dados Pessoais".

6.19 Comitê Gestor do Conteúdo de Internet e Intranet – CGCI

Atividades desenvolvidas no período de 2019-2020:

- a) Avaliação do conteúdo da intranet.
- b) Adaptação do layout do sítio do TRE-SE em razão do ranking da transparência, orientação e conscientização dos publicadores.
- c) Reestruturação do quadro de “Comitês e Comissões”, com realização de workshop.

6.20 Comitê Gestor do Sistema de Informações – CGSEI

Atividades desenvolvidas no período de 2019-2020:

- a) Mudanças no sistema buscando implantar a gestão documental eletrônica, inclusive com alteração na TTD, sendo a mesma ajustada às necessidades do TRE-SE.
- b) A criação de documentos passou a ser atribuição da SEPEM que, em sendo necessário, solicita o auxílio da SEDOC acerca da temporalidade dos mesmos.
- c) Concessão de acesso a usuários externos cadastrados ao SEI.
- d) Publicação da Portaria TRE-SE 1185/2019 que “Dispõe sobre a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no âmbito do TRE-SE”.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

6.21 Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde – CGAIS

Atividades desenvolvidas no período de 2019-2020:

- a) Implantação do Projeto Saúde Integral, que desenvolve diversas ações como palestras, cursos, oficina de dança, oficina de ioga.
- b) Incentivo à prática de atividade física, ex.: ciclismo, como forma de promoção da saúde.
- c) Sugestão de ações de melhorias para as dimensões da pesquisa do clima organizacional que apresentaram índice de favorabilidade abaixo de 70%.
- d) Elaboração do Plano de Retorno do Trabalho Presencial.
- e) Proposta de pesquisa de grupos de risco para COVID-19 a ser realizada por aplicação compulsória de questionário a todos os servidores do TRE-SE, inclusive os requisitados.
- f) Deliberações diversas relacionadas à saúde dos servidores e ambiente organizacional ante à pandemia.
- g) Execução do Programa de Promoção da Saúde dos Servidores do Tribunal, que teve como marco as palestras realizadas por videoconferência, pela plataforma Zoom, com a participação de 192 servidores distribuídos em 2 turmas nos dias 05/08 e 12/08, ambas com 2h de duração. As palestras tiveram como tema “Psicologia Organizacional e do Trabalho, especificamente em Psicodinâmica do Trabalho” e para tal foi contratada profissional de notório saber na área, Dra. Ana Magnólia Mendes.

6.22 Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas – CGP

Atividades desenvolvidas no período de 2019-2020:

- a) Proposta de priorização do treinamento do PJE para requisitados e que o curso seja também direcionado aos servidores que prestam apoio aos Cartórios, bem como outros assuntos relacionados à capacitação dos requisitados.
- b) Deliberações diversas acerca da designação de substituição da Chefia de Cartório pelos requisitados.
- c) Estabelecimento do projeto “Destaque do Mês”, com inclusão de matéria na revista *Plenarium*, destacando os talentos dos requisitados.
- d) Discussão acerca de um Encontro de Valorização de Requisitados.
- e) Foram deliberados diversos aspectos e ações acerca da assistência médica e odontológica dos requisitados.

6.23 Comitê Gestor Regional de Priorização do 1º Grau – CGRP1



COPEG Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Atividades desenvolvidas no período de 2019-2020:

- a) Análise das novas estruturas pós-delineamento do rezoneamento eleitoral, com o objetivo de verificar o atendimento às expectativas do apoio direto à atividade judicante. Providência(s) adotada(s): encaminhamento de solicitação à Presidência do TRE-SE de solução imediata para as zonas eleitorais com apenas um servidor no quadro, cuja resposta obtida pode ser consultada no Ofício 2625/2019 – PRES (SEI 0012997-24.2018.6.25.8200).
- b) Solicitação de reunião do CGRP1 com a Presidência do TRE-SE, com o objetivo de explanação de pontos relacionados ao apoio às atividades judicantes e dificuldades enfrentadas pelos Cartórios Eleitorais. Providência(s) adotada(s): encaminhamento de 12 propostas para apreciação da Presidência do TRE-SE. Após, foram encaminhadas sugestões ao TSE – Ofício 4516/2019 (SEI 0012997-24.2018.6.25.8200).
- c) Análise da composição do Comitê, com o objetivo de verificar o término de biênio de Juízes Membros (titulares e suplentes) junto à Justiça Eleitoral. Providência(s) adotada(s): contato com Juízes, para preenchimento de formulários de inscrições, que culminou na recomposição do Comitê através da Portaria 604/2020 (SEI 0012997-24.2018.6.25.8200).
- d) Análise das dificuldades enfrentadas para a realização das Eleições 2020, no cenário de pandemia da Covid-19. Providência(s) adotada(s): aprovação da Resolução nº 19/2020 (regulamenta intimações via Whatsapp Business) e sugestão aos cartórios eleitorais acerca da exclusão de mesários acima de 60 anos.

6.24 Comitê Gestor Local do Processo Judicial Eletrônico – CGRPJe

Realizou reunião em 16/6/20 e foram discutidos os seguintes assuntos:

- a) Evolução da versão do PJE nos Regionais da atual 2.0 para 2.1 modelo unificado nacionalmente;
- b) Migração dos Processos Físicos para o PJe;
- c) Habilitação de novas classes processuais para esta Justiça Especializada.

Em reunião realizada no dia 17/12/20 foram tratados os seguintes tópicos:

- a) Integração entre os Sistemas CAND e PJe de 1º Grau - Eleições 2020;
- b) Panorama da Migração dos Processos Físicos para o PJe;
- c) Evolução da versão do PJE nos Regionais da atual 2.0 para 2.1;
- d) Habilitação de novas classes e assuntos processuais para esta Justiça Especializada.

6.25 Comitê Orçamentário – COMOR



COPEG Coordenadoria de Planejamento, Estratégia e Governança



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

No ano de 2019 foi realizada pelo comitê uma reunião com as unidades gestoras para ressaltar a importância de se pagar as despesas dentro do próprio exercício financeiro em razão da EC 95/16.

A cada reunião semestral são tratados assuntos de relevância relacionados ao orçamento do Tribunal, remanejamentos orçamentários, apontamentos da necessidade de economia nas despesas como uso de energia, água etc., demandas estratégicas, créditos suplementares e é apresentado um panorama sobre a execução orçamentária.

6.26 Comitê de Segurança da Informação

- a) Aprovou a proposta de revisão da Portaria que regulamenta a Gestão de Vulnerabilidades nos Ativos de Informação (Portaria 916/2019), de acordo com argumentos apresentados da Seção de Segurança da Informação (SESIN);
- b) Tomou conhecimento e deliberou acerca da abrangência da política que regulamenta o Controle de Acesso e os Recursos de Processamento da Informação (Portaria 769/2019), atribuindo aos responsáveis pelos ativos de informação a responsabilidade pela definição dos requisitos de integridade, disponibilidade, autenticidade e não repúdio, a classificação e proteção dos ativos sob sua propriedade, a autorização para o acesso às informações, dentre outros aspectos;
- c) Solicitou a realização de análise de riscos do serviço Rádio Web;
- d) Autorizou a elaboração de Portaria regulamentando a implantação de sistemas externos (de terceiros) no âmbito do TRE-SE, para que sejam submetidos, previamente, ao procedimento de análise de riscos;
- e) Avaliou, com o auxílio da Seção de Segurança da Informação (SESIN), a pertinência do Plano de Continuidade de Serviços de TI, que se mostrou adequado à realidade atual do TRE-SE;
- f) Tomou conhecimento das medidas de segurança adotadas para proteger a rede de computadores do TRE-SE durante as Eleições 2020, em atendimento às orientações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
- g) Tomou conhecimento da forma de cálculo dos indicadores de segurança da informação, conforme disposto no Plano Estratégico de Segurança da Informação (PESI), e anuiu com a proposta da STI, de se avaliar a conveniência e oportunidade da manutenção dos indicadores ISI04 a ISI08 durante os trabalhos do próximo ciclo de planejamento (2021 - 2026).





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

7. ESTATÍSTICA PROCESSUAL

7.1 Quantitativos de Distribuição e de Julgamento de Processos

7.1.1 Corregedoria Regional Eleitoral

7.1.1.1 Relatório Estatístico Processual do 1º Grau de 2019-2020

Classes	Quantidade
Prestação de Contas Eleitorais	20758
Registro de Candidatura	14189
Representação	2808
Processo Administrativo	1397
Petição Cível	978
Prestação de Contas Anual	667
Ação Penal Eleitoral	512
Ação de Investigação Judicial Eleitoral	252
Inquérito Policial	230
Filiação Partidária	214
Notícia de Irregularidade em Propaganda Eleitoral	207
Recurso/Impugnação de Alistamento Eleitoral	131
Representação Criminal/Notícia de Crime	116
Duplicidade/Pluralidade de Inscrições - Coincidências	102
Regularização de Situação do Eleitor	86
Execução Fiscal	77
Apuração de Eleição	71
Direito de Resposta	54
Ação Cautelar	41
Carta Precatória Criminal	36
Lista de Apoioamento para Criação de Partido Político	31
Ação de Impugnação de Mandato Eletivo	31
PET-ADM	27
Representação Especial	20
Inspeção	15
Carta Precatória Cível	14





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Classes	Quantidade
Auto de Prisão	12
Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Eleitorais	11
Termo Circunstanciado	11
Tutela Antecipada Antecedente	10
Direitos Políticos	9
Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas Anual	9
Composição de Mesa Receptora	9
Tutela Cautelar Antecedente	7
Cautelar Inominada Criminal	6
Mandado de Segurança Cível	6
Petição Criminal	5
Embargos à Execução	3
Habeas Corpus Criminal	3
Execução da Pena	2
Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP)	2
Carta de Ordem Cível	2
Cancelamento de Inscrição Eleitoral (CIE)	2
Exceção	1
Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico	1
Impugnação Perante as Juntas Eleitorais	1
Pedido de Busca e Apreensão Criminal	1
Restituição de Coisas Apreendidas	1

Quadro 35 - **Relatório Estatístico Processual do 1º Grau de 2019-2020**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

7.1.2 Secretaria Judiciária

7.1.2.1 Estatística processual 2019

No exercício de 2019, 279 processos foram autuados no 2º grau de jurisdição. Seguem-se os gráficos que contêm informações relevantes sobre a estatística processual.



Gráfico 1 – Distribuição de processos por classe - 2019

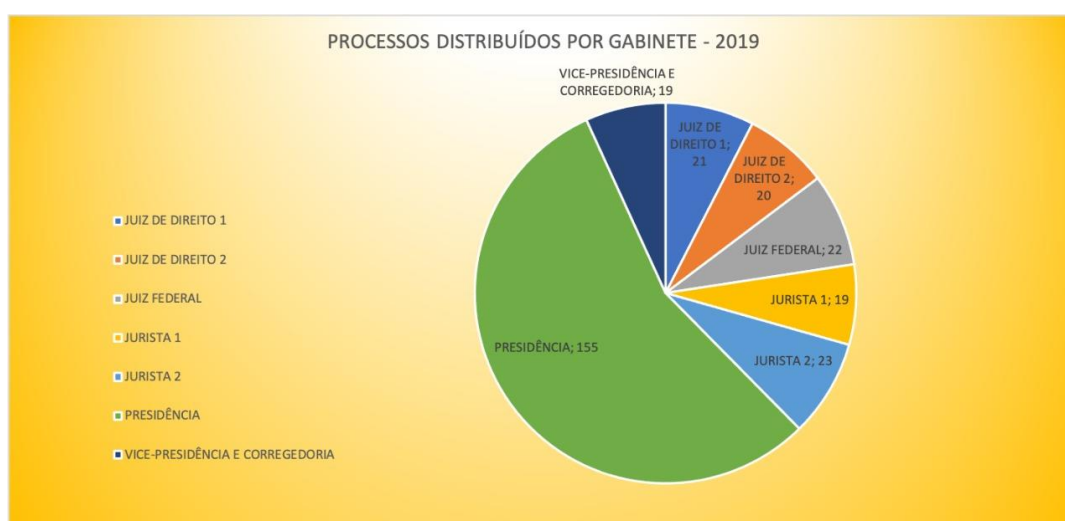
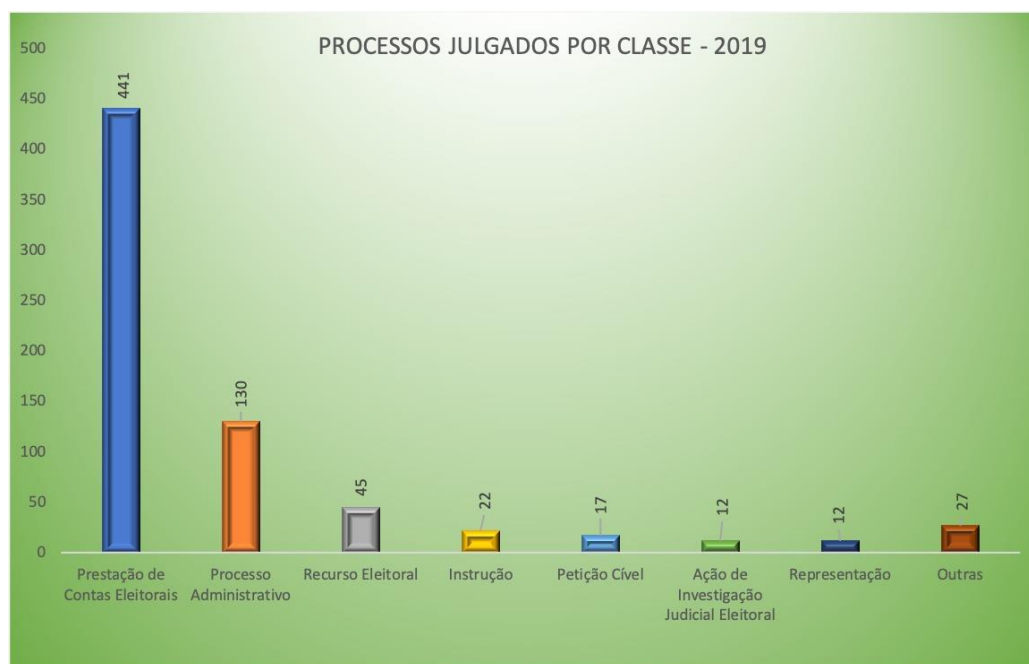


Gráfico 2 – Os feitos distribuídos por relatoria





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL



os julgados por classe

Como se pode observar, em 2019, o Colegiado julgou 706 processos, diminuindo, sobremaneira, a taxa de congestionamento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

7.1.2.2 Estatística processual 2020

No ano do pleito eleitoral, a quantidade de feitos, bem como a variedade de ações, sofre um significativo incremento.

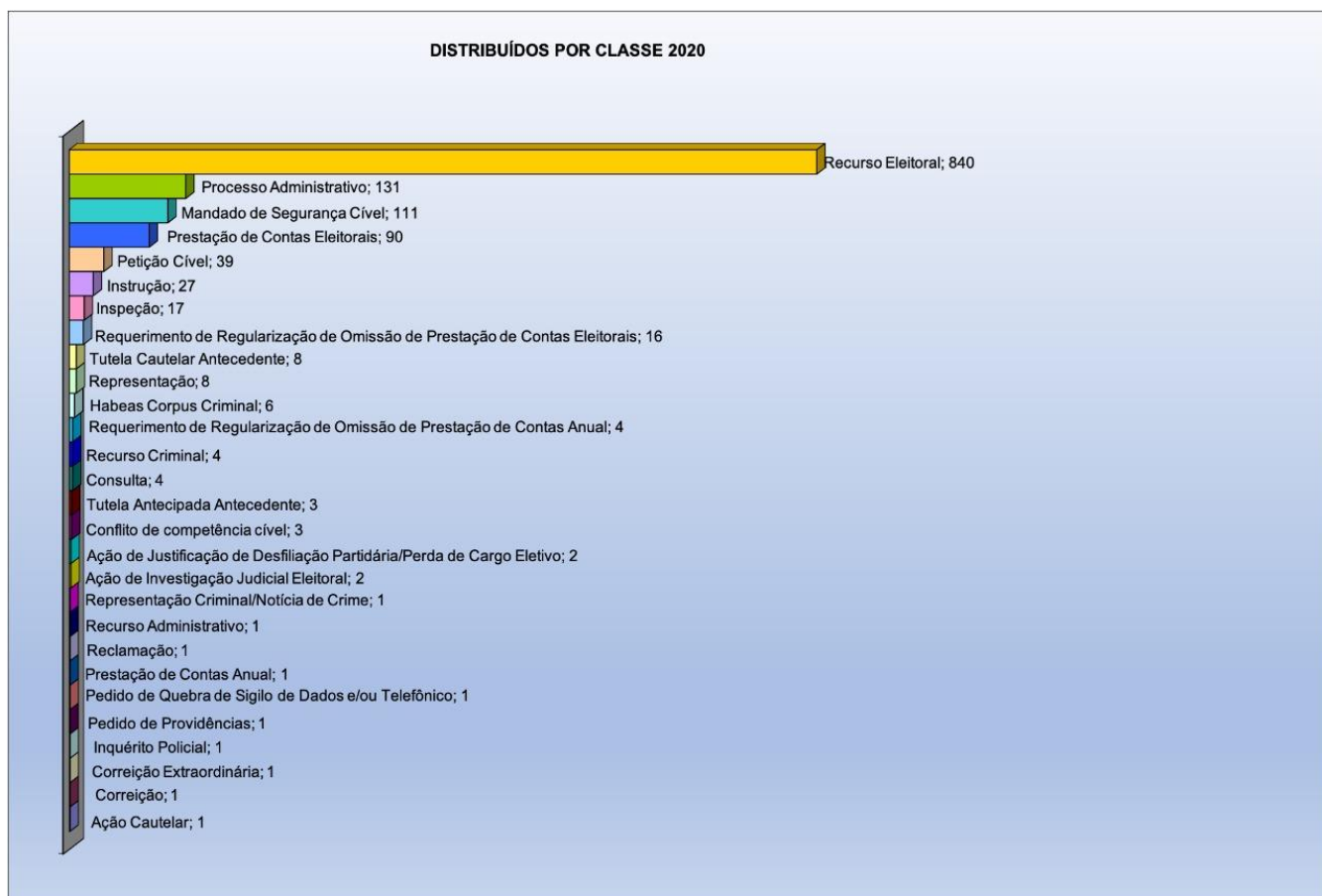


Gráfico 4 – Processos distribuídos por classe em 2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

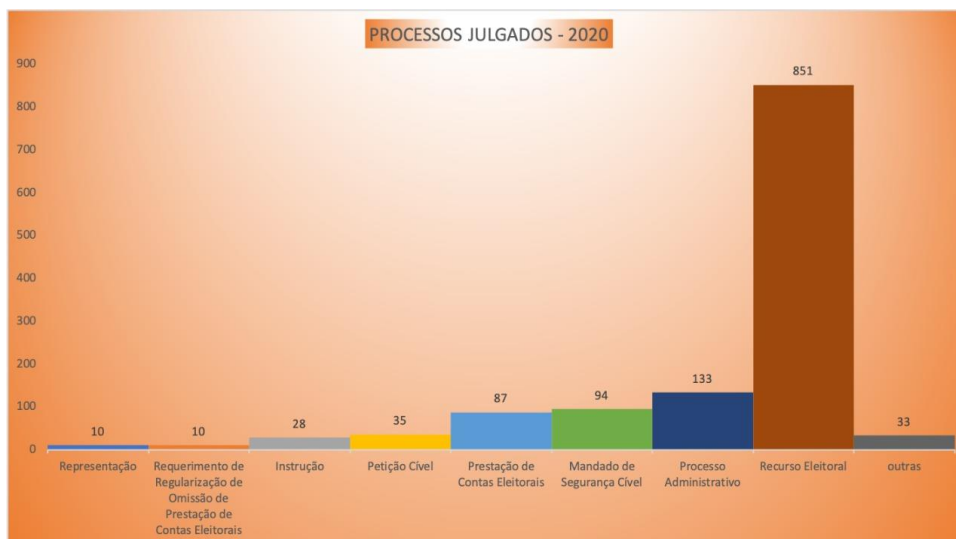


Gráfico 5 – Processos julgados em 2020

7.1.2.3 Estatística processual das Eleições 2020

Dos 7.807 (sete mil, oitocentos e sete) processos de Registro de Candidatura – Rcand, 231 subiram em grau de recurso e foram assim distribuídos:

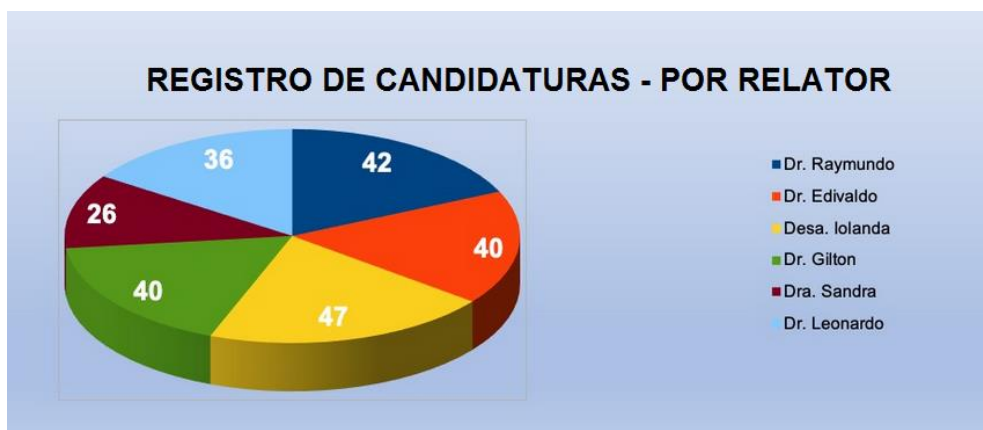


Gráfico 6 – Distribuição dos registros de candidaturas

Irresignados com decisões, em sua grande maioria, não meritórias, candidatos, partidos e coligações impetraram Mandados de Segurança perante esta Corte Regional, pugnando pela cessação dos efeitos daquelas:





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

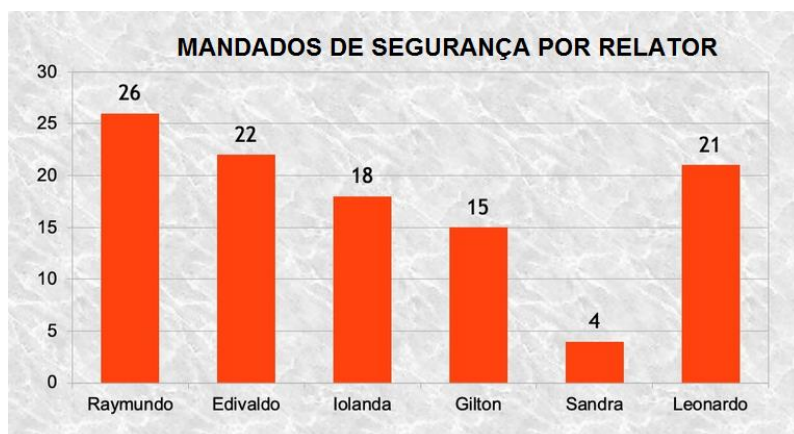


Gráfico 7 – Mandados de segurança por Relator

No total, 866 (oitocentos e sessenta e seis) processos foram autuados e distribuídos, originariamente ou em grau de recurso, durante o período eleitoral nesta Corte.

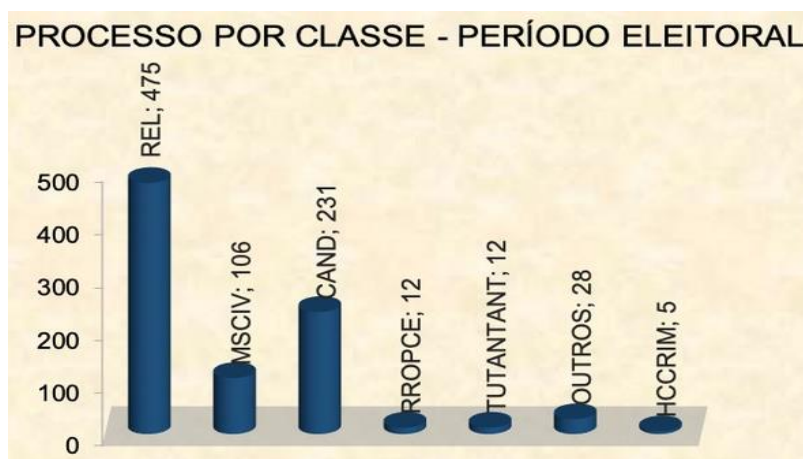


Gráfico 8 – Processos por classe no período eleitoral

Legenda: REL: Recurso Eleioral; MSCIV: Mandado de Segurança Cível; RCAND – Recursos em Registro de Candidato; RROPCE: Requerimento de Regularização de Omissão de Prestação de Contas; TutAntAnt: Tutela Antecipada Antecedente; HCCRIM: Habeas Corpus Criminal;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

Compilando os processos por relatoria, foram assim distribuídos:

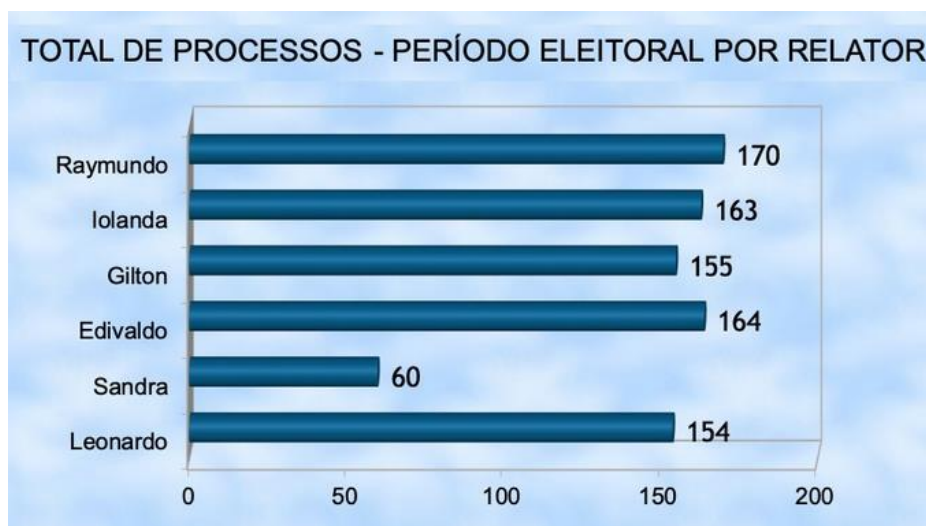


Gráfico 9 – Total de processo por relatoria

Total de Processos julgados no período eleitoral:



Gráfico 10 – Processos julgados – Eleições 2020



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

8. RELAÇÃO DE CONTRATOS EM VIGOR E RESPECTIVOS PRAZOS DE VIGÊNCIA

Ano	Número (Contrato ou Nota de Empenho)	Procedimento SEI/Sadp	Objeto	Contratado(a)	CNPJ/CPF	Início da Vigência	Término da Vigência
2020	0018	<u>0020269-19.2020.6.25.8000</u>	Aquisição de Notebooks (cota reservada - 25%)	Malutec Informática EIRELI	17.635.299/0001-53	17/11/20	16/12/20
2020	0017	<u>0016981-63.2020.6.25.8000</u>	Aquisição Nobreak	Vlixbot Soluções em Informática LTDA	21.997.155/0001-14	03/11/20	02/12/20
2020	0016	<u>0016981-63.2020.6.25.8000</u>	Aquisição Scanners	4U Digital Comércio e Serviços EIRELI – EPP	21.982.891/0001-07	03/11/20	02/12/20
2020	0015	<u>0019035-02.2020.6.25.8000</u>	Prestação, de forma fracionada e contínua, dos serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento de peças, acessórios e componentes originais de reposição, para a frota de veículos pertencentes ao Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, durante 12 (doze) meses.	WS Serviços e Comércio EIRELI,	29.260.268/0001-44,	22/10/20	21/10/21
2020	0014	<u>0018479-34.2019.6.25.8000</u>	Aquisição de embalagens de papelão genéricas para as urnas eletrônicas modelos UE2009, UE2010, UE2011 e UE2013 (item 1), de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no Edital de Licitação TSE nº 16/2020 e seus Anexos	Cartonagem Perimetral Indústria e Comércio EIRELI	09.161.208/0001-67	29/09/20	30/09/21



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

2020	0013	<u>0015602-87.2020.6.25.8000</u>	Prestação de serviço, por demanda, de interpretação simultânea em língua brasileira de sinais (LIBRAS), conforme as especificações e condições estabelecidas neste Instrumento	Educalibras Treinamento e Desenvolvimento do Idioma de Libras Ltda. - EPP	09.475.334/0001-96	08/09/20	07/09/22
2020	0012	<u>0012123-86.2020.6.25.8000</u>	Prestação de serviço de suporte, manutenção e atualização de versão das licenças de uso do sistema de gerenciamento de bibliotecas ALEPH 500	Crosoften Tecnologia e Inovação Ltda	18.087.501/0001-12	01/10/20	02/10/23
2020	0011	<u>0013900-09.2020.6.25.8000</u>	Prestação dos serviços de Auxiliar de Serviços Gerais e Auxiliar de Serviços Administrativos a serem efetivados nos locais definidos no Anexo I (Termo de Referência) do Edital do Pregão 11/2020 – Eletrônico	Conserlimp - Conservação e limpeza EIRELI	09.064.688/0001-48	26/10/20	04/12/20
2020	0010	<u>0011733-19.2020.6.25.8000</u>	Contratação de empresa especializada do ramo de construção civil para execução dos serviços de conservação, manutenção e reparação em Fóruns Eleitorais do interior do Estado, no Fórum Aloisio de Abreu Lima e na Sede do TRE-SE, em Aracaju/SE, em regime de empreitada por preço global.	A.D. Engenharia Ltda	11.819.223/0001-00	12/08/20	10/03/21
2020	0009	<u>0012872-06.2020.6.25.8000</u>	Locação de veículos tipo van/furgão, de propriedade da Contratada ou a ela vinculados juridicamente, com motoristas.	Leandro e Lisboa Turismo e Transportes Ltda	13.432.399/0001-21,	24/08/20	01/12/20
2020	0008	<u>0012872-06.2020.6.25.8000</u>	Locação de veículos tipo carro popular de passeio, de propriedade da Contratada ou a ela vinculados juridicamente, com motoristas.	Simple Serviço e Locação EIRELI	15.425.723/0001-00	24/08/20	01/12/20





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

2020	0007	<u>0010048-74.2020.6.25.8000</u>	Fornecimento de camisas, material necessário à identificação dos colaboradores que atuarão nas eleições 2020, bem como dos estagiários do Programa Jovem Cidadão, conforme especificação constante dos Anexos ao Edital do Pregão 09/20 – Eletrônico.	T.C.G. Fonseca Confecções EIRELI	17.112.678/000 1-69	03/09/20	18/10/2020
2020	0006	<u>0018479-34.2019.6.25.8000</u>	Aquisição de 5.000 bobinas de papel de 40m, de 942 bobinas de papel de 60m e de 1.724 bobinas de papel de 80m para as impressoras das urnas eletrônicas de acordo com as especificações, exigências e prazos constantes no Edital de Licitação TSE nº 8/2020 e seus Anexos.	Silfer Comércio Indústria e Exportação de Artefatos de Papeis EIRELI	61.054.383/000 1-75	03/07/20	02/07/21
2020	0005	<u>0006570-58.2020.6.25.8000</u>	Serviços de manutenção das instalações elétricas da Sede do TRE-SE, em Aracaju/SE.	Real Energy Ltda	41.116.138/000 1-38	08/06/20	05/12/20
2020	0004	<u>0008895-06.2020.6.25.8000</u>	Aquisição de 3.960 (três mil novecentos e sessenta) envelopes plásticos autoadesivos para a embalagem da urna eletrônica (item 1) e de 220 (duzentos e vinte) envelopes plásticos autoadesivos para o terminal do eleitor (item 2)	Visão e Arte Indústria e comércio de embalagens Ltda	00.855.265/000 1-71	28/05/20	27/05/21
2020	0003	<u>0018479-34.2019.6.25.8000</u>	Aquisição de 3.805 cabinas de votação	Exata Evolution Comercial e Distribuidora Ltda.	17.173.562/000 1-30	08/05/2020	07/05/2021



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

2020	0002	<u>0005386-67.2020.6.25.8000</u>	Aquisição de 4.024 (quatro mil e vinte e quatro) baterias de chumbo-ácido seladas para urnas eletrônicas modelos <u>2009, 2010, 2011, 2013 e 2015</u>	Unicoba Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A.	07.589.288/0001-20	02/04/2020	01/04/2021
2020	0001	<u>0022849-56.2019.6.25.8000</u>	Serviços especializados e continuados de auxiliar de serviços administrativos para a Seção de Urnas Eletrônicas, para o Posto de Atendimento do TRE-SE no CEAC do Shopping Riomar e para a Seção de Manutenção Predial	Manseg – Manutenção e Serviços Gerais Ltda.	14.782.495/0001-62	03/02/2020	02/02/2022
2020	Apólice de Seguro 2143/0000020/96	<u>0009780-20.2020.6.25.8000</u>	Seguro de imóveis	Mapfre Seguros Gerais S.A.	61.074.175/0001-38	31/07/2020	31/07/2021
2020	2020NE000059	<u>0020181-15.2019.6.25.8000</u>	Fornecimento de água potável (5ª ZE – Capela)	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)	13.233.184/0001-81	01/01/2020	31/12/2024
2020	2020NE000060	<u>0020181-15.2019.6.25.8000</u>	Fornecimento de água potável (6ª ZE – Estância)	Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE)	13.259.692/0001-39	01/01/2020	31/12/2024
2020	2020NE000067	<u>0020181-15.2019.6.25.8000</u>	Fornecimento de água potável	Companhia de Saneamento de Sergipe (DESO)	13.018.171/0001-90	01/01/2020	31/12/2024
2019	0010	<u>0021524-46.2019.6.25.8000</u>	Serviços especializados e continuados de manutenção preventiva e corretiva, desinstalação e instalação de aparelhos de ar condicionado nas unidades do TRE-SE	Polo Ar Condicionado Serviços de Refrigeração EIRELI	06.021.988/0001-51	09/12/2019	08/12/2021



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

2019	0004	<u>0004704-49.2019.6.25.8000</u>	Prestação de serviços especializados e continuados de condução de veículos (motoristas)	MANSEG - Manutenção e Serviços Gerais Ltda.	14.782.495/000 1-62	13/05/2019	12/05/2021
2019	0003	<u>0003289-31.2019.6.25.8000</u>	Prestação de serviços especializados e continuados de instalação/manutenção elétrica – predial/industrial; manutenção e reforma predial; serviços de jardinagem, com fornecimento de material, para as unidades do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.	C.M. - Comércio Serviços e Construções Ltda.	63.777.718/000 1-09	10/04/2019	09/04/2021
2019	0001	<u>0027065-94.2018.6.25.8000</u>	Contratação dos serviços de vigilância eletrônica, especificamente monitoramento e manutenção, preventiva e corretiva, dos sistemas de alarme e de vigilância eletrônica (cftv - circuito fechado de televisão) e instalação e desinstalação dos sistemas de alarme.	Commando Segurança Eletrônica EIRELI	11.369.367/000 1-01	14/02/2019	13/03/2021
2018	0018	<u>0022955-52.2018.6.25.8000</u>	Serviços de reserva, emissão, marcação e remarcação de bilhetes de passagens aéreas	Brasitur Eventos e Turismo Ltda.	23.361.387/000 1-07	26/11/2018	25/11/2021
2018	0013	<u>0021087-39.2018.6.25.8000</u>	Renovação da solução de gerenciamento unificados de ameaças existente no TRE-SE, compreendendo a atualização (upgrade) de subscrições de software e de equipamentos e assistência técnica em garantia	Teledata Soluções Integradas de Comunicação Ltda.	33.927.849/000 1-64	22/10/2018	garantia 21/10/2023



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

2017	0013	<u>0002306-03.2017.6.25.8000</u>	Contratação de 36 (trinta e seis) enlaces de comunicação para conexão da sede do TRE-SE com os Cartórios Eleitorais e Postos de Atendimento ao eleitor, englobando os serviços de instalação, suporte mensal e possibilidade de mudança de endereço do enlace, quando necessário.	FSF Tecnologia S.A.	05.680.391/0001-56	18/12/2017	17/12/2022
2017	0009	<u>0010790-07.2017.6.25.8000</u>	Contratação de agente de integração, público ou privado, sem fins lucrativos, para prestação de serviço continuado no Programa de Estágio do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe, com realização de processo seletivo com periodicidade bienal	Instituto Euvaldo Lodi - Núcleo Regional de Sergipe	13.076.013/0001-96	01/01/2018	31/12/2020
2017	0008	<u>0003622-51.2017.6.25.8000</u>	Aquisição de subscrição para solução JBOSS Enterprise Application Platform 16 Core Premium	Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial Ltda.	26.990.812/0001-15	17/10/2017	16/10/2020
2017	0007	<u>0001743-09.2017.6.25.8000</u>	Prestação de serviços telefônicos fixos comutados – STFC (fixo-fixo e fixo-móvel)	Telemar Norte Leste S/A	33.000.118/0001-79	02/10/2019	01/10/2021
2017	0005	<u>0007187-23.2017.6.25.8000</u>	Fornecimento de energia elétrica (CUSD e CCER – Zonas Eleitorais da Capital)	Sergipe Distribuidora de Energia S/A – Energisa	13.017.462/0001-63	01/08/2017	31/07/2021
2017	0004	<u>0007187-23.2017.6.25.8000</u>	Fornecimento de energia elétrica (CUSD e CCER – Sede do Tribunal)	Sergipe Distribuidora de Energia S/A – Energisa	13.017.462/0001-63	01/08/2017	31/07/2021





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

2017	0001	<u>0010389-42.2016.6.25.8000</u>	Prestação de serviços de ginástica laboral, pilates e massagem terapêutica e shiatsu par a sede do TRE-SE e Zonas Eleitorais da Capital	Laborafisio Qualidade de Vida e Ergonomia Ltda – ME	11.557.010/0001-49	16/01/2017	15/01/2022
2016	0016	<u>0006975-36.2016.6.25.8000</u>	Prestação de serviços de auxiliar de odontologia	G. M. Carvalho Eireli – ME	19.890.499/0001-88	16/01/2017	15/01/2021
2016	0015	<u>0006975-36.2016.6.25.8000</u>	Prestação de serviços de apoio administrativo (garçom, copeiragem, recepcionista, contínuo e estoquista)	Servit Serviços Terceirizados LTDA. - ME	19.886.771/0001-56	16/01/2017	15/01/2022
2016	0014	<u>0007125-17.2016.6.25.8000</u>	Prestação de serviços especializados e continuados de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais, equipamentos, utensílios e máquinas	Construtora Fernandes e Araújo Ltda. - ME	19.803.765/0001-98	11/01/2017	10/01/2022
2016	0005	<u>0002535-94.2016.6.25.8000</u>	Prestação de serviços de comunicação visual e correlatos (designer gráfico e diagramador)	Fachineli Comunicação Ltda. - ME	08.804.362/0001-47	14/09/2016	13/09/2021
2016	0004	<u>0002535-94.2016.6.25.8000</u>	Prestação de serviços de operador de áudio – posto de editor/operador	Consultserv Serviços Especializados EIRELI-ME	06.953.760/0001-08	30/08/2016	Sexta Alteração Contratual 29/08/2021
2016	0003	<u>0002732-83.2015.6.25.8000</u>	Fornecimento de bens/serviços de informática (prontuário eletrônico, treinamento, suporte e manutenção)	Glauco Tecnologia em Informática Ltda.	02.732.750/0001-83		





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

2016	0002	<u>0002997-</u> <u>85.2015.6.25.8000</u>	Prestação de serviços de telefonista	Servit Serviços Terceirizados LTDA. - ME	19.886.771/000 1-56	16/05/2016	15/05/2021
2016	2016NE000052	<u>0010006-</u> <u>64.2016.6.25.8000</u>	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de elevadores instalados na sede do TRE-SE, sem fornecimento de peças.	Manutécnica Manutenção Ltda. - EPP	03.758.809/000 1-75	24/11/2016	23/11/2021
2015	0021	Sadp 15.793/2015	Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância e segurança patrimonial	Multseg Sistemas de Segurança Ltda	04.966.422/000 1-77	01/01/2016	Vigência por ocasião do 6º aditivo. 31/12/2020

Quadro 36 – Contratos em vigor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA-GERAL

9. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL COM DETALHAMENTO DO QUADRO DE PESSOAL

9.1 Estrutura de Pessoal

9.1.1 Servidores nos Cartórios Eleitorais

Nome do Servidor	Lotação	Comissionamento	Situação Funcional
ANNA CAROLINA DO VALLE CONCEIÇÃO	1ª ZE	NULL	REMOVIDO
CARLOS AUGUSTO DOS SANTOS	1ª ZE	NULL	REQUISITADO
EDIRIA GOIS SANTOS	1ª ZE	NULL	REQUISITADO
ILZA LIMA MARTINS SANTOS	1ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOSÉ JORGE DE MELO	1ª ZE	NULL	REQUISITADO
KÁTIA LUIZA DE FREITAS GOMES	1ª ZE	NULL	REQUISITADO
MAÍRA GAMA TORRES	1ª ZE	FC-1	REMOVIDO
MARIA CARMEM SOUZA SANTOS	1ª ZE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
MARY JANE SALES SANTOS	1ª ZE	NULL	REQUISITADO
MÔNICA BATISTA ZAGO	1ª ZE	NULL	REQUISITADO
SELMA OLIVEIRA SILVA	1ª ZE	NULL	REQUISITADO
TÂNIA CARMEN DOS SANTOS	1ª ZE	NULL	REQUISITADO
ANA CAROLINA SOBRAL VILA NOVA DE CARVALHO MONTEIRO	2ª ZE	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
BELANISA SOUZA CHAGAS	2ª ZE	NULL	REQUISITADO
CLAUDIA SIMONE FERREIRA DE OLIVEIRA	2ª ZE	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
DAISY SANTANA TELES	2ª ZE	NULL	REQUISITADO
EVANILDE DE JESUS	2ª ZE	NULL	REQUISITADO
JÂNISON COUTO LUCAS	2ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOSÉ HENRIQUE DE MELO CARDOSO	2ª ZE	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
LUCIANA DE MORAES TAVARES	2ª ZE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
MARCOS GARCIA DE MEDEIROS	2ª ZE	NULL	REQUISITADO
MARIA APARECIDA REZENDE DE OLIVEIRA	2ª ZE	NULL	REQUISITADO
MARTHA DE ANDRADE LANDIM	2ª ZE	NULL	EXERCÍCIO PROVISÓRIO
SÉRGIO RICARDO DOS SANTOS REIS	2ª ZE	NULL	ANALISTA JUDICIÁRIO
ULISSES MANOEL ANDRADE DE OLIVEIRA	2ª ZE	NULL	REQUISITADO
VÂNIA DE OLIVEIRA GUIMARAES	2ª ZE	NULL	REQUISITADO
DAIANE DO CARMO MATEUS	3ª ZE	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

GICELMO VIEIRA DE ARAGÃO	3ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOÃO FÊLIX BEZERRA JÚNIOR	3ª ZE	FC-1	REQUISITADO
JOSÉ ROBERTO COSTA	3ª ZE	NULL	REQUISITADO
SANDRA MIRANDA CONCEIÇÃO LIMA	3ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
CLAUDETE PAIVA DOS SANTOS	4ª ZE	NULL	REQUISITADO
EDVALDO DE JESUS	4ª ZE	NULL	REQUISITADO
EDVANIA PEREIRA BRAGA	4ª ZE	NULL	REQUISITADO
FLÁVIA THAIS ANDRADE COSTA	4ª ZE	NULL	REQUISITADO
JAN HENRIQUE SANTOS FERRAZ	4ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
LÍDIA ALMEIDA SANTOS	4ª ZE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
NATHALIE MALHADO GOMES DE SIQUEIRA	4ª ZE	NULL	ANALISTA JUDICIÁRIO
VALDECO DO NASCIMENTO VIEIRA	4ª ZE	NULL	REQUISITADO
ADRIANA DA COSTA ALEMÃO ABREU OLIVEIRA	5ª ZE	NULL	REQUISITADO
ARMANDO DANTAS ANDRADE	5ª ZE	FC-1	REQUISITADO
GINA CARLA GOMES ALMEIDA	5ª ZE	NULL	REQUISITADO
NAJARA EVANGELISTA	5ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
WANDILSON LEMOS RODRIGUES	5ª ZE	NULL	REQUISITADO
ALBÉRICO BARRETO FONSECA	6ª ZE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
MARCELO BARRETO SOBRAL	6ª ZE	NULL	REQUISITADO
MARIA LÚCIA MARTINS CARVALHO	6ª ZE	NULL	REQUISITADO
THIAGO ANDRADE COSTA	6ª ZE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
VERIDIANA SANTOS DE OLIVEIRA	6ª ZE	NULL	REQUISITADO
YSLAN LUIZ SANTOS SILVA	6ª ZE	NULL	REQUISITADO
ANSELMO ARAGÃO MOTA	8ª ZE	FC-1	REQUISITADO
GUSTTAVO ALVES GOES	8ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANALBERGA LIMA DE FREITAS	9ª ZE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ELENILDE FERREIRA DOS SANTOS	9ª ZE	NULL	REQUISITADO
FABIANO GARCIA MORENO LIMA	9ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOSEFA LOURENÇO DOS SANTOS	9ª ZE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
MARIA IRENE COSTA SANTOS	9ª ZE	NULL	REQUISITADO
MILENE COSTA SANTOS DE JESUS	9ª ZE	NULL	REQUISITADO
DANIELA VITÓRIA ARAGÃO SANTOS	11ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
EDILEUZA RAMOS	11ª ZE	NULL	REQUISITADO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

JOSÉLIA SILVA SANTOS	11ª ZE	NULL	REQUISITADO
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS NASCIMENTO	11ª ZE	FC-1	REQUISITADO
AMANDA MARIA BATISTA MELO SOUZA	12ª ZE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
BRUNA DE SOUZA FRAGA	12ª ZE	NULL	REQUISITADO
DANILLO SIQUEIRA RAMOS	12ª ZE	NULL	REQUISITADO
ELIELSON SOUZA SILVA	12ª ZE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
JANISSON DA SILVA SANTOS	12ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOSÉ ERALDO SANTOS PRATA	12ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOSEFA SUELY DOS REIS FONTES	12ª ZE	NULL	REQUISITADO
LAIS CELESTINO DE JESUS	12ª ZE	NULL	REQUISITADO
ADENILDA PEREIRA DA SILVA	13ª ZE	FC-1	REMOVEDO
CARLOS ALBERTO DE PAIVA CAMPOS	13ª ZE	NULL	REQUISITADO
CARLOS ALVES ROCHA	13ª ZE	NULL	REQUISITADO
LUIZ RENATO LIMA BITENCOURT	13ª ZE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
MANOEL RICARDO CRUZ SOUZA	13ª ZE	NULL	REQUISITADO
ALISSON BRUNO SANTOS VIEIRA	14ª ZE	NULL	REQUISITADO
CLAUDIA NERES COSTA SILVA	14ª ZE	NULL	REQUISITADO
ELISSANDRA SANTOS SOARES	14ª ZE	FC-1	REQUISITADO
GUSTAVO WEBSTER TEIXEIRA RODRIGUES DE MENEZES	14ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
POLIANA BEZERRA GOMES DE SANTANA	14ª ZE	NULL	REQUISITADO
ALAN PEIXOTO DANIEL DE LUCENA	15ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
LÁZARO NICOLAU FERREIRA	15ª ZE	NULL	REQUISITADO
MARIA DAS DORES SILVA DOS SANTOS	15ª ZE	NULL	REQUISITADO
NORBERTO ROCHA DE OLIVEIRA	15ª ZE	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
ANDRÉA DA CUNHA CLEMENTINO	16ª ZE	FC-1	REQUISITADO
JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS	16ª ZE	NULL	REQUISITADO
PAULO VICTOR PEREIRA SANTOS DA SILVA	16ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANTONIO MARCOS DOS SANTOS	17ª ZE	NULL	REQUISITADO
ÁUREA MARIA SOARES AMORIM	17ª ZE	FC-1	REMOVEDO
IZABELE MURIELL DE ANDRADE SOUZA MELO	17ª ZE	NULL	REQUISITADO
JULIANA LEITE BAPTISTA DE MENESES	17ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARIA DO CARMO SANTOS	17ª ZE	NULL	REQUISITADO
CRISTIANO DOS SANTOS	18ª ZE	FC-1	REQUISITADO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

JOSÉ SOARES DE SOUZA FILHO	18ª ZE	NULL	REQUISITADO
PAULO GOUVEIA DÓRIA	18ª ZE	NULL	REQUISITADO
ROMÁRIO GOMES SANTOS	18ª ZE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
AISLEY KAROLINE ARAÚJO DE SOUZA	19ª ZE	NULL	REQUISITADO
ALAINE RIBEIRO DE SOUZA	19ª ZE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
CARLOS ANDRÉ RODRIGUES LUCENA	19ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
JOSÉ EDSON CARVALHO SANTOS	19ª ZE	NULL	REQUISITADO
NILSON BATISTA DOS SANTOS	19ª ZE	NULL	REQUISITADO
ANTONIO SÉRGIO SANTOS DE ANDRADE	21ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
DÉBORA CRISTINA SILVA DOS SANTOS	21ª ZE	FC-1	REQUISITADO
EDJANE LIMA RIBEIRO	21ª ZE	NULL	REQUISITADO
LILIANE CRISTINA GOMES DOS SANTOS	21ª ZE	NULL	REQUISITADO
RICARDO MENESES	21ª ZE	NULL	REQUISITADO
VANESSA MARIA SILVA LEITE	21ª ZE	NULL	REQUISITADO
ACÁCIA SANTANA DA SILVA RAMOS	22ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOSEFA MARIA DE JESUS SANTOS	22ª ZE	NULL	REQUISITADO
LUIZ MARCONE RABELO DE CARVALHO	22ª ZE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MÁRCIA ANDRADE DOS SANTOS LIMA	22ª ZE	NULL	REQUISITADO
MARIA APARECIDA ALVES OLIVEIRA	22ª ZE	NULL	REQUISITADO
PAULO SÉRGIO FERREIRA DO NASCIMENTO	22ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
SELMA DE JESUS SANTOS	22ª ZE	NULL	REQUISITADO
ELIANE NERY PEREIRA DOS SANTOS	23ª ZE	NULL	REQUISITADO
GISELE ALVES DOS SANTOS	23ª ZE	NULL	REQUISITADO
LUCAS OLIVEIRA FREIRE	23ª ZE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
NILCÉIA CLEONICE DE FARIA	23ª ZE	NULL	REQUISITADO
VINÍCIUS TAVARES FAGUNDES FERREIRA	23ª ZE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
EDMILSON SANTANA DOS SANTOS	24ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOSÉ CLÉCIO MACEDO MENESES	24ª ZE	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
JOSÉ JORGE DA CRUZ	24ª ZE	NULL	REQUISITADO
RODRIGO AGUIAR PRISCO	24ª ZE	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
SHISLAINE ALVES DE ANDRADE	24ª ZE	NULL	REQUISITADO
SORMANE NUNES NOVAES	24ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
JORGE CORREIA DANTAS	26ª ZE	FC-1	REQUISITADO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

MARCEL SILVA NUNES	26ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
EDMUNDO DE ALMEIDA	27ª ZE	NULL	REQUISITADO
GLEIDE NÁDIA SOARES DO NASCIMENTO	27ª ZE	NULL	REQUISITADO
ITANA MAYRA CONCEIÇÃO RIBEIRO	27ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOSÉ WILLIAM QUEIRÓS	27ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOSEMAR ALVES DA SILVA	27ª ZE	NULL	REMOVEDO
LEILA CRISTINA COSTA BARRETO	27ª ZE	FC-1	CEDIDO
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	27ª ZE	NULL	REQUISITADO
MARIA GENILEIDE DOS SANTOS	27ª ZE	NULL	REQUISITADO
MARIA ISABEL DE MOURA SANTOS	27ª ZE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
OSVALDO SANTOS SILVA	27ª ZE	NULL	REQUISITADO
SORAYA LISBÔA ALVES DE ALMEIDA	27ª ZE	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
GENICLEIDE LEMOS BENTO	28ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOÃO LEOPOLDO DE ALBUQUERQUE MISSIAS	28ª ZE	NULL	REQUISITADO
JOSÉ VICENTE FERREIRA NETO	28ª ZE	NULL	REQUISITADO
MIRTES BRASILIANO DOS SANTOS	28ª ZE	NULL	REQUISITADO
RICARDO MAGNO DA SILVA JÚNIOR	28ª ZE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ROGÉRIA RIBEIRO GARCEZ	28ª ZE	FC-6	REMOVEDO
IRANILDE FRANCISCA DOS SANTOS	29ª ZE	FC-1	REQUISITADO
LUCIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO	29ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MANOEL WANDECOK DE SOUZA	29ª ZE	NULL	REQUISITADO
CARLOS JORGE LEITE DE CARVALHO	30ª ZE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
JOSEFA DE JESUS SANTOS	30ª ZE	NULL	REQUISITADO
LORENA RIBEIRO REIS SILVA	30ª ZE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
LUDMILLA SOUZA RIBEIRO DE MELO	30ª ZE	NULL	REMOVEDO
MARCOS ANTONIO ALVES DE ALMEIDA	30ª ZE	NULL	REQUISITADO
MARIA GENÚZIA DE JESUS COSTA	30ª ZE	NULL	REQUISITADO
EMANUEL SANTOS SOARES DE ARAÚJO	31ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARIA LIVIA DE OLIVEIRA GOIS SOUZA	31ª ZE	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
MIRELLA CÔRTEZ GAMBARDILLA	31ª ZE	NULL	REQUISITADO
NEILTON SIQUEIRA	31ª ZE	NULL	REQUISITADO
REGINALDO BISPO DOS SANTOS	31ª ZE	NULL	REQUISITADO
ADROALDO DOS SANTOS	34ª ZE	NULL	REQUISITADO





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

ANDRÊA CAMPOS SILVA CRUZ	34ª ZE	FC-1	REMOVIDO
DOUGLAS DA SILVA ARAGÃO	34ª ZE	NULL	REQUISITADO
FLÁVIO DOS SANTOS VASCONCELOS	34ª ZE	NULL	REQUISITADO
IZABEL CARINA MOTA DOS SANTOS	34ª ZE	NULL	REQUISITADO
LUCIANA DOS SANTOS MENEZES	34ª ZE	NULL	REQUISITADO
LUIZ ALBERTO DE JESUS LEAL	34ª ZE	NULL	REQUISITADO
MIRANILDES PINHEIRO DOS SANTOS	34ª ZE	NULL	REQUISITADO
NIVEA GABRIELA SILVA DE OLIVEIRA MOURA	34ª ZE	NULL	REQUISITADO
ODAIR COSTA SANTOS	34ª ZE	NULL	REQUISITADO
PATRÍCIA ANCELMO SALES	34ª ZE	NULL	REQUISITADO
VALÉRIA MARIA DOS SANTOS	34ª ZE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
HELICIO JOSÉ VIEIRA DE MELO MOTA	35ª ZE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
JOSÉ HUMBERTO DE JESUS	35ª ZE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARIA JOSÉ DE SOUZA	35ª ZE	NULL	REQUISITADO
PATRÍCIA ALVES DOS SANTOS SILVESTRE	35ª ZE	NULL	REQUISITADO
ROSIGLEIDE FRANCISCA OLIVEIRA SANTOS	35ª ZE	NULL	REQUISITADO

Quadro 37 – Servidores dos Cartórios Eleitorais (175 servidores)

9.1.2 Servidores da Sede do TRE-SE

Nome do Servidor	Lotação	Comissionamento	Situação Funcional
ANDRÉ FROSSARD SIGNES	ASCOM	FC-6	REMOVIDO
JOÃO FERREIRA DA SILVA	ASCOM	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
KÁTIA REGINA DE ARAÚJO GOMES	ASCOM	FC-2	TÉCNICO JUDICIÁRIO
RICARDO AUGUSTO FERREIRA RIBEIRO	ASCOM	CJ-2	CEDIDO
ALLAN AUGUSTO BATISTA SANTOS	ASJUR	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANTÔNIO EDSON DE SOUZA JÚNIOR	ASJUR	FC-5	TÉCNICO JUDICIÁRIO
AURÉLIO ANDRÉ CARNEIRO DA CUNHA	ASJUR	FC-2	TÉCNICO JUDICIÁRIO
JOSÉ SAMARONE DEDA ARAÚJO	ASJUR	CJ-2	SEM VÍNCULO
ALANA MENDONÇA OLIVEIRA SOBRAL	ASJUS	NULL	REMOVIDO
ALESSANDRA SANTOS CERQUEIRA	ASJUS	CJ-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANDRÉ PEREIRA MENEZES	ASJUS	FC-5	CEDIDO
JORGE OLIVEIRA SANTOS	ASJUS	FC-5	ANALISTA JUDICIÁRIO
JUNIOR GONÇALVES LIMA	ASJUS	FC-5	TÉCNICO JUDICIÁRIO





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

MARCOS DEUMARES DA SILVA	ASJUS	FC-5	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARIA AUXILIADORA PASSOS VILELA DE ALMEIDA	ASJUS	FC-5	ANALISTA JUDICIÁRIO
GILVAN MENESES	ASPLAN-SAO	FC-1	REMOVIDO
RICARDO LOESER DE CARVALHO FILHO	ASPLAN-SAO	CJ-1	SEM VÍNCULO
DEBORA MARIA BARBOSA DO NASCIMENTO	ASPLAN-SGP	CJ-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
RUTH CRISTINA MACHADO COELHO DA SILVEIRA	ASPLAN-SGP	FC-1	CEDIDO
LUCIANA FRANCO DE MELO	ASPLAN-SJD	FC-1	EXERCÍCIO PROVISÓRIO
THIAGO BARRETO DO NASCIMENTO	ASPLAN-SJD	CJ-1	SEM VÍNCULO
EVANDRO LIMA NASCIMENTO	ASPLAN-STI	CJ-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ADRIANA DA FONSECA MORAES SOBRAL	COASA	CJ-2	SEM VÍNCULO
ADAIL VILELA DE ALMEIDA	COAUD	CJ-2	ANALISTA JUDICIÁRIO
ROSA ANGÉLICA ALMEIDA RIBERA	COCRE	CJ-2	ANALISTA JUDICIÁRIO
LUIZ FERNANDO BRITO DE CARVALHO	CODES	FC-5	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARIA CONCEIÇÃO DE VASCONCELOS	CODES	CJ-2	TÉCNICO JUDICIÁRIO
THIAGO AUGUSTO OLIVEIRA SANTOS	CODES	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
KÁTIA DE BARROS BOMFIM SANTANA	COFIC	FC-5	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARCUS VINICIUS DE MORAIS CORRÊA	COFIC	CJ-2	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANA PATRÍCIA FRANCA RAMOS PORTO	COGIN	CJ-2	CEDIDO
COSME RODRIGUES DE SOUZA	COINF	CJ-2	TÉCNICO JUDICIÁRIO
CARLOS LEONIDAS NUNES DE CARVALHO	COMAC	CJ-2	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARCELO GERARD ALMEIDA DE ANDRADE	COPEG	CJ-2	ANALISTA JUDICIÁRIO
ADRIANA SILVEIRA SOBRAL MENDONÇA	COPEP	CJ-2	TÉCNICO JUDICIÁRIO
GUILHERME AUGUSTO GONÇALVES MUNIZ	COREP	CJ-2	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARCO ANTÔNIO SILVA FREIRE	COREP	FC-5	ANALISTA JUDICIÁRIO
MARIA ALEJANDRA PÉREZ DE MACHADO	COSER	CJ-2	ANALISTA JUDICIÁRIO
DIEGO MEDEIROS VILAR OLIVEIRA	COSIS	FC-5	TÉCNICO JUDICIÁRIO
GEDALIAS BASTOS FREIRE	COSIS	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
GERALDO ANTONIO DE OLIVEIRA	COSIS	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
JEIRLAN CORREIA PALMEIRA	COSIS	CJ-2	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANA KARLA CARVALHO MONTEIRO NASCIMENTO	DG	FC-5	TÉCNICO JUDICIÁRIO
CAROLINE VALERIANO DAMASCENA	DG	FC-5	ANALISTA JUDICIÁRIO
ELESSANDRO SANTOS	DG	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
JOYSLAN DE ALMEIDA PRAZERES	DG	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

JURENE BARRETO SANTOS	DG	FC-5	ANALISTA JUDICIÁRIO
RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO	DG	CJ-4	ANALISTA JUDICIÁRIO
CARMEN LUIZA NASCIMENTO CARDOSO MENEZES	EJESE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
CRISTIANA LIMA CORREIA	EJESE	FC-1	CEDIDO
LIDIA CUNHA MENDES DE MATOS	EJESE	FC-3	ANALISTA JUDICIÁRIO
VANINE VIEIRA DE FARIA ALMEIDA CABRAL	EJESE	FC-2	ANALISTA JUDICIÁRIO
EVAN KARINE FONSECA DA SILVEIRA	GAB-CRE	FC-5	TÉCNICO JUDICIÁRIO
WANDERLEY GONÇALVES	GAB-CRE	CJ-1	SEM VÍNCULO
HERMANO DE OLIVEIRA SANTOS	GAB-DG	FC-5	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ROSA MÁRCIA FONTES MACHADO	GAB-DG	CJ-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
PATRÍCIA PINHEIRO MENEZES DE OLIVEIRA	GAB-PRES	CJ-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
PERLA DANUCHA NASCIMENTO SANTANA	GAB-PRES	FC-5	ANALISTA JUDICIÁRIO
ROSÂNGELA DE GOIS GALVÃO	GAB-PRES	FC-3	ANALISTA JUDICIÁRIO
AMANDA SOUTO CASADO DE CARVALHO	OE	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARIA DO CARMO VASCONCELOS PINTO	OE	FC-1	CEDIDO
VANDA DOS SANTOS GÓIS	OE	FC-3	TÉCNICO JUDICIÁRIO
NORIVAL NAVAS NETO	SAO	CJ-3	REMOVIDO
IGUASSU CÂNDIDO PEREIRA RAMALHO	SEACO	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ISABELLA MELO AGUIAR	SEACO	NULL	ANALISTA JUDICIÁRIO
LUCIANA ÁDRIA VIANA DE ANDRADE	SEACO	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANA CLÁUDIA DA SILVA TRAVASSOS	SEADA	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
LUIZ RICARDO BELÉM SANTOS	SEADA	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARCELO BARRETO FILHO	SEADE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
RAFAEL BARBOSA DOS SANTOS	SEADE	FC-1	CEDIDO
CAMILA COSTA BRASIL	SEAJU	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
GLÓRIA GRAZIELLE DA COSTA	SEAJU	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARCELINO ANTONIO CÔRTEZ	SEALM	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
WILLAMS VIEIRA AMORIM	SEALM	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
GENILSON DOS SANTOS	SEAPE	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
SILVÂNIA MARTINS DE SANTANA	SEAPE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
MARTHA COUTINHO DE FARIA ALVES	SEAPU	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
WALTER ALVES DE OLIVEIRA FILHO	SEAPU	FC-1	REMOVIDO
CHRISTIANE CAVALCANTI DE MELLO	SEASA	NULL	ANALISTA JUDICIÁRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

DAISY PEREIRA VALIDO	SEASA	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
FERNANDA BARROS CARVALHO SANTANA	SEASA	NULL	ANALISTA JUDICIÁRIO
KAIO BERNARDES SANTOS DE ALMEIDA	SEASA	NULL	ANALISTA JUDICIÁRIO
MARIA JOSÉ SANTOS OLIVEIRA	SEASA	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
CLAUDIO GONÇALVES DE SOUZA	SEAUE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MANOEL MARCONDES BARROS DA SILVA	SEAUE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MÔNICA MARTINS AVILA PRADO	SEAUE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
CASSIA MARIA CARVALHO POLITO ALVES	SEAUG	FC-1	REMOVIDO
ISRAEL MACEDO CARVALHO	SEAUG	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
IVANILDO ALVES DE MEDEIROS	SEAUG	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANGELÚCIA ROCHA MENDONÇA MELO	SEBAD	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MÁRCIA MARIA MATOS DOS SANTOS	SEBAD	FC-1	REMOVIDO
EVILETO DA SILVA SANTOS	SECEP	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
FREDERICO ALMEIDA SANTANA	SECEP	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
JAIME DOS SANTOS GOIS	SECEP	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
VERONI JUNIOR CAETANO DE OLIVEIRA	SECEP	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
CLÁUDIO LIMA JUIZ	SECOG	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARTHA MARIA DE PAULA VALENTE RODRIGUES	SECOG	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
ERASMO CÊSAR VALIDO SANTA BÁRBARA	SECON	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
GICELDA CÔRTEZ SANTOS	SECON	FC-1	CEDIDO
CARLA NUNES NOVAES	SEDEC	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARIA DO ROSÁRIO MARTINS DE ALMEIDA	SEDEC	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
NILZA SANTA ROSA	SEDEC	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANDERSON LUIZ OLIVEIRA FRANCA	SEDES	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
RODRIGO CARDOSO MESQUITA	SEDES	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
JARDEL OLIVEIRA DE ALMEIDA	SEDIP	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
JOSÉ MARCELO ASSIS SILVA	SEDIP	FC-1	CEDIDO
OLAVO CAVALCANTE BARROS	SEDIP	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
ROSANI PINHEIRO DE ALMEIDA	SEDIP	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
ADRIANA DE CASTRO BRITTO	SEDIR	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
DENISE DELMIRO DE OLIVEIRA	SEDIR	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
FÁBIO ALMEIDA DE SOUZA	SEDIR	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
HERIBALDO VILANOVA SILVEIRA	SEDOC	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

MICHELINE BARBOZA DE DEUS	SEDOC	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
CARLOS ALBERTO PASSOS NASCIMENTO	SEENG	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARCOS VINICIUS SANTOS MUNIZ PRADO	SEENG	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
ABDORÁ COUTINHO OLIVEIRA	SEFIC	FC-6	CEDIDO
MARIA ELIZABETE SANTOS ALMEIDA	SEFIC	FC-1	CEDIDO
RUI MONTEIRO COSTA	SEFIC	NULL	ANALISTA JUDICIÁRIO
JANISSON SANTOS DE JESUS	SEFIN	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
MÔNICA DE CARVALHO ROCHA	SEFIN	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
NIVALDO JOAQUIM DE LIMA JÚNIOR	SEFIN	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
OONA KARINA MENDES DA SILVA	SEGED	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
RAQUEL BARBOSA DE SOUZA	SEGED	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
ROBERTA FEITOSA BARRETO DE CASTRO	SEGED	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
ANITA ROCHA PAIXÃO SOTERO	SEGEPE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
RICARDO MESQUITA PEREIRA	SEGEPE	FC-1	CEDIDO
ANA CLAUDIA ALVARES DIAS TODT	SEJUE	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
MARCOS FÁBIO MOREIRA RODRIGUES	SEJUE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARCUS ANDRÉ DE VIEIRA MENDES	SEJUE	FC-1	REMOVIDO
ALINE SERAFIM LEITE DOS SANTOS	SELEJ	FC-1	REMOVIDO
ANDRÉA SILVA CORREIA DE SOUZA CARVALHO	SELEJ	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
EDILAINE REZENDE DE ANDRADE COUTO	SELEJ	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
NELSON CORBAL QUARANTA	SELEJ	NULL	REMOVIDO
CRISTIANE MOURA DE FIGUEIREDO DÉDA	SELIC	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
SERGIO ROBERTO CAVALCANTI PEREIRA	SELIC	FC-6	REMOVIDO
WALKELINE FRAGA DIAS	SELIC	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
JOELI SAMPAIO DE JESUS	SEMAN	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
JOSÉ ADRIANO ALMEIDA DE SOUZA	SEMAN	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
JOSÉ SIZENALDO DE ALMEIDA	SEMAN	FC-1	CEDIDO
LUCIANO JOSÉ ANDRADE MELO	SEMAN	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ADA CRISTIANE CAMPOS	SEORG	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
JOSÉ ROBERTO PEREIRA FILHO	SEORG	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANA PAULA TAVARES DE OLIVEIRA BEZERRA	SEPAG	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
MARTA MARIA NASCIMENTO FARO	SEPAG	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
TELMA MACHADO PEREIRA OLIVEIRA	SEPAG	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

JOSÉ HORA DE ALMEIDA NETO	SEPAT	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
PATRÍCIA SALES DE OLIVEIRA	SEPAT	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
ARQUIBALDO EVANGELISTA DOS SANTOS	SEPEM	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
MARIA DAS GRAÇAS NASCIMENTO LIMA	SEPEM	NULL	ANALISTA JUDICIÁRIO
SÉRGIO ANDERSON DIAS	SEPEM	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ELIZABETH GÓES SOARES DA COSTA	SEPOR	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
JULIANA OURO PRETO MACIEL	SEPOR	FC-1	REMOVIDO
JAMILLE SECUNDO MELO	SEPRO I	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO
LUCIANA ALVES SANTOS	SEPRO I	FC-1	REMOVIDO
MÁRCIO OLIVEIRA MOURA	SEPRO I	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
VALQUIRIA NOIA RIBEIRO PRATA	SEPRO I	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
ACIR LEMOS PRATA JUNIOR	SEPRO II	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
CARLA GARDÊNIA SANTOS LEITE COSTA	SEPRO II	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
WALTENES SILVA DE JESUS	SEPRO II	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANA TEREZA SIQUEIRA LIMA	SEREF	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
CÁTIA NUNES	SEREF	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
IONE CRISTINA MENDES	SEREF	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
DENILSON ÁVILA E SILVA	SESET	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
FLAVIO NASCIMENTO DE SENA E SILVA	SESET	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
JORGIVALDO DOS SANTOS	SESET	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
LAFAYETTE FRANCO SOBRAL JUNIOR	SESET	FC-6	CEDIDO
LEVI ALVES MOTA	SESET	NULL	REMOVIDO
LUIZ FRANK RIBEIRO LOPES	SESET	NULL	REMOVIDO
MOYSÉS DANTAS TEIXEIRA	SESET	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
RICARDO NINCK AGUIAR	SESET	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
SÉRGIO LUIZ PERINI	SESET	NULL	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANDRÉ AMANCIO DE JESUS	SESIN	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
SELMO PEREIRA DE ALMEIDA	SESIN	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
FERNANDO DE SOUZA LIMA	SESOP	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
JÚLIO CÉSAR SANTANA	SESOP	FC-1	ANALISTA JUDICIÁRIO
WAGNER FERREIRA TOLEDO	SESOP	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
IRACI CHAVES SILVA COSTA	SETEC	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
PAULO SÉRGIO DE SANTANA SILVA	SETEC	FC-6	ANALISTA JUDICIÁRIO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

LUCIANO AUGUSTO BARRETO CARVALHO	SGP	CJ-3	SEM VÍNCULO
CARLOS ALBERTO VIANA JUNIOR	SICOE	FC-1	TÉCNICO JUDICIÁRIO
JOSÉ ANDERSON SANTANA CORREIA	SICOE	FC-6	TÉCNICO JUDICIÁRIO
ANA MARIA RABELO DE CARVALHO DANTAS	SJD	CJ-3	ANALISTA JUDICIÁRIO
JOSÉ CARVALHO PEIXOTO	STI	CJ-3	SEM VÍNCULO

Quadro 38 – Servidores da Sede do TRE-SE (183 servidores)

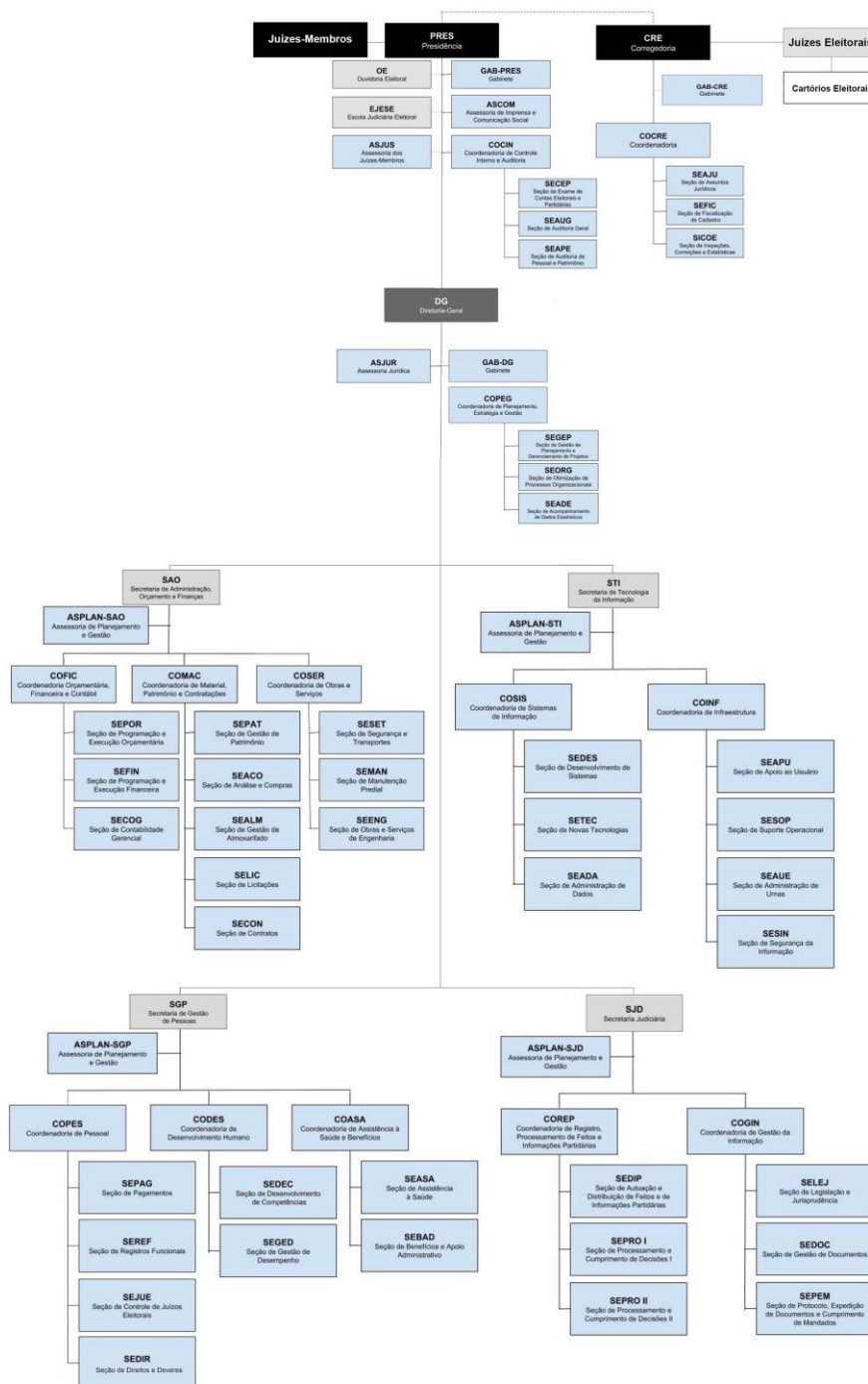
9.1.3 Pessoal em Regime da Contratação Temporária

No TRE-SE não há pessoal em regime de contratação temporária.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

1.5 Estrutura organizacional do TRE-SE





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

10. SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Não houve, no biênio de 2019-2020, a instauração de sindicâncias nem processos administrativos disciplinares internos no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

11. TOMADA DE CONTAS ESPECIAIS

Não houve, no biênio de 2019-2020, a instauração de processos de tomada de contas em especial no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

12. SITUAÇÃO ATUAL DAS CONTAS DO TRIBUNAL PERANTE O TCU

Para o ano de 2020, a Decisão Normativa TCU 188/2020 não incluiu o TRE-SE na relação de Unidades Jurisdicionadas obrigadas a prestar contas referentes ao esse ano.

Seguem abaixo, no quadro 39, as Decisões Normativas do TCU de anos anteriores.

TOMADA DE CONTAS ANUAL	
EXERCÍCIO	Decisão Normativa do TCU
2016	Decisão Normativa TCU 156/2016 não incluiu o TRE-SE na relação de Unidades Jurisdicionadas obrigadas a prestar contas referentes ao Exercício de 2016
2017	Decisão Normativa TCU 163/2017 não incluiu o TRE-SE na relação de Unidades Jurisdicionadas obrigadas a prestar contas referentes ao Exercício de 2017
2018	Decisão Normativa TCU 172/2018 não incluiu o TRE-SE na relação de Unidades Jurisdicionadas obrigadas a prestar contas referentes ao Exercício de 2018
2019	Decisão Normativa TCU 180/2019 não incluiu o TRE-SE na relação de Unidades Jurisdicionadas obrigadas a prestar contas referentes ao Exercício de 2019

Quadro 39 – Situação atual das contas do TRE-SE no TCU

13. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

O demonstrativo do Relatório de Gestão Fiscal pode ser encontrado no item 1.2.7.





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SERGIPE
DIRETORIA GERAL

CONCLUSÃO

As informações constantes neste Relatório de Gestão demonstram a conformidade e o desempenho da gestão do TRE-SE no biênio 2019-2020.

Portanto, aprovo o presente Relatório de Atividades relativo ao biênio 2019-2020 e autorizo sua divulgação no site deste Regional.

Encaminhe-se cópia ao futuro Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

Aracaju, 26 de janeiro de 2021.

DES. JOSÉ DOS ANJOS
Presidente do TRE-SE

